

Louise Oliveira Ramos Machado  
Rita de Cássia Franco Rêgo  
Eduardo Mafra  
(Orgs.)



# MARÉ BRUTA

um panorama do derramamento de  
petróleo na costa do Brasil em 2019

impactos e gestão do desastre na perspectiva das  
comunidades



científica digital



## EDITORA CIENTÍFICA DIGITAL LTDA

Guarujá - São Paulo - Brasil

www.editoracientifica.com.br - contato@editoracientifica.com.br

<b>Diagramação e Arte</b>	Edição © 2024 Editora Científica Digital
Equipe Editorial	Texto © 2024 Os Autores
<b>Imagem da Capa</b>	1ª Edição - 2024
Eduardo Mafra	Acesso Livre - Open Access

© COPYRIGHT DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. Esta obra foi licenciada com uma Licença de Atribuição Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou em partes, desde que seja citada a fonte, com os créditos atribuídos aos autores e obrigatoriamente no formato Acesso Livre (Open Access) e sem a possibilidade de alteração de nenhuma forma. É proibida a catalogação em plataformas com acesso restrito e/ou com fins comerciais.



### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M323

Maré bruta: um panorama do derramamento de petróleo na costa do Brasil em 2019 - impactos e gestão do desastre na perspectiva das comunidades / Organização de Louise Oliveira Ramos Machado, Rita de Cássia Franco Rêgo, Eduardo Mafra. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui Bibliografia

ISBN 978-65-5360-576-3

DOI 10.37885/978-65-5360-576-3

1. Caça, pesca e conservação. I. Machado, Louise Oliveira Ramos (Organizadora). II. Rêgo, Rita de Cássia Franco (Organizadora). III. Mafra, Eduardo (Organizador). IV. Título.

CDD 639

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Caça, pesca e conservação

**E-BOOK**

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

**2024**

Louise Oliveira Ramos Machado  
Rita de Cássia Franco Rêgo  
Eduardo Mafra  
(Orgs.)

**Maré Bruta: um panorama do  
derramamento de petróleo na costa do  
Brasil em 2019 - impactos e gestão do  
desastre na perspectiva das comunidades**

1ª EDIÇÃO



**científica digital**

**2024 - GUARUJÁ - SP**

## CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho  
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda  
Prof<sup>a</sup>. Ma. Auristela Correa Castro  
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro  
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Clara Mockdece Neves  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco  
Prof. Dr. Cristiano Marins  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Berger Fadel  
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr  
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso  
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes  
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Fernanda Rezende  
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Prof. Dr. Humberto Costa  
Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto  
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura  
Prof. Dr. José Aderval Aragão  
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub  
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli  
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Zago  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Otília Zangão  
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes  
Prof. Dr. Nelson J. Almeida  
Prof. Dr. Octávio Barbosa Neto  
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez  
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos  
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento  
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin  
Prof. Me. Silvio Almeida Junior  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro  
Prof. Dr. Wesley Viana Evangelista  
Prof. Dr. Willian Carboni Viana  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em [www.editoracientifica.com.br/conselho](http://www.editoracientifica.com.br/conselho)

### Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial e Revisados por Pares Externos (Peer Review), sendo indicados para publicação.

**Nota:** Esta obra é uma produção colaborativa, tornando-se uma coletânea com reservas de direitos autorais para os autores. Alguns capítulos podem ser derivados de outros trabalhos já apresentados em eventos acadêmicos, todavia, os autores foram instruídos ao cuidado com o autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo é exclusiva dos/as respectivos/as autores/as, não representando, necessariamente, a opinião da editora, tampouco dos organizadores e membros do conselho editorial.

## APOIO (Parceiro e Financiadores)



# APRESENTAÇÃO

Este livro tem como objetivo apresentar um panorama retrospectivo e inicial do derramamento de petróleo ocorrido na costa do Brasil em 2019, enfatizando impactos socioeconômicos, ambientais e de saúde nas comunidades pesqueiras e estratégias adotadas por essas populações no processo de contenção das manchas de petróleo, na mitigação do problema e no enfrentamento das consequências geradas.

O livro surge no contexto da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Pesca Artesanal e Aquicultura 2022, que visa aumentar a conscientização e compreensão global da pesca artesanal ou de pesca de pequena escala; promover ações para apoiar sua contribuição ao desenvolvimento sustentável; e promover o diálogo e a colaboração entre os atores e parceiros, para enfrentar os desafios e oportunidades para a pesca de pequena escala na tarefa de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este livro vem também no contexto da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030) (UNDOSSD). O Plano de Implementação do UNDOSSD inclui um processo altamente participativo e inclusivo para enfrentar os desafios relevantes para a pesca e a aquicultura, na busca de gerar conhecimento, apoiar a inovação, abordar as desigualdades na capacidade da ciência oceânica e desenvolver soluções para otimizar o papel do oceano na segurança alimentar sob condições específicas ambientais, sociais e em caso mudanças climáticas.

O aumento do aquecimento global tem causado mudanças irreversíveis que exigem ações urgentes baseadas no oceano para fortalecer e acelerar as medidas de mitigação e adaptação climática, aumentando a urgência das adaptações da pesca às mudanças climáticas. Planos de adaptação transformadores são necessários nos níveis nacional e local, com atenção especial às populações mais vulneráveis, usando uma abordagem inclusiva e participativa e considerando as necessidades e benefícios da pesca artesanal. Esses planos precisam levar em conta a ocorrência de desastres como ocorrido com o derramamento do petróleo. A experiência local no enfrentamento desse desastre, bem como as soluções adotadas para minimizar as suas consequências, precisa ser compartilhada como contribuições de resiliência, de adaptação e mitigação de danos ao ecossistema dos oceanos.

Este livro surge, inicialmente, no contexto do projeto de pesquisa “Avaliação dos impactos do derramamento do óleo bruto/petróleo na costa da Bahia: ações

de saúde e proteção ambiental”, financiado pelo edital Capes-Entre Mares. A equipe de pesquisa circulou por territórios pesqueiros do Estado da Bahia com o objetivo de analisar os impactos do derramamento de petróleo na saúde das comunidades afetadas no litoral do Estado da Bahia e construir ações em conjunto com essas comunidades. O projeto tem tratado das relações entre saúde, ambiente e trabalho com abordagens da epidemiologia, saúde ambiental, políticas públicas de saúde e dos aspectos subjetivos do fenômeno com o suporte das ciências sociais aplicadas à saúde. É importante salientar que este é o primeiro projeto que foi desenvolvido para abordar as questões de saúde relacionadas ao desastre do derramamento e os diversos impactos para pescadores (as) artesanais.

No íterim da coleta de dados do referido projeto e em diálogo com associações, lideranças pesqueiras, instituições ambientais e de ensino percebeu-se a importância de compilar informações importantes em um vídeo documentário, e assim surgiu o “Maré Bruta” dirigido pelo produtor audiovisual e fotógrafo Eduardo Mafra e produzido por Rita Rêgo, Louise Machado, Francie Sentilles e Walmir Caldas. As gravações do documentário aconteceram no período do mês de abril e maio de 2022 nos municípios baianos de Canavieiras e Conde, respectivamente localizados no sul e norte do estado da Bahia. Os pesquisadores consideram os moradores das comunidades como verdadeiros guardiões do litoral, que se destacam em relação ao pertencimento destes com o território.

A ideia dos produtos deste livro é destacar as diferentes formas de lidar com os problemas gerados pelo desastre, por exemplo: a forma de lidar com o desastre em comunidades com presença de órgãos ambientais, como ocorre nas reservas extrativistas como Corumbau e Canavieiras. Sob a coordenação da AMEX, a Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras, a gestão da crise gerada pelo desastre-crime foi bem sucedida, principalmente nas atividades de contenção e monitoramento das manchas. Em outras comunidades, percebe-se o protagonismo das mulheres pescadoras nas atividades de remoção de resíduos oleados e mobilização popular, dentre outras peculiaridades destacadas neste livro.

O livro encontra-se em formato digital, para ser de maior acessibilidade às comunidades. O objetivo desta publicação é realizar uma retrospectiva do derramamento de petróleo ocorrido em 2019, enfatizando os impactos socioeconômicos e de saúde nas comunidades pesqueiras/ regiões de costa, assim como ressaltar estratégias populares adotadas no período do desastre, seja no processo de contenção das manchas de petróleo, mitigação do problema, ou enfrentamento das consequências geradas.

## APRESENTAÇÃO

A maioria dos capítulos foi escrita utilizando-se abordagens metodológicas participativas. Os autores consideram que um dos pilares para a construção de uma comunicação científica eficaz e acessível seja o engajamento dos todos os sujeitos participantes do processo de pesquisa (acadêmicos, pessoas das comunidades, representantes de movimentos sociais) no processo de construção do conhecimento, estabelecendo em suma um rico, diverso e equitativo diálogo entre saberes.

Uma das abordagens utilizadas foi a realização de oficinas intituladas “Derrame de memórias”, no intuito de proporcionar um espaço para recordar e registrar experiências das comunidades de pescadores artesanais a despeito do desastre do derramamento de petróleo para produção de textos que por fim se transformam em capítulos do livro digital. Pelo menos cinco oficinas foram realizadas, com dois ou três momentos online com a presença de pesquisadores, geralmente mediadores do diálogo, lideranças comunitárias da pesca e pescadores(as) artesanais. Durante as oficinas, tópicos, destaques e temas específicos levantados a partir de questões disparadoras e norteadores foram definidas previamente, também fotos da época do desastre eram selecionadas pelo grupo, como as mais representativas do processo vivenciado durante o desastre. O último encontro do grupo responsável pela realização da oficina consistiu num momento de leitura e revisão do texto produzido, só então o capítulo seria enviado para a equipe organizadora.

Esperamos que este livro sirva de instrumento de discussões acerca dos impactos de desastres em comunidades costeiras e promova a reflexão das estratégias adotadas durante a fase crítica do desastre no intuito de fomentar a construção de ações no âmbito da vigilância popular da saúde e, por fim, sirva de alerta para a necessidade de preparação e gestão qualificada em situações de desastres socioambientais.

**Rita de Cássia Franco Rêgo**  
**Louise Oliveira Ramos Machado**

# CONTEXTUALIZANDO

*por Eduardo Mafra*

## **UM DESASTRE ABAFADO**

O dia 30 de agosto de 2019 ficou marcado pela chegada das primeiras manchas de óleo no litoral brasileiro. O primeiro registro foi realizado na Paraíba, e, em apenas um trimestre, mais de 3000km da costa já registravam manchas. Todos os estados do Nordeste, incluindo o Espírito Santo e o Norte do Rio de Janeiro.

As manchas atingiram áreas pesqueiras e reservas naturais importantíssimas para a manutenção do equilíbrio de ecossistemas. Além dos impactos ambientais, o custo de limpeza do óleo no litoral brasileiro ficou estimado em 188 milhões de reais, somando as três esferas: municipal, estadual e federal, e, ainda hoje, não se tem certeza sobre os responsáveis pelo desastre ambiental.

Já em setembro de 2019, iniciaram-se as investigações e as movimentações para a instauração de uma comissão parlamentar de inquérito. Porém, a CPI foi interrompida ao ficar em segundo plano com a chegada da pandemia do novo coronavírus, até que, em março de 2021, ela foi oficialmente engavetada.

Mesmo com a CPI não seguindo adiante, as investigações prosseguiram trabalhando com três hipóteses para o derramamento:

- Vazamento de poço de petróleo na região;
- Afundamento recente ou antigo de navio carregado de petróleo;
- Derramamento proveniente de um navio, por acidente ou intencionalmente.

## **INVESTIGAÇÕES DESENCONTRADAS**

Porém, em 11 de outubro de 2019, a primeira hipótese, do vazamento de poço de petróleo da região, foi descartada com a chegada do resultado das pesquisas da Petrobras, que relacionaram a origem das amostras aos campos

petrolíferos venezuelanos, resultado que teve concordância com as análises da Universidade Federal da Bahia.

Com estes resultados, o então ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, solicitou uma manifestação da Venezuela sobre o caso. Apesar da ação do então ministro, a Venezuela só foi oficialmente contatada para um pedido de colaboração com o envio de informações sobre a passagem do navio petroleiro Bouboulina, de bandeira grega, pelo país. É importante ressaltar que a origem do material não necessariamente indica responsabilidade do país de origem, como informa o professor e pesquisador do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Ruy Kikuchi: “É um óleo que foi produzido na Venezuela, quando a isso o Instituto de Geociências, a Marinha do Brasil, nos testes que fizeram, identificaram isso, mas isso não diz muita coisa, significa apenas que foi um petróleo que foi explorado das reservas daquela região da América do Sul. Não existe nenhuma outra repercussão política ou o que seja a respeito disso”.

### **NAVIO PETROLEIRO GREGO**

Na sequência, o foco das investigações passou a ser o navio grego. Embora contasse com o histórico de ter recebido uma avaliação negativa em maio de 2019 sobre seu sistema de filtragem de petróleo, após inspeção num porto da Filadélfia, Estados Unidos, o Bouboulina partiu do porto José, Venezuela, em 19 de julho de 2019, com a carga de um milhão de barris de petróleo e entregou a totalidade da sua carga, no dia 3 de setembro, no porto de Malaka, Malásia, sem qualquer relato de problemas.

Na sua chegada à Malásia, o Bouboulina foi inspecionado pela petroleira norueguesa Equinor, uma das mais respeitadas no setor, e o relatório não apontou nenhuma falha, em concordância com os relatórios de autoridades marítimas da África do Sul, Malásia e Grécia que atestaram a plena integridade do navio.

### **NAVIO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Com o decorrer das investigações, passou-se a cogitar a possibilidade do vazamento ter relação com um navio nazista afundado durante a Segunda

Guerra Mundial, o SS Rio Grande, por conta da chegada, em 2018, de fardos de látex à costa nordestina que foram apontados como provenientes do SS Rio Grande, especialmente pela descoberta da possibilidade de que o óleo que chegou ao Brasil não ser totalmente cru.

O próprio relatório inicial da Petrobras não descartava que o óleo fosse um tipo de combustível pesado. Outros dois laboratórios especializados, o Cedre, da França, e o Sintef, da Noruega, os mais importantes da área, confirmaram que o óleo que chegou à costa brasileira se tratava de um material com algum nível de refinamento, possivelmente um combustível pesado. Esta informação foi confirmada pelo pesquisador e professor Ruy Kikuchi: “O óleo é óleo combustível, ele foi refinado, só que ele é muito pesado.”

Segundo matéria do portal UOL, um membro de uma organização marítima internacional, na condição de anonimato, pondera que os dois relatórios deveriam ser peças centrais da investigação, com dados suficientes para que a Marinha e a PF ampliassem a apuração para outras embarcações, além dos navios-tanque, como o Bouboulina.

Ruy Kikuchi continua sobre a hipótese do navio naufragado: “É um derrame de óleo de uma embarcação atual ou esse é um óleo que estava aprisionado em alguma embarcação muito antiga que foi afundada, algum naufrágio antigo que foi liberado? Essas suas possibilidades existem e são possíveis, essas duas hipóteses são possíveis”. É importante notar que a origem venezuelana do óleo, ou seja, seu local de extração, não descarta a hipótese do navio da Segunda Guerra, já que a extração no país sulamericano se iniciou antes do conflito global do século XX.

## **UMA NÃO-CONCLUSÃO**

Mesmo após mais de três anos, manchas de óleo continuam chegando ao litoral brasileiro e a origem do óleo continua sendo uma incógnita, assim como os responsáveis pelo desastre. As investigações muitas vezes foram desencontradas, com hipóteses contrastantes entre si. É fundamental que esta investigação seja concluída da forma correta, para que se possa aprender com as falhas, os responsáveis respondam ao prejuízo ambiental causado e o mais importante: evitar que ocorra novamente.

# SUMÁRIO

## Capítulo 01

### **ENTRE O DESESPERO E A RESISTÊNCIA: UM RELATO DO DESASTRE DO PETRÓLEO NA RESEX CANAVIEIRAS**

Louise Oliveira Ramos Machado; Tiala Santana Santos; Lilian Santana Santos; Mara Lima; Luciene de Almeida Santos; Luíza da Silva Rezende da Mota; Rita de Cássia Franco Rêgo

**doi** 10.37885/240316116 ..... 14

## Capítulo 02

### **A REALIDADE DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DE CONDE-BA: O ANTES, DURANTE E DEPOIS DO DERRAMAMENTO DO PETRÓLEO**

Tiala Santana Santos; Maria Josefa dos Santos Silva; Ana Angélica Martins da Trindade; Luíza Monteiro Barros; Marta Cristiane Ferreira dos Santos; Verônica Moitinho Sena

**doi** 10.37885/240316117 ..... 27

## Capítulo 03

### **ESPERANÇANDO NA LUTA E NA UNIÃO COM O RIO JEQUITINHONHA FRENTE AO DESASTRE DO PETRÓLEO EM BELMONTE-BAHIA**

Luíza Monteiro Barros; Pedrina Rodrigues Reis; Lilian Maria Santana Marcelo; Ana Angélica Martins da Trindade; Marta Cristiane Ferreira dos Santos; Verônica Moitinho Sena

**doi** 10.37885/240316118 ..... 41

## Capítulo 04

### **O DESASTRE AMBIENTAL QUE MOSTRA A FORÇA E SENSIBILIDADE DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES**

Rita de Cassia Lopes Gomes; Gileno Nascimento da Conceição; Ana Angélica Martins da Trindade; Luíza Monteiro Barros; Tiala Santana Santos; Marta Cristiane Ferreira dos Santos

**doi** 10.37885/240316121 ..... 63

## Capítulo 05

### **DERRAME DE PETRÓLEO NA COSTA DO BRASIL (2019-2020): CARACTERIZAÇÃO E RISCOS ASSOCIADOS**

Thiago de Aguiar Souza; Basílio Magno Tavares Sotão-Neto; Tatiane Combi

**doi** 10.37885/240316122 ..... 76

**Capítulo 06****O GRITO DE LUTA E A RESISTÊNCIA DE MARISQUEIRAS AFETADAS PELO DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL DE SERGIPE**

Mariana Nascimento Carvalho; Leidineia da Silva Moraes; Tiala Santana Santos; Ana Elisia Pereira Costa; Elienaide Cardoso das Flores; Crislaine dos Santos Santana

**doi** 10.37885/240316123 ..... 88

**Capítulo 07****VIDAS FRAGMENTADAS: REGISTROS DO DERRAME DO PETRÓLEO NO LITORAL DE PERNAMBUCO E AS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS/AS PESCADORES/AS**

José Erivaldo Gonçalves; Rosely Fabrícia de Melo Arantes; Mariana Maciel Nepomuceno; Rafael Batista Negrão; Mariana Olívia Santana dos Santos; Idê Gomes Dantas Gurgel

**doi** 10.37885/240316124 ..... 104

**Capítulo 08****MULHERES AO MAR NO ENFRENTAMENTO DO DESASTRE DO PETRÓLEO NA ILHA DE BOIPEBA/BAHIA**

Cristina Larrea-Killinger; Melissa Moreira; Raísa Geribello de Souza; Marta Smith Rhormens; Cacilda M. C. Rocha

**doi** 10.37885/240316125 ..... 120

**Capítulo 09****O ALERTA GENERALIZADO DAS NOTÍCIAS DE CONTAMINAÇÃO DO PESCADO E OS EFEITOS DESASTROSOS NA CADEIA PRODUTIVA DE FRUTOS DO MAR**

Mariana F. da Silveira; George Olavo

**doi** 10.37885/240316126 ..... 148

**SOBRE OS ORGANIZADORES** ..... 155

**ÍNDICE REMISSIVO** ..... 156

## **ENTRE O DESESPERO E A RESISTÊNCIA: UM RELATO DO DESASTRE DO PETRÓLEO NA RESEX CANAVIEIRAS**

### **Louise Oliveira Ramos Machado**

Doutoranda em Saúde coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter - UFRJ/UFBA).

E-mail: [louisemachado.br@gmail.com](mailto:louisemachado.br@gmail.com)

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-3364-7930>

### **Tiala Santana Santos**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: [tialasantos@ufba.br](mailto:tialasantos@ufba.br)

ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-6847-0963>

### **Lilian Santana Santos**

Pescadora Artesanal, Coordenadora da Amex, Secretária da Associação de Pescadores e Agricultores de Campinhos, membro da Rede de Mulheres.

### **Mara Lima**

Pescadora Artesanal, colaboradora da AMEX, APEMBA, membro da Rede de Mulheres.

E-mail: [marapescadoraartesanal@hotmail.com](mailto:marapescadoraartesanal@hotmail.com)

### **Luciene de Almeida Santos**

Pescadora Artesanal, colaboradora da AMEX, APEMBA, membro da Rede de Mulheres.

E-mail: [lu2almeidasant@gmail.com](mailto:lu2almeidasant@gmail.com)

### **Luize da Silva Rezende da Mota**

Mestre do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: [luize.rezende@hotmail.com](mailto:luize.rezende@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5751-784X>

### **Rita de Cássia Franco Rêgo**

Professora Titular e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, (PPGSAT/UFBA).

Professora Titular e Permanente do Programa de Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental (IBIO/UFBA).

E-mail: [ritarego1@gmail.com](mailto:ritarego1@gmail.com)

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-0632-4546>

# RESUMO

O derramamento de petróleo ocorrido em 2019 atingiu uma extensa área da costa Brasileira e é considerado o maior da história. Este desastre ocasionou uma série de impactos negativos sejam eles de ordem ambiental, social, cultural principalmente para as comunidades pesqueiras das regiões afetadas. Este capítulo tem o objetivo de retratar como comunidades da Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX) vivenciaram o desastre, colocando as principais ações de gestão, desafios, sentimentos bem como as ações de defesa do território. Por fim, ressaltamos a necessária criação de um Plano de Contingência de caráter participativo e flexível, mesclando a pluralidade de saberes técnicos com a experiência das populações locais.

**Palavras-chave:** Petróleo, Pesca Artesanal, Derramamento de Petróleo, Desastre, Gestão de Desastres.

## INTRODUÇÃO

*“Ser pescador(a) não é simplesmente garantir a pesca artesanal, mas é garantir o território, de onde a gente vive, garantir que nossos companheiros se mantenham vivos”*

A Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX), é uma Unidade de Conservação Federal, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, foi instituída em 2006 e abrange uma área de 100.726,36 hectares, sendo que, dos 100 mil hectares da área, 83% correspondem à parte oceânica, 12% são restingas e manguezais e o restante (menos de 5%) constitui áreas de terra firme (BRASIL, 2006; PEDREIRA; ROCHA, 2022). Localizada no sul da Bahia (Figura 1), abrange os municípios de Canavieiras, Belmonte e Una. Essa Resex tem como objetivos proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2006).

A maior parte do território da Resex está situada em áreas úmidas, deste modo, a pesca artesanal configura-se como a principal atividade econômica da Resex de Canavieiras, sendo desenvolvida nas seis comunidades do município: Atalaia, Campinhos, Poxim do Sul, Poxim da Praia, Barra Velha, Oiticica, também a comunidade do Peso, no município de Belmonte e a comunidade de Pedras de Uma no município de Una (CARMO *et al.*, 2016; Dumith, 2018).

Cada comunidade possui especificidades em sua origem, ocupação, desenvolvimento e grau de engajamento. As unidades habitacionais são modestas, em certos casos, desprovidas de itens de infraestrutura básica como luz elétrica, rede de esgoto, coleta de lixo, água encanada e acesso à rede de atenção básica de saúde. Algumas comunidades, como é o caso de Campinhos, são acessíveis unicamente por via fluvial, dependendo da habilidade e conhecimento de navegação dos moradores locais que operam pequenas embarcações a motor garantindo o transporte de pequenas cargas e pessoas (MACHADO, 2007).

Dito isso, um desastre, que atinge a costa desta Resex, afeta a vida de grande número de famílias que dependem dos ecossistemas costeiros para subsistência, prejudica toda a cadeia econômica e interfere no objetivo máximo de uma Resex.



Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não foram suficientes para todos os voluntários - cidadãos da sociedade civil, comerciantes, voluntários, além de pescadores (as) - e muitas pessoas realizaram o trabalho de remoção das manchas sem a devida proteção, ou utilizando apenas alguns equipamentos (Figura 2).

**Figura 2 e 3** - Pescadores(as) da comunidade Campinhos em mutirão de limpeza na Praia/Barra do Peso.



**Fonte:** AMEX.

*“ver pela TV é uma coisa, mas lidar com ele diretamente, minha filha, é outra coisa, foi um desespero total!” (Pescadora artesanal-comunidade de Atalaia)*

*“na hora que chegou, ninguém nem pensou as consequências que podia vim depois, a preocupação era tirar pra não invadir os manguezais, pra não prejudicar os crustáceos.” (Pescadora artesanal- comunidade de Campinhos)*

*“então assim, descalça, sem borracheira, sem máscara, sem luva, foi a forma que a gente encontrou na base de limpar nossas praias e do que era pra ser planejamento não aconteceu, então esse foi um contexto assim, e os EPI's chegaram depois né, com algumas doações, mas o estrago já tava feito.” (Pescadora artesanal-comunidade de Campinhos)*

Chama atenção a falta de preparo do setor saúde para lidar com esse tipo de emergência. Após o contato com o petróleo, muitas pessoas apresentaram problemas de saúde que até os dias atuais, passados quatro anos do desastre, são sentidos. Até então, não havia protocolos de avaliação de saúde, nem fichas

de notificação de agravos adequados, apesar de o Brasil ser grande produtor de petróleo, principalmente nas áreas costeiras.

*“...ela desmaiou na praia quando ela teve contato com o petróleo, teve que ser retirada no colo, tivemos que dar leite pra ela. Ela desenvolveu um problema na visão que fica vermelho, lacrimeja uma secreção amarela”. (Pescadora artesanal- comunidade de Campinhos)*

*“eu tive impacto com o petróleo, porque todo dia 06 h da noite quando eu chegava em casa, o meu braço e antebraço tava tudo manchado de vermelho e eu vomitava toda vez, ai e jantava, vomitava, tomava café da manhã, vomitava e tá até hoje, tipo, tem hora que tomo café da manhã-vomito, sinto um enjoo-vômito, então permaneceu”. (Pescadora artesanal- comunidade de Barra velha)*

*“tinha outros companheiros que relataram ter procurado atendimento médico e não ter sido assistido naquele momento, ocasionado pelo petróleo”. (Pescadora artesanal- comunidade de Campinhos)*

A literatura registra uma série de sintomas agudos e crônicos ligados à exposição a substâncias tóxicas presentes no petróleo bruto. São efeitos fisiológicos (respiratórios, neurológicos e sintomas relacionados ao trauma), de toxicidade genotóxica, imunotóxica e endócrina (alterações hormonais, subconjuntos de linfócitos e citocinas associadas à exposição) e efeitos na saúde mental (depressão, transtorno de ansiedade, estresse psicológico relacionado a eventos e transtorno de estresse pós-traumático). Alguns sintomas podem persistir por anos após a exposição (LAFFON *et al.*, 2016; SANDIFER *et al.*, 2021).

*“as vezes fica até difícil no entendimento técnico científico ou até médico associar um sintoma que a gente tem, associar com o derramamento de petróleo”. (Pescadora artesanal-comunidade de Campinhos)*

Diante disso, destaca-se a necessidade de se estabelecer protocolos para detectar e controlar potenciais efeitos nocivos à saúde induzidos pela exposição, incluindo a coleta de amostras biológicas, buscando estabelecer os níveis dos efeitos individuais da exposição, nos níveis agudo e crônico, principalmente aqueles relacionados à genotoxicidade.

Uma questão de saúde que preocupa muito e que é de grande relevância em casos de desastres são os agravos relacionados à saúde mental, neste caso em que o ambiente atingido não só é local de moradia, mas território em que se realiza todo um modo ancestral de vida, cultura e trabalho, o impacto ganha uma proporção ainda maior.

Com o objetivo de atender as demandas de acompanhamento da saúde de pessoas expostas ao derramamento Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador (DIVAST) construiu, após o desastre, um protocolo para que os profissionais de saúde pudessem fazer avaliação durante os atendimentos nas unidades, isso ocorre principalmente porque esses profissionais de também apresentaram à diretoria a dificuldade de avaliação das pessoas expostas ao derramamento, juntamente com a pressão dos movimentos sociais e do trabalho de pesquisa da Universidade.

Até o momento, infelizmente, o que existe é ainda muita incerteza sobre os riscos potenciais para a saúde provocados por este desastre. É urgente a aplicação de medidas que visem a identificação e acompanhamento da população afetada.

### **“Aqui a gente se vira”**

Além da falta de preparo do setor saúde, o período do desastre foi marcado por pouco trabalho, investimento e por um processo de negação do problema pelas esferas governamentais. Essa constatação deixou ainda mais latente a invisibilidade social das comunidades tradicionais da pesca. Neste cenário desencadeado pelo desastre do derramamento, para os pescadores e pescadoras não havia outra escolha a não ser “se virar”, reunir esforços voluntários e o pouco equipamento disponível para a limpeza e enfrentar mais um desafio (Figura 3).

*“A gente criou esse slogan “aqui a gente se vira”[...] virou um bordão, mas foi a forma que ele [gestor municipal] deu pra gente “se vire” e a gente se virou, a gente se vira muito bem”. (Pescadora artesanal-comunidade de Atalaia)*

**Figura 4 e 5** - Protesto organizado por pescadores artesanais e entidades representativas em Canavieiras.



Fonte: Arquivos da AMEX.

A pesca e a mariscagem são importantes atividades para a segurança alimentar das famílias. As notícias veiculadas nas mídias e nos meios de comunicação geraram medo e insegurança no consumo do pescado/marisco, afetando não somente a vida, mas também a dinâmica de trabalho. Danos às áreas de pesca, diminuição da quantidade de peixes, interrupção da atividade laboral, perda de equipamentos estão entre a série de problemas relatados.

Dentre as estratégias de enfrentamento ao processo de insegurança alimentar durante o derramamento, a AMEX e rede mulheres, juntamente com as associações, pensaram em um projeto para implantar uma quitanda solidária, que consiste em um movimento de troca, trocar o pescado, o peixe ou o catado de Aratu, do caranguejo, por produtos da cesta básica como café, arroz, feijão e açúcar.

*“foi uma força tarefa coletiva, que fez com que essa quitanda fosse implantada, então era pescadores de vários lugares que iam pra lá trocar esses pescados que estavam desvalorizados por conta do derramamento do petróleo, a gente sabia que o produto não estava contaminado e garantiu a essas pessoas a segurança alimentar”.*  
(Pescadora artesanal-comunidade de Atalaia)

Com dificuldades nas vendas dos produtos e com poucos recursos financeiros necessários para compra de alimentos básicos, a quitanda surge enquanto fruto da mobilização social e estratégia de enfrentamento motivada pelo senso de coletividade a qual pertencem as comunidades tradicionais da pesca, que além de desenvolverem um trabalho em nível comunitário, esse

sistema é mantido no cotidiano e na vida das famílias que compartilham o mesmo território.

*“Então, uma coisa assim, que a gente aprendeu muito e ficou marcado nas comunidades é que a gente tem uma capacidade coletiva, gigantesca de ir pra cima no que diz respeito a defender o território da gente, isso pra gente ficou, essa organização, esse sentimento dentro da gente de embate ao petróleo, que foi utilizado como exemplo.” (Pescadora artesanal- comunidade de Campinhos)*

Os esforços da comunidade em livrar o mar das manchas de petróleo, o ambiente no qual vivem e trabalham, parte de um lugar de pertencimento ao território, já que o mar e o mangue contam a sua história e são orientadores da vida cotidiana. A coragem de se expor à substância desconhecida, colocando a limpeza das praias como prioridade, demonstra que a relação construída não se dá apenas pelo trabalho, há um saber cultural e ancestral que move e mobiliza os pescadores (as) em prol do bem coletivo.

*“Hoje quando eu falo isso me emociona muito, o companheiro fez a reunião e dizer que tava ali mas que tinha deixado em casa um copo de farinha e dois ovos pra mulher e para os filhos, outros dizia que tava ali com a cara e a coragem mas que em casa não tinha nada pra comer, então aquilo me chocava muito, sabe, embora não tivesse o que se sustentar em casa mas ele tava ali em busca da sobrevivência do geral.” (Pescadora artesanal-comunidade de Atalaia)*

A possibilidade de garantir o acesso e disponibilidade de alimentos adequados e seguros foi importante a médio e longo prazo, pois, a permanência da quitanda permitiu o enfrentamento dos efeitos socioeconômicos também no início da pandemia de covid-19.

*“Veio a pandemia e aí foi uma ferramenta ainda mais fundamental pra manter a quitanda porque evitava que os idosos, as gestantes e até mesmo os jovens se direcionassem para a cidade pra não correr o risco de se contaminar com a covid.” (Pescadora artesanal-comunidade de Atalaia)*

## **As manchas que ficaram não se apagam**

Para além do que é possível observar visivelmente dos impactos do derramamento para a vida e para a saúde das pessoas, ficaram marcas que não podem ser vistas, mas são sentidas e percebidas por quem experienciou o período do desastre. Os sentimentos não passaram, pelo contrário, se fazem presentes na memória e no corpo.

*“Eu acho que nosso psicológico nunca mais vai voltar a ser o mesmo.”  
(Pescadora artesanal-comunidade de Atalaia)*

*“Nós mulheres, não, a gente traz pra dentro da gente, pra dentro da nossa memória, do nosso corpo, o nosso corpo reage de maneira diferente, ele muda. Uma das coisas que marcou muito, principalmente na minha comunidade, foi a questão emocional!” (Pescadora artesanal da comunidade de Campinhos)*

O protagonismo das mulheres dessa comunidade na tomada de decisão e na mobilização em nível comunitário foi determinante na construção e implementação das principais estratégias de enfrentamento, inclusive, a quitanda solidária. Essas mulheres que são pescadoras e marisqueiras, mães, donas de casa e líderes comunitárias, acumularam mais uma tarefa com o derramamento, enquanto agentes de transformação da realidade.

*“Falam assim, você é guerreira... guerreira não! Nós somos sobrecarregadas! Nós mulheres, pescadoras, lideranças das comunidades, mães, de associações, um desgaste físico e emocional gigantesco e o derramamento de petróleo, a pandemia e as enchentes veio pra lascar a gente, entendeu?”*

Além de conflitos outros já colocados na agenda política da RESEX, como o enfrentamento à carcinicultura, desmatamento, especulação imobiliária, conflitos para a preservação do território, etc., fica perceptível que o petróleo surge para essas comunidades como mais um problema a ser enfrentado, que se soma a desastres naturais como as enchentes ocorridas por dois anos seguidos.

## ***“Não é simplesmente garantir a pesca artesanal, mas é garantir o território”***

Importa destacar que o fato de o território atingido pertencer a uma RESEX colaborou para uma melhor gestão do desastre, como também a presença de uma unidade local do ICMBio, organizações e Associações contribuíram para uma gestão mais eficiente, ainda que com muitas fragilidades em termos de estrutura e material.

A principal lição aprendida com o desastre para na percepção dos pescadores deste território diz respeito a repensar o modelo de desenvolvimento vigente, que resulta em desastres e potencializa a crise ambiental. Aponta também para a necessidade de organização e fortalecimento do movimento social em defesa da vida, saúde, ambiente e território. O engajamento de grupos em movimentos como o “Nem um poço a mais” e “Mar de luta” é reflexo do processo de mobilização para enfrentamento das problemáticas relacionadas ao petróleo.

*“Eu acho que agora a gente só precisa se cuidar, cuidar um pouco da mãe natureza, que a gente sabe que muito o que tem acontecido é por causa de descuido nosso”. (Pescadora artesanal da comunidade de Atalaia)*

*“E a gente tá nos territórios agora mesmo, com uma questão de ser pescador (as) não é simplesmente garantir a pesca artesanal, mas é garantir o território, de onde a gente vive, garantir que nossos companheiros se mantenham vivos”. (Pescadora artesanal da comunidade de Campinhos)*

Um outro aprendizado é a necessária formação e preparo das comunidades, profissionais da gestão e técnicos acerca do processo de prevenção e resposta a desastres. A criação de um Plano de Contingência, de caráter participativo e flexível, mesclando e sistematizando a pluralidade de saberes técnicos de caráter emergencial, com a experiência das populações locais, pode ser uma estratégia. É preciso estabelecer e orientar procedimentos e ações de resposta a fim de estimular atuação coordenada de órgãos da administração pública, entidades públicas e privadas, em conjunto com a comunidade, prevenindo melhor gestão em incidentes envolvendo petróleo e outros similares que podem atingir o território.

*Dedicamos este capítulo aos pescadores(as) artesanais da Reserva Extrativista de Canavieiras e ao companheiro Fábio Santana (in memoriam), que muito contribuiu para fortalecer a Resex e a luta dos pescadores (as) artesanais e agricultores de canavieiras.*

*Muito obrigada, companheiros!*

## REFERÊNCIAS

- Carmo JC do, Pires M de M, Jesus Júnior G de, Cavalcante AL, Trevizan SDP. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. *Rev Estud Fem* [Internet]. 2016Jan;24(Rev. Estud. Fem., 2016 24(1)):155–80. Available from: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>
- BRASIL. Decreto s/n., de 05 de junho de 2006. Criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras. 2006. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm)> Acesso em 23 de mar. 2023.
- Pedreira de Souza, E., & Rocha, E. A. (2022). A disputa territorial e a importância econômica da Unidade de Conservação (UC) Reserva Extrativista Marinha (RESEX) em Canavieiras - BA. *Conjecturas*, 22(2), 170–190. Recuperado de <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/637>
- Sandifer, Paul A., Alesia Ferguson, Melissa L. Finucane, Melissa Partyka, Helena M. Solo-Gabriele, Ann Hayward Walker, Kateryna Wowk, Rex Caffey, and David Yoskowitz. "HUMAN HEALTH AND SOCIOECONOMIC EFFECTS OF THE DEEPWATER HORIZON OIL SPILL IN THE GULF OF MEXICO." *Oceanography* 34, no. 1 (2021): 174–91. <https://www.jstor.org/stable/27020069>.
- LAFFON, B.; PÁ SARO, E.; VALDIGLESIAS, V. Effects of exposure to oil spills on human health: Updated review. *Journal of Toxicology and Environmental Health, Part B*, 19(3-4), 105–128. 2016
- MACHADO, Ricardo Augusto Souza, O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA. Salvador, 2007. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia para obtenção do título de Mestre em Geografia
- Dumith, R. C. (2018). Dez anos de r-existência da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): análise dos conflitos inerentes à reprodução social e política das suas comunidades tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, 367-391, novembro
- OLIVEIRA, Lidiane Barbosa de Oliveira Reserva Extrativista Marinha e Carcinicultura no Município de Canavieiras, Bahia: Contradições na Apropriação do Espaço em Territórios Pesqueiros a Partir do Arcabouço legal. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.



Foto: Eduardo Mafra

## **A REALIDADE DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DE CONDE-BA: O ANTES, DURANTE E DEPOIS DO DERRAMAMENTO DO PETRÓLEO**

**Tiala Santana Santos**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: [tialasantos@ufba.br](mailto:tialasantos@ufba.br)

ORCID: 0000-0001-6847-0963

**Maria Josefa dos Santos Silva**

Pescadora artesanal de Conde.

E-mail: [mariajosefamsria.conde@gmail.com](mailto:mariajosefamsria.conde@gmail.com).

**Ana Angélica Martins da Trindade**

Doutora em Sociologia. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: [angelica.ana@gmail.com](mailto:angelica.ana@gmail.com)

ORCID: 0000-00029743-0212.

**Luiza Monteiro Barros**

Doutoranda em Saúde coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter - UFRJ/UFBA).

E-mail: [lu.bia.barros@gmail.com](mailto:lu.bia.barros@gmail.com)

ORCID: 0000-0002-5941-393X

**Marta Cristiane Ferreira dos Santos**

Doutoranda em Saúde coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter - UFRJ/UFBA).

E-mail: [martacfsantos@gmail.com](mailto:martacfsantos@gmail.com)

ORCID: 0000-0002-2204-8019

**Verônica Moitinho Sena**

Especialista em Saúde da Família (FESF/ Fiocruz - BA).

E-mail: [fisioveronicasena@gmail.com](mailto:fisioveronicasena@gmail.com)

ORCID: 0000-00030341-8333

# RESUMO

Diante do extenso derramamento de petróleo em 2019, pescadores e marisqueiras artesanais de Conde-BA conviveram com a insegurança alimentar e adoecimentos, sobretudo, tiveram a identidade socioprofissional e a sobrevivência ameaçadas. Neste capítulo, buscou-se apontar os principais desafios enfrentados, as estratégias comunitárias adotadas e as perspectivas futuras relatadas pelos trabalhadores da pesca artesanal. O medo e as dúvidas quanto ao consumo dos pescados foram objetificados pela marginalização cultural da pesca e mariscagem, enquanto os sentidos de coletividade e construção de uma rede de solidariedade acentuaram a força das ações comunitárias entre os pares, envolvendo famílias, amigos e a Universidade. A aplicação das práticas ancestrais coletivas nas estratégias de contenção e preservação do ambiente serve de base para futuros enfrentamentos diante de novos desastres. Ressalta-se a importância da presença dos jovens da comunidade no movimento de manutenção e preservação dos saberes e práticas ancestrais, em vista a ampliar as possibilidades de preservação do meio, do modo de vida e trabalho, como caminhos de longevidade e futuro da pesca artesanal.

**Palavras-chave:** Pesca Artesanal, Derramamento de Petróleo, Injustiças Socioambientais, Coletividade.

## INTRODUÇÃO

*"Meu trabalho aumentou, meu custo de vida ficou maior e a minha renda é pequena demais pra suprir isso".*

O município de Conde, situado no Litoral Norte da Bahia, apresenta uma população de 26.223 habitantes (IBGE, 2021). De acordo com a estimativa populacional realizada pela Fundação João Pinheiro, em 2017, 50,1% da população era composta por homens, sendo que a maioria (84,23%) eram pessoas negras. (ATLAS BRASIL, 2010).

Conde apresenta ampla área litorânea com 40 quilômetros de praia, além de dunas, rios, lagoas e estuários. Com isso, os moradores trabalham principalmente com o turismo, comércio, agricultura, prestação de serviços e atividades extrativistas. Neste cenário, as atividades da pesca artesanal configuram-se como importante mecanismo identitário, para além da subsistência à 673,16 pescadores por mil habitantes, considerando os aspectos econômicos e simbólicos, ricos em significados ancestrais (FONSECA; GASALLA, 2022, p. 35).



**Fonte:** Repositório das autoras.

Nos povoados Poças, Sítio do Conde, Siribinha, Itariri e as comunidades quilombolas de Buri e Sempre Viva, a atividade pesqueira é praticada por famílias inteiras por meio de um saber-fazer repassado entre gerações, desenvolvido no mar ou no mangue, de modo a garantir os meios para a sobrevivência.



Fonte: Repositório das autoras.

No entanto, em 2019, o modo de vida desses trabalhadores foi alterado com a contaminação das águas após um derramamento de petróleo de origem desconhecida. Trata-se de mais um desastre socioambiental com grande capacidade em ampliar vulnerabilidades sociais já conhecidas, além de aumentar o grupo de riscos aos quais os pescadores e marisqueiras são expostos cotidianamente. Além dos prejuízos à saúde associados ao contato com o petróleo, foi observado a ingestão de pescados possivelmente contaminados, dificuldades financeiras e mudanças na configuração do trabalho (ESTEVO *et al.*, 2021; SILVA *et al.*, 2021).

Em vista disso, buscou-se discorrer, com ênfase na versão e interpretação dos pescadores e marisqueiras locais, sobre os principais desafios enfrentados em Conde, as estratégias comunitárias adotadas e as perspectivas futuras frente ao derramamento do petróleo.

### ***"A gente foi voluntária na força do grito".***

Ao perceber a chegada das primeiras manchas de petróleo no mar, os moradores das localidades, voluntários, marisqueiras e pescadores artesanais se mobilizaram para realizar a limpeza das praias. Inicialmente, sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), de forma improvisada, pois sentia-se a

urgência de evitar que as manchas se espalhassem e com isso, essas pessoas se expuseram ao contato com o petróleo.

Neste cenário de crise, pescadores e marisqueiras decidiram agir, diante da inércia do Estado à época. Mobilizaram as coletividades e organizaram autogestão para a limpeza: *“O grupo maior foi das marisqueiras”*. A partir disso, iniciou-se as primeiras estratégias de enfrentamento na comunidade:



**Fonte:** Repositório das autoras.

*“A gente foi voluntária na força do grito, levando o que tinha em casa, fazendo vídeo e botando na mídia para a prefeitura trazer saco, luva, trouxeram máscara de hospital, não era pra usar, mas era o que servia. Dividimos em grupos. Das marisqueiras da colônia, nenhuma recebeu nenhum centavo”* (Pescadora de Conde).

Apesar de cansativo, o trabalho de limpeza das praias retomou a esperança de ver o mar como se tinha antes, remediar as perdas materiais e simbólicas, sendo imprescindível a interrelação entre a assistência e as ações institucionais e comunitárias em territórios.



**Fonte:** Repositório das autoras.

“Nossos representantes não fazem nada. Nós somos classes escondidas. Nunca levantou bandeira de pescador. A gente faz tudo por conta própria” (Pescadora de Conde).

Além disso, havia dificuldades na garantia do direito ao auxílio emergencial pecuniário destinado aos pescadores afetados pelo derramamento de petróleo, como conta uma pescadora da localidade:

*“Tem gente que não recebeu o auxílio do derramamento ainda, outros foram negados por causa do tempo, não apresentou documentação. Mas, ainda tem pessoas em falta, na necessidade e dependendo do dinheiro desse óleo” (Pescadora de Conde).*

### ***“Teve um antes e um depois. Depois, tudo ficou difícil”.***

A invasão do petróleo provocou mudanças substanciais tanto para o ecossistema local como para o cotidiano dos(as) pescadores(as) que historicamente é desafiador. As mudanças observadas no processo de trabalho e na disponibilidade do pescado tornam possível demarcar um antes e depois.



**Fonte:** Repositório das autoras.

*“Antes do óleo, nós tínhamos outras condições, ficou aquela situação ruim pra gente. Teve um antes e um depois. Depois tudo ficou difícil” (Pescador de Conde).*

Essas mudanças tornaram a vida mais difícil pois *“o trabalho aumentou, o custo de vida ficou maior e a renda é pequena demais” (Pescadora de Conde).*

O desastre foi então, o ponto de partida para experiências de vida e trabalho que não se observava antes, mas que se mantêm até hoje mesmo passados quatro anos deste acontecimento. Sobre isso, um pescador lembra que *“sozinho matava 150-200 kg de peixe em 5 dias de maré. Hoje, passa 8-9 dias e só mata 40 kg de peixe, quando acerta. Quando Deus ajuda, dá 50”*. Essa experiência revela que o derramamento trouxe consigo ameaças ao ecossistema, à subsistência e às identidades.

*“O óleo para mim foi desastre total, depois disso alguns pescados sumiram, como Massunim, Sururu, Aratu” (Marisqueira de Conde).*

A dúvida sobre a qualidade do pescado, seja oriundo do mar ou do mangue da região, gerou medo na população relacionado a contaminação do produto. Esta situação causou dificuldades na comercialização, prejuízos financeiros, restringiu o acesso a outros alimentos básicos à mesa e fragilizou o meio de acesso à renda para pagamento das despesas domésticas:



**Fonte:** Repositório das autoras.

*“Na época do óleo, não adiantava nada, pescava e ninguém queria. Como é que você ia sobreviver? “Ah, o peixe tá contaminado!” Ia fazer o quê por Nossa Senhora?” (Pescadora de Conde).*

*“Teve pescador de passar 6 meses com o freezer cheio de peixe porque não tinha quem comprar. Foi um comer de ovo que eu não sei como o povo não empenou” (Pescadora de Conde).*

Todo esse cenário de crise, além de repercutir na organização do trabalho na pesca artesanal, também impossibilitou a autonomia de escolhas alimentares. Sobre isso, uma pescadora recorda que a parte mais difícil foi quando começou a chegar pessoas na colônia de Pescadores pedindo alimentos: *“eu sai com o carro de mão de porta em porta para ajudar aquele que nada tinha [...]”*. Com isso, consumir os pescados possivelmente contaminados, mesmo que inseguros quanto aos riscos à saúde era a opção, pois haviam pessoas passando fome:

*“Testou positivo contaminação na Ostra, Robalo, Tainha, essas espécies do estuário, a gente não podia comer, mas a gente comia [...] O litro de camarão custava 15 reais e a gente vendia por 3 reais” (Pescadora de Conde).*

*“A vida virou uma bola de neve. Fazer de tudo para o botijão passar 45-60 dias. Se secar antes, eu tenho certeza que vou ficar dias sem gás para comprar alguma coisa. Porque tem que descobrir um santo pra cobrir outro” (Pescadora de Conde).*

## **As estratégias de enfrentamento**

Diante do convívio com as incertezas e da falta de perspectiva de assistência do Estado, *“ainda tem pessoas passando necessidade” (Pescadora de Conde)*. Com isso, a comunidade realizou ações coletivas com perspectivas emancipatórias como o sistema de trocas de alimentos e a organização de reuniões e eventos de modo a possibilitar o acesso a outros gêneros alimentícios para além do pescado: *“A reunião do dia da mulher ainda é para arrecadar alguma coisa para cesta básica porque não tem pesca suficiente para sobrevivência” (Pescadora de Conde)*.

*“Algumas pessoas que pegavam moreia (peixe pretinho do brejo) trocavam por laranja, amendoim, jaca” (Pescadora de Conde).*

Adicionalmente, as marisqueiras passaram a desenvolver outras atividades a fim de obter algum recurso, como a realização de faxina. Este cenário reflete a marginalização cultural do ato de pescar e mariscar ocasionada pelo derramamento, com repercussões a médio e longo prazo para o cotidiano de vida e trabalho à exemplo do acúmulo de atividades laborais.

*“Buscar fazer faxina na casa dos outros (60 reais o dia, quando acha) porque mulher tem de sobra, lavar trouxa de roupa o dia todinho em pé dentro da água por 20-25 reais, dependendo da bolsa escola quando o governo tem consciência de liberar” (Pescadora de Conde).*

A partir disso, destaca-se o senso de coletividade e a construção de uma rede de solidariedade, de reflexão e de troca de saberes entre os pares envolvendo famílias, amigos e a Universidade, uma vez que apenas as ações governamentais não respondiam às necessidades da população afetada. Têm-se como exemplo a doação de aniversário que pedia alimentos ao invés de presentes. Uma pescadora destaca que não passou fome porque sabia onde buscar, mas salienta que ainda tem pessoas que estão passando por essa situação.

*“Isso me marcou. É uma ferida que não vai cicatrizar nunca mais” [...]. As pessoas que podiam ajudar me deram um “não” e gente que estava na mesma situação dividia o pouco que tinham. Dói na alma” (Pescadora de Conde).*

### ***“Não tem como esquecer. É a nossa sobrevivência”.***

Os desafios e impactos enfrentados durante o derramamento do petróleo permanecem na vida das mulheres e homens das águas, é o que nos fala uma pescadora, ao revelar que *“a vida ainda está complicada, esperando em Deus que melhore, mas acho que a pescaria nunca mais volta a ser como antes”.*

Os dilemas relacionados com o adoecimento físico e mental, impacto ambiental, a insegurança alimentar com a redução do pescado, sobrecarga de trabalho e falta de perspectiva de melhora fazem acreditar que *“a tendência é piorar porque não saiu do mangue. A maré grande entra, derrete e bate com o óleo na praia” (Pescadora de Conde).*

O quadro de medo, tristeza e angústia ao sentir que o meio de sobrevivência está ameaçado, a progressiva marginalização cultural do ato de pescar e mariscar, do desamparo do Estado que nem informou as causas do desastre tornando-o presente, fazem com que não seja possível o esquecimento.

*“Mesmo se a gente quisesse esquecer, não tem como. É a sobrevivência, caindo, limitando a sobrevivência, embora a feira tenha mudado de lugar, o cenário é o mesmo. O pescado diminuiu” (Pescadora de Conde).*

### ***“Eu quero que meus netos conheçam o que eu conheci, não de forma degradada”***

Diante da ameaça a essa herança cultural há o seguinte entendimento:



**Fonte:** Repositório das autoras.

*“É preciso saber ver e contemplar pois não se sabe do amanhã, temos que preservar o pouco que sobrou. Se a gente não aprender a manter o que sobrou, a gente vai sofrer mais um pouco”* (Pescadora de Conde).

Para as pescadoras, os aprendizados com o derramamento de petróleo fizeram compreender que *“o reflorestamento deve acontecer por causa do desmatamento que se fez no passado. Tem que saber que fogo tem lugar certo. Saber lidar com a água para não passar sede, não passar fome”* (Pescadora de Conde).

A partir dessas avaliações e críticas sobre ações anteriores em relação ao meio ambiente, reconhece-se a necessidade de perpetuar as práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais e de valorizar a identidade do “ser” pescador artesanal. Sobre isso, uma pescadora teme que as gerações futuras não tenham a oportunidade de viver o que ela viveu:

*“Eu quero que meus netos conheçam o que eu conheci, não de forma degradada. Eu quero que meus filhos tenham caranguejo, tenham peixe, tenham marisco. Se a gente não preservar para conservar, o amanhã vai ser preto, não vai ter nada não”* (Pescadora de Conde).

A experiência vivida pela comunidade com o derramamento do petróleo serve, portanto, de base para lidar com novos desastres inevitáveis diante do modelo de desenvolvimento econômico restrito aos interesses hegemônicos globais. Para isso, entendem que é necessário *“conscientizar os jovens [...] Se acontecer de novo, que eles estejam juntos, deem as mãos. [...] Eles têm que estar preparados para os perigos. Lembrar dos acontecimentos para não deixar morrer”* (Pescadora de Conde).

O fortalecimento da coletividade é importante, pois favorece o alinhamento das pautas comunitárias, o surgimento e a manutenção de novos representantes e lideranças da categoria e faz ecoar as necessidades locais junto aos espaços de luta e disputa política.

## CONCLUSÃO

*“Ser marisqueira é mostrar ao mundo que somos humanos e merecemos respeito”*

A vida que é orientada pela maré e pelas águas por meio do reconhecimento identitário do “ser” pescador e marisqueira artesanal é o que também torna possível a sobrevivência, a educação dos filhos, os objetivos de vida, o bem viver e a ancestralidade dos territórios.

Em Conde, as famílias pesqueiras afetadas pelo desastre enfrentam problemas que se intensificam pela invisibilidade a qual esses(as) trabalhadores(as) foram submetidos e negligência do Estado ao tempo do derramamento. No cotidiano da vida, não há uma separação entre passado, presente e futuro, pois o atravessamento dos tempos se vê nas narrativas. Se por um lado o desastre significou tristeza, sofrimento e necessidade para a população local, por outro despertou com mais força o desejo de que a prática ancestral de cuidar do território seja valorizada; perpetue os aprendizados culturais junto aos mais jovens, e, renove o esperar de uma vida mais justa, solidária com base em sentidos de coletividade.

Por fim:



**Fonte:** Repositório das autoras.

*“Ser marisqueira, para mim, é realizar todos os meus objetivos através do meu pescado, do meu trabalho como marisqueira conseguir educar minhas filhas, organizar minha casa, terminei meus estudos, tudo através da minha pescaria, então pra mim é realizar todos os meus objetivos” (Pescadora de Conde).*

*“Ser marisqueira é ter a certeza que no amanhã os meus filhos e netos terão o futuro garantido dentro do ambiente pesqueiro. É mostrar o que temos e somos, ser marisqueira é mostrar ao mundo que somos humanos e merecemos respeito” (Pescadora de Conde).*

**OBSERVAÇÃO:** Todas as fotos utilizadas neste capítulo fazem parte do repositório dos autores.

## **Agradecimentos**

Agradecemos aos pescadores artesanais de Conde, em especial, Neide e José Batista (Neném) e à prof Dra Kênya Lima pelas valiosas contribuições e compartilhamento de experiências na realização deste capítulo. Muito obrigada!

## REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL: Conde. Disponível em:<<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/290860#sec-demografia>>. Acesso em: 12 de abril de 2023.
- COSTA-NETO et al. Diagnóstico etnoecológico em comunidades pesqueiras do município de Conde, região litoral do norte do Estado da Bahia. **Ethnoscintia** v.4, 2019.
- ESTEVO, M. O. et al. Immediate social and economic impacts of a major oil spill on Brazilian coastal fishing communities. **Marine Pollution Bulletin**, [S.L.], v. 164, p. 111984-111990, mar. 2021.
- FONSECA, A. F; GASALLA, M. A. **Dimensão social da pesca na costa do Brasil: Atlas demográfico**. v.1 São Paulo: Instituto Oceanográfico. Universidade de São Paulo, 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Conde**. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/conde.html>>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- MAGALHÃES, H. F.; COSTA NETO, E.M.; SCHIAVETTI, A. Local knowledge of traditional fisherman on economically important crabs (Decapoda, Brachyura) in the city of Conde, Bahia State, Northeastern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 8:13, 2012.
- SILVA, L. R. C. et al. Derramamento de petróleo no litoral brasileiro: (in)visibilidade de saberes e descaso com a vida de marisqueiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 6027-6036, 2021.

## **ESPERANÇANDO NA LUTA E NA UNIÃO COM O RIO JEQUITINHONHA FRENTE AO DESASTRE DO PETRÓLEO EM BELMONTE-BAHIA**

**Luiza Monteiro Barros**

Doutoranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter - UFRJ/UFBA).

E-mail: lu.bia.barros@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5941-393X

**Marta Cristiane Ferreira dos Santos**

Doutoranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter - UFRJ/UFBA).

E-mail: martacfsantos@gmail.com

ORCID: 0000-0002-2204-8019

**Pedrina Rodrigues Reis**

Diretora da Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte.

**Verônica Moitinho Sena**

Especialista em Saúde da Família (FESF/Fiocruz-BA).

E-mail: fisioveronicasena@gmail.com

ORCID: 0000-00030341-8333

**Lilian Maria Santana Marcelo**

Diretora da Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte.

**Ana Angélica Martins da Trindade**

Doutora em Sociologia, Universidade Federal da Bahia.

E-mail: angelica.ana@gmail.com

ORCID: 0000-00029743-0212.

# RESUMO

No final de outubro de 2019, as manchas de petróleo alcançaram as águas oceânicas do município de Belmonte na Bahia. Este capítulo apresenta as memórias e as narrativas das pescadoras da Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB) no enfrentamento do desastre do derramamento de petróleo. Destacam-se o cuidado e a preservação com o meio ambiente; a força e a luta das mulheres das águas e da coletividade pela proteção do Rio Jequitinhonha e do território das águas, onde a vida se produz e se reproduz, resistindo e rompendo cenários de conflitos socioambientais. Nos relatos, fica evidenciado a relevância do fortalecimento do SUS e do controle social, assim como, da articulação com as universidades públicas, fazendo emergir novos afluentes para a defesa do bem comum e do direito à vida.

**Palavras-chave:** Pesca Artesanal, Derramamento de Petróleo, Desastre, Memória.

## INTRODUÇÃO

**Foto 1** - Pescadora no Rio Jequitinhonha.



**Fonte:** Neemias Seara.

**“É maré... vê se não demora chegar, com Jequitinhonha seco, tão cedo não chego lá, Eu trabalho por maré, pois não tenho solução. Com Jequitinhonha seco, Sem nenhuma explicação[...] Os peixes diminuindo, E o povo a lamentar, Como vai viver esse povo Se esse rio se findar”**

É samba, é roda, é luta cantada pela vida do Rio Jequitinhonha. Expressão de denúncia manifesta na cultura dos pescadores e pescadoras artesanais. Desde Minas Gerais, o rio Jequitinhonha na sua longa trajetória, compõe cenários magníficos, com a caatinga, a mata Atlântica, restingas e manguezais<sup>1,2</sup>. Sem perder o rumo em direção a sua foz, anseia por esse encontro com o oceano atlântico em Belmonte, no extremo sul da Bahia, consagrando o estuário, onde outrora movimentos e vidas eram abundantes.

Vidas que brindaram o solo ancestral de povos originários desde as aldeias dos botocudos aos Tupinambás e Pataxós e de povos tradicionais de famílias escravizadas<sup>1,3</sup>, que na pesca artesanal sempre encontraram a *completude*

da sua existência, da sua cultura, da sua economia e de pertencer.<sup>4</sup> As redes familiares, a herança da oralidade, as estratégias na organização do trabalho são algumas das características permanentes nas marés de dificuldades que chegaram até esse território das águas <sup>3,5</sup>.

Com as mudanças climáticas, tudo se tornou mais difícil na foz; quando não chove, há muita dificuldade para locomoção e escassez, e quando chove, o trabalho fica impossibilitado por conta da correnteza, alagações e enchentes <sup>6,7</sup>. O Rio Jequitinhonha, *fraturado, picotado e barrado*<sup>4</sup> pela exploração econômica predatória, contudo, com sua beleza e altivez, acalenta e faz descansar dos pesadelos, os pescadores e marisqueiras, historicamente invisibilizados. O rio abraça e é abraçado pelos povos das águas, mas, quem ecoa a sua voz, são principalmente as mulheres, trabalhadoras da pesca artesanal, que com seus saberes e fazeres, rompem barreiras sociais em busca da igualdade de direitos e da proteção ambiental <sup>5,8</sup>.

As mulheres das águas de Belmonte, após reativarem uma antiga associação da comunidade da Biela, em 20 de junho de 2009, a Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB), passaram a integrar a Associação Mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras (AMEX). Esta associação está vinculada à Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX), que incide sobre os municípios de Belmonte, Una e Canavieiras. Inspiradas na força dos saberes ancestrais e na relação de respeito com o meio ambiente, essas mulheres empoderaram-se com as suas vozes na defesa da subsistência familiar e da permanência local diante dos conflitos socioambientais.

Trabalhando nos seus projetos da AMPB, as pescadoras e marisqueiras cantam, como já dito, o samba de roda que é forma cotidiana de denunciar injustiças ambientais, como o impacto da hidrelétrica que há mais de 15 anos provoca dificuldades e perdas econômicas para famílias da pesca e agricultura familiar; e foi neste cenário que em 2019 foram surpreendidas com a notícia do desastre crime do derramamento de petróleo, e sua chegada nas águas oceânicas de Belmonte no final de outubro. A seguir, será possível viajar pelas memórias e narrativas, naqueles dias, e perceber a força das mulheres e da coletividade, no enfrentamento do desastre que se prolonga no tempo.

Antes da chegada das manchas de petróleo bruto havia esperança e o esperar:

*“a gente estava bem esperançosa, mas não era a esperança de sentar e cruzar os braços, não. Era esperança de correr atrás mesmo [...]”.*

**Foto 2 -** Marisqueiras e Pescadoras artesanais da AMPB, beneficiando o camarão.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“a gente estava com esperança de trabalhar, ter as espécies em abundância, a gente não só trabalha mas conscientiza, nosso espaço já é isso, é um trabalho coletivo em uma unidade de beneficiamento e o propósito é trabalhar conforme as leis vigentes respeitando o tamanho mínimo, respeitando as espécies e o meio ambiente”.*

As manchas de petróleo avançaram livremente pelas águas do litoral do Nordeste, atravessavam a Bahia em direção a Belmonte, com aval da inação e atrasos governamentais, acompanhadas de preocupações. Paisagens revelavam tempos de degradação socioambiental, desespero, medo e incertezas.

*“Pra nós foi muito perturbador saber do derramamento quando ele nem estava nem aqui e a gente já perdia o sono. A gente já estava sem dormir sabendo que poderia chegar”.*

Quando as primeiras pelotas chegaram em Belmonte, houve uma omissão por parte da entidade dos pescadores. As pescadoras artesanais ao tomarem ciência da situação e de que não se tinha a perspectiva de iniciar uma ação de enfrentamento, protagonizaram a organização de um monitoramento na praia e decidiram ir a campo.

**Foto 3** - Organização e preparação da ida a campo para a vistoria na praia.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“Aqui em Belmonte mesmo, começou a chegar as bolinhas pequeninas e fomos incentivados a esconder para não prejudicar as vendas[...] Fomos fazer a vistoria nas praias. E chegou, né. A gente não imaginava que ia ser de modo bom. Aí partimos para o combate.”*

A triste realidade acentuou o movimento de resistência destas mulheres diante do sexismo imperativo na organização do trabalho pesqueiro, sobretudo por não serem reconhecidas em suas ações. Em um primeiro momento, elas também enfrentaram a contra correnteza das tentativas de silenciamento e de desmobilização por parte de alguns pescadores receosos com o impacto na comercialização do pescado e na subsistência.

**Foto 4** - Pescadoras descendo o rio de barco para chegar a outro ponto de coleta, retornando da barra do Norte para Barra do Sul.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“O machismo, eles não aceitam que as mulheres corram atrás. Não aceitam essa afirmação. De fato, as mulheres se organizam melhor”.  
“Coisas que eles deveriam fazer, mas, nós fomos as protagonistas na tomada de iniciativa. Fomos acusadas de fazer alarde. Como é que se esconde o petróleo, um negócio preto, fedido, como? Hoje, eles já avaliam que foi errado”*

*Se eles não vão, nós vamos!*

Seguidas pelo conhecimento tácito aprendido de forma geracional, as vistorias grupais foram iniciadas, com equipamentos de proteção improvisados, insuficientes, levando a esperança de não encontrar o petróleo.

**Foto 5** - Gravando vídeo para comprovar a chegada do Petróleo e mobilizar outras pessoas para ajudar na ação.



**Fonte:** vídeo da AMPB.

Em apenas 100 metros de caminhada encontraram as primeiras pelotas e registraram um vídeo para mostrar à comunidade que o petróleo tinha chegado em Belmonte, sim!

*“...a gente fez alarde mesmo e fazia tudo de novo...”*

O percurso no trabalho de recolher as pelotas se prolongava e mais pessoas chegavam, somando forças; a iniciativa delas de cuidar das praias foi se ampliando.

**Foto 6** - Companheiro somando forças na limpeza da praia.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

**Imagem 1** - Trajeto do barco do rio até o mar, e das pescadoras na praia.



**Fonte:** Thiago Souza pelo Google Earth.

Com o passar das horas, já exaustas e sedentas pelo trabalho desgastante da limpeza, foram surpreendidas *por uma onda com uma grande quantidade de petróleo. Então*, perceberam que havia necessidade de uma ação mais forte e mais contundente. Não dariam conta sem as redes de apoio comunitárias.

**Foto 7** - Registro da chegada de manchas grandes de petróleo cru.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“Gente, pelo amor de Deus! Pede ajuda! Liga para a prefeitura! Fala que a gente está aqui, liga para esse pessoal aí!”*

*“Liga, liga para pedir Socorro, a única coisa que a gente está aqui é com dois baldes, pegando, mas está cá na beira da praia, a gente está jogando e a maré está vindo e está trazendo, vai acabar levando tudo de novo, gente!” (falas do momento da chegada das manchas de petróleo no dia 29/10/2019).*

A partir desse alerta/alarde, conseguiram mobilizar a Colônia Z-21, a Marinha, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio), a Amex, a Prefeitura. Logo após, os pescadores e pessoas da comunidade se juntaram ao processo de limpeza das praias com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecidos ou no suporte às pessoas que estavam trabalhando na linha de frente.

**Foto 8** - Registro da atuação conjunta na limpeza da praia Amex, ICMBio, Marinha, Prefeitura, Colônia Z-21.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

Embora a ameaça à saúde, era urgente salvar o território, lugar de morada, trabalho, identidade, de vidas humanas e não humanas.

**Foto 9** - Marisqueiras retirando pelotas de petróleo na praia.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“Não pensamos se nossa saúde ia ser afetada. A gente tinha que lutar pra não perder nosso trabalho que é a nossa vida. A preocupação era com o estuário, o petróleo não entrar dentro do rio, do estuário, do mangue. Acho que foi a preocupação das comunidades”*

Dotadas de saberes sanitários, exigiram as ações assistenciais e emergenciais no local, elaboraram formulários próprios para registrar as queixas e os sintomas de pessoas expostas ao petróleo, acionaram a vigilância sanitária do estado e após alguns meses, buscaram a participação no Conselho Municipal de Saúde para pautar e cobrar o cuidado à saúde das pessoas expostas. Entretanto, diante da falta de acolhimento e de credibilidade às suas falas, por parte de pessoas do conselho, se posicionaram decidindo por sair do conselho.

**Foto 10** - Enfermeira prestando atendimento na base de apoio em campo.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“Exigimos da secretaria de saúde uma técnica de enfermagem no campo com a gente. A técnica ia todos os dias acudia quando alguém passava mal media pressão e fazia os primeiros socorros caso alguém tivesse uma vertigem alguma coisa.*

*“Depois, por iniciativa nossa, procuramos a vigilância sanitária para cadastrar quem teve contato com o petróleo. Eles podiam fazer essa comparação. Tipo assim, antes eu não tinha isso, hoje eu já tenho x problemas. Se teve contato com o petróleo, pode ser isso!”*

As preocupações se transformam em vivências sofridas, cuja demanda de limpeza e contenção exigia bem mais esforços do que se imaginava. O impacto foi tão grande que males físicos e emocionais ainda permanecem.

**Foto 11** - Relatório de Saúde elaborado pelas marisqueiras da AMPB.

RELATÓRIO DE SAÚDE

NOME:	[REDACTED]		
NASCIMENTO:	[REDACTED]	TELEFONE:	[REDACTED]
ENDEREÇO:	[REDACTED]		

DESCRIÇÃO

Relatoei ter tipo diarréia entre os dias 03 e 06 de novembro de 2019, não foi na emergência. Senti a sentir dores abdominais e diarreia dia 19 de novembro, fazendo uso de vaso sanitário.

**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“Hoje, a gente vê os prejuízos desses atos, que foi impensável, mas foi o que sentimos no momento; se defender e tivemos essa parte de sair machucada. Quando vai pra luta, já sabe que a gente pode sair machucado. A gente tem muito esse sentimento. A maioria, eu digo, todos, tem problemas relacionados com o contato com o petróleo. A ansiedade e alteração do ciclo menstrual é marcante”*

**Foto 12 -** Grauçar, espécie de caranguejo da praia, sujo de petróleo.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*“Aqui na associação a gente consegue visualizar mais porque a gente fica junto e a conclusão é que foi depois do petróleo que a gente ficou assim, com dores e desconfortos que não existiam antes. Eu mesmo, fico toda inchada e antes eu não sentia isso, ao ponto de ficar sem conseguir trabalhar. Tanto pessoas mais nova e outras comunidades relatam as mesmas coisas. Então é isso, o petróleo já passou. Mas quem teve mais contato com o óleo é quem mais sente.”*

A espera continua. O ano de 2023 transcorreu sem previsão do início de acompanhamento das pessoas expostas ao petróleo, beirando um esquecimento com a sobreposição e recorrência de desastres. Urge a preparação do setor saúde para assumir sua corresponsabilidade na resposta aos desastres e principalmente na redução de risco de desastres<sup>9</sup>. Há comunidades condenadas a adoecer e morrer?

*“Foram muito perversos, até hoje não fizeram contato nenhum, nem na saúde, nem nada. Não era pra gente está tendo um acompanhamento? Quanta insensibilidade. Outras pessoas tão tendo? Eu acredito que não.”*

*“Petróleo, pandemia e enchente, é pra sair fortalecido, ou morre. Não tem outro caminho.”*

Depois do petróleo, mesmo com todas as conquistas via projetos relacionados ao beneficiamento como, subprodutos do pescado, compra de equipamentos para armazenamento, a insegurança segue em curso. A dignidade do trabalho da pesca artesanal está ameaçada, afinal, há um vazio de informações e o contrário em incertezas.

*“A gente conquistou um espaço, que a gente almejou, a obra que tá acontecendo do Bahia Produtiva, os equipamentos, a gente já fez as licitações. Mas, ao mesmo tempo, fica o sentimento da preocupação das espécies, né? Porque não foi feito nenhum estudo, não que eu saiba. Se foi causada alguma coisa, se prejudicou a curto, médio e longo prazo. Como vai ser isso?”*

*“E isso é a nossa vida. A pesca é nossa vida. Se for parar pra imaginar, a gente vai viver eternamente, se não tiver resposta, sempre preocupadas. O que vamos fazer? Lutamos por mais de 14 anos para conquistar. É como se fosse uma sombra”*

O direito à vida vem expresso em políticas públicas que ainda não estão acessíveis aos que estão mais expostos a riscos. Falta justiça, faltam respostas, falta responsabilização, falta respeito, as vulnerabilidades se aprofundaram. A fome chegou,

*“Falta eles pagarem pelo crime. O que a gente passou tem que ter um culpado, eles têm que pagar. Foram violações de direitos. Vários direitos. Até hoje não recebemos nada.”*

*“O pescador passou necessidade mesmo, passou fome. A gente sabia que ia chegar, mas o impacto foi pior, ninguém conseguia vender sua produção Ainda tem a questão do ressarcimento do governo, o governo foi omissivo”.*

**Imagem 2** - Divulgação Bahia Pesca para Cadastro de Pescadores e marisqueiras afetados pelas manchas de petróleo.



**Fonte:** Bahia Pesca.

*“Se existe uma Secretaria de Pesca, onde tá lá registrado no sistema, a quantidade de pescador certo que tem por comunidade.”*

*“a gente não contou com nada. Só depois, que vieram uma cesta básica, também da AMEX. A gente estava preocupado em combater o petróleo. Não se pensava que quem combate o petróleo, estava sem trabalhar, ou quem pescava estava sem vender.”*

A vivência com o “*petróleo gigante*” em meio ao protagonismo das pescadoras artesanais, ao trabalho coletivo, transmutou-se em lições de vida. O espírito de coletividade e de esperança amenizaram as tensões entre eles e elas e valorizaram a força e o saber-fazer das mulheres e, ademais, aguçou a percepção de risco e do papel comunitário na prevenção de novos desastres.

*[...]a gente sente que a atividade do petróleo valeu muito a pena. O bonito é que depois da coleta do petróleo, nós ficamos mais unidos. Os pescadores que tinham tanto ranço com a gente, muitos que eram bem machistas, já chamam a gente, porque as mulheres lá são retadas, elas vão resolver. Eles estão deixando um pouco de machismo de lado, deixando a entender que não tem outro caminho, se não for a união.*

**Foto 13** - Pescadoras e pescadores reunidos para discutir pautas de interesse comum.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

**Foto 14** - Abertura da Barra.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

*A hidrelétrica de Itapebi quando libera a vazão alaga tudo no nosso bairro, se a nossa Barra estiver fechada. Em dezembro, alguns pescadores, nos procuraram para nos organizar para a ação de abertura da Barra. Eles não procuraram a colônia. Sorte nossa e de toda a população, ribeirinhos lá em cima e pesqueira aqui, todos ficaram no lucro, a água teve vazão, encontrou o caminho dela e não alagou.*

As estratégias de cuidado com o território, a vigília por direitos coletivos e a garantia da autonomia vêm do coletivo. As comunidades pesqueiras artesanais se articulam e fortalecem o movimento social emancipatório. Vale ressaltar a necessidade de que tais iniciativas dialoguem com as ações institucionais, entretanto, não as substituam.

Foto 15 - Pescadoras reunidas.



Fonte: Neemias Seara.

*'Logo em seguida ao desastre do petróleo, durante a pandemia, juntou uma coisa com a outra, tinha projetos na AMEx que criou a quitanda solidária que foi também o que nos ajudou nessa questão da insegurança alimentar. Porque tem dificuldade de trazer coisas para Belmonte e não tinha outro caminho, tinha que implementar, trocar marisco por feijão, mas aí faltava não tinha mistura. Não era só a questão da segurança alimentar, manter, comprar botijão, pagar água, luz, remédio,*

*"De positivo do óleo ficou isso da união. Parece que fomos afrontadas, violadas no início. Mas, depois teve essa compreensão que temos muito a contribuir. O trabalho também podemos fazer, e podemos fazer de forma coletiva".*

Orientadas por saberes e práticas plurais voltadas para conservar, cuidar e proteger o rio, o mar e o estuários, as marisqueiras e pescadores artesanais de Belmonte têm enfrentado os impactos negativos do derramamento de petróleo, impressos nas dificuldades associadas ao acesso à renda, à atenção à saúde, à segurança alimentar, ao negligenciamento do direito ao trabalho e a um ambiente livre de contaminação. Essas dificuldades estão presentes ao longo do tempo mas se intensificam com a crise.

No curso do desastre, as pescadoras da AMPB mobilizaram-se contra a correnteza das negligências do poder público, de tentativas de omissão e

silenciamentos, e tornaram possível esperar um contexto territorial diferente por meio da articulação com coletivos e lideranças da pesca, e instituições, como as universidades públicas que se dedicam ao estudo e pesquisa relacionados aos problemas socioambientais e os efeitos para as populações das águas.

Diante das incertezas em torno dos desastres socioambientais, essas mulheres das águas, acreditam que as práticas ecológicas baseadas nas trocas de saberes e na junção dos diferentes conhecimentos é proteção e defesa às comunidades pesqueiras artesanais. Por fim, avançam na concretização de seus projetos, assim como o Rio Jequitinhonha segue resiliente o seu caminho rumo ao mar. SUSTENTAMAR!

**Foto 16** - Associação e Colônia juntos no esforço para o bem comum.



**Fonte:** Associação de Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB).

Eu acordo com o canto da sabiá (bis)  
Seu canto é quem avisa é hora de mariscar (bis)  
Eu acordo com o canto da sabiá (bis)  
Seu canto é quem avisa é hora de ir pescar (bis)  
Eu acordo com o canto da sabiá (bis)  
Seu canto é quem avisa é hora de batalhar (bis)

(Sabiá, autoria Pedrina)

**OBSERVAÇÃO:** Todas as fotos que foram utilizadas neste capítulo são do repositório dos autores.

**SUSTENTAMAR:** Nome da marca dos produtos da AMPB.

## Agradecimentos

Agradecemos às diretoras da AMPB, Maria D'ajuda N. Gomes, Jose-nilda R. de Aguiar, Lucimaria T. Silva, Perisvânia Rocha da M. Silva e Rosineide Sant'ana e à Thiago Aguiar Souza, mestrando da UFBA, natural de Belmonte, pelo compartilhamento das memórias relacionadas ao desastre e contribuições no texto; à Prof a Dra Neide Emy Kurokawa e Silva, pelas valiosas orientações e sugestões. À Tiala Santana Santos pela participação na escrita e revisão do capítulo.

## REFERÊNCIAS

GOMES, Paula Pimenta, Samba de roda das marisqueiras: corpos e instrumentos em luta/ Paula Pimenta Gomes - Porto Seguro, 2020. Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade. Universidade Federal do Sul da Bahia, Dissertação de Mestrado, 2020.

BAHIA, SEPLAN, CET, NEDETs. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS. Território de Identidade Costa do Descobrimento, 2016

GONÇALVES, Victor Santos. Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888). Salvador, BA, 2014.

KRENAK, Ailton, Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SACRAMENTO, Elionice Conceição, Da Diáspora Negras ao Território das Águas - Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terras Tradicionais, Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 2019.

NASCIMENTO, DMC. O reordenamento da Calha do Rio Jequitinhonha no controle de inundação na cidade de Belmonte na Bahia, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-13, 2011.

NASCIMENTO, D.M.C.; DOMINGUEZ, J.M.L. Avaliação da vulnerabilidade ambiental como instrumento de gestão costeira nos municípios de Belmonte e Canavieiras, Bahia. *Revista Brasileira de Geociências*, v.39, n.3, p.395-408, 2009.

CARMO, Jhader Cerqueira do; PIRES Mônica de Moura; JESUS, Júnior Guilhardes de; CAVALCANTE Aniram Lins; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. *Rev Estud Fem* [Internet]. 2016Jan;24(1):155–80. Available from: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>

MARCHEZINI V. Pesquisa transdisciplinar como suporte ao planejamento de ações de gestão de risco de desastres. *Saúde debate* [Internet]. 2020Jul;44(spe2):33–47. Available from: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E203>



## **O DESASTRE AMBIENTAL QUE MOSTRA A FORÇA E SENSIBILIDADE DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES**

**Rita de Cassia Lopes Gomes**

Doutoranda em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter - UFRJ/UFBA).

E-mail: ritaglopes60@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8298-0836

**Gileno Nascimento da Conceição**

Pescador artesanal de Barra de Serinhaém. Presidente da Associação de Pescadores de Barra de Serinhaém.

E-mail: gilenon78@gmail.com

**Ana Angélica Martins da Trindade**

Doutora em Sociologia. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: angelica.ana@gmail.com

ORCID: 0000-00029743-0212.

**Luiza Monteiro Barros**

Doutoranda em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter - UFRJ/UFBA).

E-mail: lu.bia.barros@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5941-393X

**Tiala Santana Santos**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia (PPGSAT/UFBA).

E-mail: tialasantos@ufba.br

ORCID: 0000-0001-6847-0963

**Marta Cristiane Ferreira dos Santos**

Doutoranda em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter- UFRJ/UFBA).

E-mail: martacfsantos@gmail.com

ORCID: 0000-0002-2204-8019

# RESUMO

Serinhaém compõe o espaço geográfico do município de Ituberá na Bahia. Localizada no baixo-sul, na costa do dendê, apresenta uma riqueza de ecossistemas onde “as águas do rio Serinhaém e do mar do oceano Atlântico se encontram, formando os estuários e manguezais ao longo da costa”. Este capítulo dedica-se a apresentar os relatos de lideranças comunitárias, pescadores e marisqueiras de Barra de Serinhaém/BA, que vivenciaram o desastre ambiental do derramamento de petróleo nas suas comunidades pesqueiras em 2019. Apresenta-se um breve relato da experiência, das vivências e emoções protagonizadas pela comunidade para o enfrentamento de **desastres de grandes proporções**, bem como as estratégias de organização das ações comunitárias solidárias e de incidências políticas pautadas por garantia de auxílio governamental, de serviços de saúde e educação. Apontam-se ainda, os aprendizados que o enfrentamento do desastre possibilitou e as perspectivas de resistência e existência da comunidade pós desastre ambiental.

**Palavras-chave:** Desastre Ambiental, Pesca Artesanal, Ações Comunitárias e Solidárias, Movimentos Sociais da Pesca Artesanal.

## INTRODUÇÃO

[...] *Resistência, para dizer que o criminoso que fez isso pode ter certeza, a Comunidade de pescadores e pescadoras do litoral do Nordeste, não vai se curvar a nenhum tipo de covardia que com ela foi feita [...]*

Barra de Serinhaém compõe o espaço geográfico do município de Ituberá. Localizada no baixo-sul, mais precisamente na costa do dendê, apresenta uma riqueza de ecossistemas onde as águas do rio Serinhaém e do mar do oceano Atlântico se encontram, formando os estuários, e manguezais ao longo da costa, proporcionando cosmovisões diversas nas quais a comunicação entre o ser humano e os fenômenos naturais se estabelecem (FREITAS, 2014).

Nesse território das águas "*que asseguram a sobrevivência e a dignidade das comunidades pesqueiras*", pescadores e marisqueiras interagem produzindo seu modo de vida a partir de um saber dotado de pertencimento e ancestralidade. Na perspectiva das manifestações culturais e religiosas, a festa em homenagem a Iemanjá, em 02 de fevereiro, por exemplo, é uma tradição na comunidade, sendo referida como alegria e atração de turistas. Os pescadores saem com seus barcos para prestar homenagens com presentes à Orixá protetora do mar e dos pescadores.

O rio Serinhaém, além de proporcionar o desenvolvimento da pesca artesanal, atualmente é navegável por pequenas embarcações, sendo o principal meio de transporte para o deslocamento da população até Ituberá (BAHIA, 2023). Este deslocamento possibilita o acesso aos serviços de saúde e educação para os moradores da localidade.

Estima-se que 220 famílias residam neste território. No cotidiano do trabalho, há diferenças quanto ao tipo de atividade pesqueira desenvolvida entre os membros das famílias. Os homens geralmente pescam em alto mar ou marés profundas peixes como vermelho e pescada. As mulheres, executam predominantemente a atividade de beneficiamento dos mariscos, embora também marisquem nos manguezais. Dentre as *artes de pesca*, destacam-se a pesca com calão, pesca de siri, caranguejos e pesca de linha.

A experiência de trabalhadores da pesca artesanal com desastres ambientais de grandes proporções demonstra desassossego social nas localidades e

populações afetadas. Neste capítulo, a comunidade pesqueira de Barra de Serinhaém, em Ituberá, na Bahia, conta como o derramamento de petróleo do ano de 2019 afetou a vida local, degradou cenários de convivência entre as pessoas e o ambiente. Por outro lado, a produção do sentimento de filiação à coletividade levou à defesa do território das águas e da própria existência, proporcionou estratégias e ações coletivas de cuidado mútuo, com protagonismo político e ético pela defesa do território pesqueiro (CASTELLS, 2011; SACRAMENTO, 2019).

**Figura 1** - Manguezal na extensão do território da pesca entre Barra de Serinhaém e a Ilha de Contrato.



**Fonte:** Arquivo Componente II – Política de Saúde e Antropologia da Saúde – do Projeto Entre Mares/UFBA/CAPES, 2019.

## “DEIXARAM O ÓLEO CHEGAR”

No final de agosto de 2019, diversas manchas de petróleo surgiram em praias do Nordeste sem nenhuma informação pelas autoridades brasileiras da fonte causadora. A dimensão do “crime/desastre” do derramamento de óleo bruto se revela nos danos socioambientais irreversíveis para as comunidades litorâneas afetadas, especialmente para trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal, além da tentativa institucional de silenciamento e apagamento das comunidades pesqueiras através da omissão do poder público.

As narrativas apresentadas enfatizam essas questões:

*[...] deixaram o óleo chegar, o governo não apresentou nenhum plano para proteger os mangues e os rios, sem falar no mar que recebeu grande quantidade de petróleo [...]” (pescador de Barra de Serinhaém) ..*

Entretanto, por outro lado, a população resistiu aos efeitos da invasão de petróleo neste território com a realização de ações solidárias de mobilização e de auto organização na comunidade como a limpeza das praias, rios e mangues; o alerta às autoridades locais e as denúncias nos principais veículos de comunicação, na busca pela restauração do direito coletivo aos territórios saudáveis (VALENCIO, 2013).

A população de Barra de Serinhaém destaca os obstáculos enfrentados pelas iniciativas comunitárias começando pela distância: *“a extensão da praia no território é de 17 km” e “há dificuldade para fazer este percurso sem transporte”*. Além disso, a limpeza foi iniciada de modo improvisado, com o que se tinha em casa, pois, havia urgência em livrar as águas da contaminação.



**Foto:** Eduardo Mafra.

*[...] nenhum tipo de recurso e de proteção veio a chegar [...], mas há muito tempo depois quando veio a onda muito forte foi aonde a gente (Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Barra de Serinhaém) e a comunidade cem por cento foi quem fez a limpeza desse petróleo [...]*

*“[...]E a gente teve um trabalho intenso para jogar esse material todo em cima da praia. Fazendo barrocas e botando esse produto [...]”*



**Foto:** Eduardo Mafra.

*“[...]Teve a demora de ser recolhido esse material que a prefeitura jogava para cima do Ibama, o Ibama culpava a Prefeitura, enfim e achando que os culpados seriam nós [...]”*



**Foto:** Eduardo Mafra.

*“[...]Fizemos barrocas e colocamos o petróleo em sacos de plásticos, mas com a intensidade do sol, o material fervia e derretia os sacos [...]”*



Foto: Eduardo Mafra.

*"[...] o poder público na época foi tão omissivo com a situação, além de ser omissivo, deixou essa quantidade de petróleo chegar em quase todo o Nordeste [...]"*



Fonte: Página Instagram do CPP em 27/11/2019.

*"[...] A gente, o nosso trabalho, virou a catar petróleo na praia, não era um trabalho nosso [...]"*

A comunidade e suas lideranças se organizaram por uma sociabilidade baseada na confiança e na união [...] as mulheres, principalmente, arregaçaram as mangas [...] fizeram um trabalho lindo, mesmo se expondo ao petróleo, que é

tóxico [...], mães que são “pais” de família na verdade, olhando as suas crianças [...] com o medo da fome [...]. Processos históricos de lutas e resistência trouxeram aprendizados, tecidos coletivamente contra o machismo e as práticas de racismo que enfrentam ao longo do tempo. A estratégia feminina de luta local articulou diálogos, denúncias e parcerias, fortalecendo a formação política e a importância das pescadoras e marisqueiras na comunidade.

## **“NÃO TRAZIAM O PEIXE, TRAZIAM O PETRÓLEO”**

O derramamento de petróleo causou prejuízos imensuráveis para o ecossistema costeiro, desde o bioma local até a população que vive e trabalha na região, e de modo importante, os pescadores e marisqueiras artesanais que vivenciaram as rápidas mudanças percebidas no ambiente, na saúde e no trabalho simultaneamente.

*“[...] o derramamento de petróleo foi uma das coisas que impactam não só a Bahia né? Na parte ambiental a situação é praticamente também irreversível por conta de algumas espécies que a gente via em nossas comunidades costeiras, que hoje a gente não vê mais [...]”*

*“ [...] e eu me lembro muito bem quando saíram lá os pescadores uns dois meses que já tinha petróleo chegado na praia e aí eles não traziam o peixe traziam o petróleo [...] e sujava a rede e quando aquela rede era suja pelo petróleo não servia mais para o uso, né? [...]”*

*“[...] E na área financeira eu acredito que impactou muito porque quando você sobrevive diretamente num cem por cento de uma renda, que nem a gente vivia da pesca, da mariscagem, e a gente não poder nem pescar, nem se alimentar e nem vender esse produto. [...] Então a gente ficou incapaz [...]”*

Além disso:

*“[...] “tivemos problemas com o auxílio Bolsa Família, os benefícios previdenciários, maior dificuldade enfrentada por nós” [...]”*

Corpos-territórios sofreram com os riscos da contaminação, com o descaso das vidas diretamente afetadas e com o medo da desproteção social.

*“Tem muita discriminação, além de ser nordestino, ser pescador”...*

*[...] viramos na verdade, com todo respeito à profissão de Gari, como gari do mar, colocaram a gente para limpar a sujeira que não foi a gente que fez. [...] A troca de que? [...] A troca de nada. Só para colocar nossas vidas em risco, muita gente hoje está com sequelas, vai ser para o resto da vida [...] [...] o psicológico hoje, principalmente das mulheres, eu acho que vai ficar para sempre na memória de todos [...]*

*“[...] mas todo o Nordeste e as comunidades sofreram muito naquela época, é o prejuízo na saúde que a gente não tem nem como recuperar. [...] até hoje a gente ouve relatos de pessoas que tiveram envolvimento diretamente com o petróleo que está com a saúde comprometida para o resto das suas vidas [...]”*

## **AÇÕES SOLIDÁRIAS E COMUNITÁRIAS**

A defesa dos territórios tradicionais da vida e do trabalho mobilizou saberes, práticas, experiências ancestrais oriundas da profissão de pescador e marisqueira artesanais. Pode-se dizer que a população local mobilizou o “grito do território” (SANTOS, 2005) para exigir um novo tempo de justiça ambiental, de garantias dos direitos à saúde e ao trabalho digno.

*“[...] água, alimentos destinados às pessoas que iam para a praia fazer a coleta do petróleo[...].”*

*“[...] tudo isso não pode deixar de ser relatado (as ações solidárias), mas não tendo renda ela (a comunidade) conseguiu se unir, uns ajudando os outros [...]”*

*“[...] Muito bonito aquele trabalho, tinha lanche às 10h e almoço ao meio-dia, tudo isso articulado pelas próprias comunidades [...]”*

*“[...] articulamos arrecadação, vaquinha para o combustível, superamos mais esta situação [...]”*



**Foto:** Eduardo Mafra.

*[...] “Eu não sei de onde tiraram tanta força [...] vieram doações e arrecadações, foi muito importante tudo isso. Eu achava que a comunidade não era unida, mas quando a gente se viu ameaçado fizeram um trabalho excepcional”. [...]*

*“[...] A comunidade se viu sem nenhum tipo de renda e ainda tiveram que lidar com a limpeza das praias [...]”.*

## **O QUE FICOU DE APRENDIZADO?**

Ainda que o cenário de devastação ambiental, tristeza e apagamento identitário tenha causado profundas marcas para a comunidade pesqueira, vale retomar com ênfase os aprendizados em termos de união, favorecida neste contexto pelo uso da tecnologia das redes sociais aliada ao fortalecimento da herança ancestral de cuidado ambiental.

*“[...] o que ficou de aprendizado? [...] acho que foi um dos maiores aprendizados, por motivo de uma situação tão difícil [...] a comunidade naquele momento não se dava bem, umas com as outras, e todo mundo se uniu”.*

*“[...] isso, a nossa comunidade é unida, a gente pode ter até diferenças, agora quando há dificuldades, todo mundo se junta e resolve [...]”.*

*“De positivo eu acho que a conscientização. Acho que ficou mais consciente com cuidado com o meio ambiente, sobre jogar coisa*

*na água, na praia mesmo. Ficou isso, a conscientização mesmo de que a gente precisa disso aqui para viver. De negativo, a imagem que fica, que a gente nunca esquece. Esse dia mesmo, especial, qu*

Além disso, destacam a preocupação com a memória das lutas das comunidades para tratar de problemas socioambientais que não são resolvidos por quem os causou. As perdas foram muitas, tanto materiais como simbólicas, alterou modos de trabalho e a cultura do labor local. O desastre não pode ser esquecido como algo que passou, seus efeitos continuam muito presentes no dia-a-dia e nas paisagens de territórios sagrados para a humanidade.



**Foto:** Eduardo Mafra.

*[...] ficou marcado no psicológico, a gente nunca vai esquecer [...]*

*[...] foi uma coisa que a gente estando lá, vivendo aqueles momentos sombrios [...] nunca a gente vai esquecer e o que mais a gente lembra daquela luta toda, das dificuldades que passamos [...]*

*[...] “mas, enfim, foi um desastre total para nossas comunidades tradicionais pesqueiras. Que isso não fique impune, que isso não foi um acidente, foi um crime ambiental” [...]*

## CONCLUSÃO

O derramamento de petróleo no território das águas de Barra de Serinhaém, repercutiu em ameaças ao modo de vida, trabalho e dignidade de pescadores e marisqueiras artesanais. Deste modo, as ações e sentimentos de coletividade no enfrentamento à contaminação do meio ambiente, à redução na disponibilidade e variedade do pescado, que ameaçam a subsistência possibilitaram também a produção de novas formas de organização e protagonismo da comunidade em torno da problemática.

Frente a negligência governamental nesses quatro anos do desastre e as lacunas de informações, a comunidade segue com a seguinte questão:

*Será que algum dia vai haver justiça? Estaremos vivos para dizer que foram punidos?*

## Agradecimentos

Agradecemos a Marenilton Souza, líder comunitário, e aos pescadores e marisqueiras de Barra de Serinhaém, que de forma coletiva e solidária protagonizaram um dos mais graves desastres/crimes socioambientais com impacto em suas vidas, no trabalho e na saúde.

As fotos foram cedidas por **Gileno Nascimento da Conceição** (pescador artesanal de Serinhaém e presidente da Associação de Pescadores, em 2019) e por **Marenilton Souza**.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Prefeitura Municipal de Ituberá – Dados municipais. Disponível em: <https://www.itubera.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>> acesso em abr. 2023.

CASTELLS, M. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. 4.a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, M.C.S. Manguezal - Um lugar sagrado e ameaçado pela contaminação em Ilha de Maré. In: PENA, P.G.L.; MARTINS, V.L.A. (orgs.). Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais. Salvador: EDUFBA, 2014. 352 p.

SACRAMENTO, Elionice Conceição, Da Diáspora Negras ao Território das Águas - Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terras Tradicionais, Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 2019.

SANTOS, M.. O retorno do território. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005-. -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> acesso em 02 mai. 2023.

VALENCIO, Norma (organizadora), Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III, RiMa Editora, São Carlos, 2013.

## **DERRAME DE PETRÓLEO NA COSTA DO BRASIL (2019-2020): CARACTERIZAÇÃO E RISCOS ASSOCIADOS**

**Thiago de Aguiar Souza**

Mestrando em Geoquímica petróleo e Meio Ambiente.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
E-mail: thiagoguiar@gmail.com  
Orcid: 0000-0002-8126-4109

**Tatiane Combi**

Dra em Ciências Ambientais: Tutela e Gestão de Recursos Naturais pela Universidade de Bolonha (Itália).  
E-mail: tatiane.combi@ufba.br  
E-mail: Orcid 0000-0001-6769-7445

**Basílio Magno Tavares Sotão-Neto**

Doutorando em Geoquímica petróleo e Meio Ambiente.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
E-mail: basiliosotaoneto@gmail.com  
Orcid: 0000-0002-1515-4059

# RESUMO

O petróleo é uma mistura complexa formada por compostos orgânicos e inorgânicos em proporções variáveis. Dentre os principais grupos de compostos orgânicos encontrados no petróleo bruto estão os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), que são substâncias amplamente difundidas no meio ambiente, podendo ser encontrados no solo, água, ar e biota. A preocupação ambiental relacionada aos HPAs se deve ao seu potencial carcinogênico e toxicidade à biota aquática, podendo representar riscos à saúde animal e humana, entre o final de agosto de 2019 e março de 2020 ocorreu um derrame de óleo que atingiu a costa brasileira, principalmente a região nordeste o que já é considerado o maior acidente ambiental ocorrido em regiões tropicais.

**Palavras-chave:** Derrame, Petróleo, Nordeste Brasileiro, HPAs.

## COMPOSIÇÃO DO PETRÓLEO

Em 2021, o consumo de petróleo registrou um aumento de 6% em relação a 2020, totalizando 94,1 milhões de barris consumidos por dia ao redor mundo (ANP 2022). O Brasil ocupa a oitava posição no ranking dos países que mais consumiram petróleo em 2021, com um total de 2,3 milhões de barris/dia, correspondendo a aproximadamente 2,4% do total mundial (ANP 2022). Os estágios da cadeia produtiva do petróleo (exploração, produção, transporte, armazenamento e distribuição) podem ocasionar derrames de petróleo, acidentes em refinarias, tanques de óleo, plataformas ou durante a limpeza dos tanques de navios (OLIVEIRA *et al* 2020). Dentro dessas atividades, as atividades de produção e transporte constituem importantes fontes de contaminação do óleo e seus derivados no ambiente marinho (ALEIXO *et al.*, 2017; SINGH *et al* 2020). Apenas no ano de 2022 estima-se que aproximadamente 14.000 toneladas de petróleo tenham entrado no meio ambiente por derrames de navios petroleiros (ITOPF 2022).

O petróleo é uma substância natural formada a partir de material vegetal e animal em decomposição, que foi incorporado nos sedimentos de mares rasos e posteriormente foi sobreposto por uma sucessão de camadas de sedimentos ao longo do tempo geológico (KINGSTON 2002). Sua composição é formada por uma mistura heterogênea de compostos orgânicos, predominantemente à base de hidrocarbonetos, além de elementos inorgânicos como enxofre, oxigênio, nitrogênio e alguns metais (RODGERS; MCKENNA, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2021). Dentre os compostos presentes no petróleo, destacam-se os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), são um grupo de componentes orgânicos ubíquos no ambiente, que podem estar no ar, solo, sedimentos, água e biota. Esses componentes consistem na forma de átomos de carbono e hidrogênio arranjados em dois ou mais anéis de benzeno (JESUS *et al.* 2022; CHANG *et al* 2018; SANTOS *et al* 2023)

Além do petróleo e seus derivados, as fontes de HPAs para o ambiente também podem estar associadas à combustão incompleta de matéria orgânica, como queima de combustíveis fósseis, incêndios florestais, queima de carvão, entre outros (SANTOS *et al* 2023; FERNANDES *et al* 2022). Deste modo, estes compostos entram diariamente no meio ambiente através de diversas

atividades e produtos de uso diário da sociedade moderna como a exaustão de motores a diesel ou gasolina (PEREIRA NETTO *et al* 2000; JESUS *et al* 2022; FERNANDES *et al* 2022) o que resulta em misturas muito complexas destes compostos no ambiente, possibilitando uma grande variedade na composição de hidrocarbonetos em diferentes níveis de concentração (BERNARDO *et al.* 2016, PASHIN *et al.* 1979).

## DESTINO AMBIENTAL E TOXICIDADE

Em casos de acidentes envolvendo derrames de óleo no ambiente marinho, inúmeros impactos negativos podem ser observados. Os primeiros impactos observados logo após a ocorrência de um derrame estão associados à presença física do óleo no ambiente, podendo causar a morte de animais marinhos (Figura 1) que entram em contato com o petróleo devido a asfixia, já que o óleo pode impedir ou dificultar a locomoção dos organismos e obstruir seus sistemas respiratórios. Além disso, derrames de óleo causam uma introdução aguda de hidrocarbonetos no ambiente. Neste sentido, os HPAs são considerados poluentes prioritários em análises ambientais, pois apresentam alta toxicidade e potencial carcinogênico (MENDELSSOHN *et al.*, 2012; MURPHY *et al* 2016).

Em contato com a biodiversidade local os HPAs podem inibir o crescimento populacional dos animais, mortalidade e ocasionar uma redução nos estoques futuros, principalmente de espécies economicamente importantes gerando efeitos negativos sobre a sustentabilidade dos recursos pesqueiros (CAMPELLO *et al* 2021; GUSMÃO *et al* 2021). Organismos marinhos podem absorver os contaminantes presentes no meio ambiente através de seu contato com o sedimento, material particulado em suspensão, coluna d'água ou através do suprimento alimentar (LAFFON *et al.* 2006) e os HPAs podem ser assimilados pelos organismos principalmente através da pele, boca e respiração. Embora estes compostos não interajam diretamente com o material genético dos organismos, eles sofrem transformações metabólicas e são denominados carcinógenos efetivos. Estes novos compostos formados têm a capacidade de interagir com o DNA e RNA, sendo precursores de ações mutagênicas e tumorais nos sistemas biológicos (WHO 1983. PEREIRA NETTO *et al*, 2000).

**Figura 1** - A. Pescador local removendo petróleo de um manguezal Figura1 B animais encontrados nas praias de Belmonte e Canavieiras.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Além dos efeitos à biota aquática, os HPAs e outros componentes do petróleo podem causar diversos impactos à saúde humana como asma, inflamações e irritações na pele, tonturas, dor de cabeça, distúrbios cardiovasculares, problemas renais e ao fígado, efeitos no sistema nervoso e imunológico, deformidades reprodutivas e de desenvolvimento em humanos, bem como danos aos ecossistemas e a biodiversidade (EYKELBOSH, 2014; KINGSTON 2002).

Considerando os possíveis riscos associados a estes compostos, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (USEPA) classificou em 1994 os HPAs como poluentes B-2, que significa provável carcinogênico humano, sendo o benzo[a]pireno a espécie indicadora. Esses HPAs tidos como prioritários são : Acenafteno, Acenaftaleno, Antraceno, Benzo Antraceno, Benzo[a] Pireno, Benzo[b]Fluoranteno, Benzo[k]Fluoranteno, Benzo[g,h,i]Perileno, Cri-seno, Dibenzo [a,h] Antraceno, Indeno[1,2,3-cd]Pireno, Fenantreno, Naftaleno, Fluoreno, Fluoranteno, Pireno.

Os sedimentos apresentam alta capacidade de adsorver e acumular contaminantes hidrofóbicos, como é o caso dos HPAs e diversos grupos de contaminantes, sendo utilizados para avaliar a saúde do ecossistema aquático (MARTINS *et al.*, 2012; MURPHY *et al* 2020; CABALLEIRA *et al* 2000; BIRCH *et al* 2016). Mesmo após os esforços para remoção do óleo de áreas atingidas por derrames (Figura 1), o petróleo e seus constituintes podem permanecer depositados nos sedimentos por longos períodos (anos ou até mesmo décadas), representando uma via importante de exposição crônica para a biota residente

(DUBANSKY *et al.*, 2013). Assim, organismos presentes na fauna bentônica, que vivem em proximidade ou associação direto com os sedimentos, são vulneráveis especialmente a impactos a médio e longo prazo por meio da exposição aos HPAs que se depositam nos sedimentos, podendo sofrer efeitos relacionados ao desenvolvimento, crescimento, reprodução e até sobrevivência (JESUS *et al* 2022).

## **O DERRAME DE 2019-2020**

Entre agosto de 2019 e janeiro de 2020, a costa brasileira foi atingida por toneladas de petróleo, cuja origem e responsáveis até o momento permanecem desconhecidos (LOURENÇO *et al.*, 2020; MAGALHÃES *et al.* 2021; AZEVEDO *et al* 2022). Segundo dados do IBAMA, o óleo chegou a 11 estados das regiões nordeste e sudeste, atingindo 120 municípios e 724 localidades, o que vem levando esse desastre a ser considerado o maior derrame de óleo que já ocorreu no país e um dos mais extensos do mundo. Diversos ecossistemas foram afetados, como recifes de corais, manguezais, rios, deltas, áreas de proteção ambiental, inclusive chegando até o parque marinho de Abrolhos. Estima-se que mais de 5.000 toneladas de óleo e resíduos oleados (óleo misturado com areia ou outros materiais) tenham sido removidos de praias, manguezais e estuários, que são áreas que apresentam um índice elevado de sensibilidade, de acordo com as Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo (Cartas SAO).

Dos 11 estados afetados, 9 ficam no nordeste brasileiro sendo a região mais afetada socioeconomicamente com 376 locais atingidos chegando a diversas comunidades de povos tradicionais e reservas extrativistas revelando a importância dos espaços marinhos e costeiros como fonte primária de vida – cultura, alimentação e renda – para essas comunidades de pescadores e extrativistas locais (ACCIOLY *et al* 2022; CÂMARA *et al* 2022). O estado da Bahia, que apresenta mais de 1100 km de zona costeira, foi um dos estados mais atingidos pelo derrame, com mais de 100 localidades atingidas (IBAMA 2020). Antes, durante e após a chegada do petróleo nas localidades afetadas, as comunidades residentes desses locais sofreram com os impactos sociais, ambientais, assim como os financeiros, devido a impossibilidade de venda de seus pescados por suspeita de contaminação. Embora esse tipo de informação tenha sido amplamente veiculada na mídia, até aquele momento não haviam

estudos e dados que pudessem de fato comprovar a contaminação. Esse tipo de desinformação teve impactos inclusive em localidades que não foram afetadas pelo derrame, que também relataram a diminuição na venda do pescado, queda do turismo e, conseqüentemente, insegurança alimentar para as comunidades que dependiam dessas atividades (ACCIOLY *et al.* 2022).

No Brasil, a existência do Plano Nacional de Contingência para incidentes de poluição por óleo (PNC), sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, poderia permitir a resposta ao desastre bem como ações coordenadas com base em medidas que poderiam prever a localização das manchas (SOARES *et al.* 2020). Entretanto, as autoridades públicas foram consideradas ineficientes e as providências foram tardias. Com isso, a primeira notificação de chegada das manchas ao IBAMA ocorreu no dia 30 de agosto de 2019, sendo que a Marinha só iniciou suas mobilizações para tratar do assunto apenas em 26 de setembro de 2019, cerca de dois meses depois. Como os municípios não possuem planos de contingência e a inoperância das autoridades, a população das comunidades afetadas pelo derrame foi forçada a tomar a frente da situação e proteger seu território, instalando seus próprios artifícios de pescas para implementação de barreiras, e se expondo diretamente ao óleo (Figura 2) sem equipamentos de proteção adequados (ACCIOLY *et al.* 2022).

A comunidade científica buscou produzir estudos com objetivo de elucidar os mistérios que envolviam esse derrame, desde a sua origem (OLIVEIRA *et al.* 2020) aos impactos sociais e econômicos (SANTOS *et al.* 2022). Os estudos realizados incluíram a avaliação dos impactos relacionados ao derrame, seja em organismos como peixes (SOUZA *et al.* 2022) e corais (SANTANA *et al.* 2020) e também nas comunidades residentes nas áreas afetadas (ACCIOLY *et al.* 2022). Embora efeitos pontuais em determinadas localidades e/ou organismos-alvo estejam sendo paulatinamente avaliados e compreendidos, ainda não existe uma identificação mais precisa dos reais impactos relacionados ao derrame, e tampouco ações relacionadas a responsabilização dos culpados e ações de compensação ambiental e socioeconômica às comunidades atingidas.



Foto: Eduardo Mafra.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY - Miguel da Costa Accioly, Fabio Pessoa Vieira. *MANCHAS DE SOFRIMENTO*. 1. ed. Salvador: UFBA 2022

ALEIXO L. A. G.; TACHIBANA T.; CASAGRANDE D.; Poluição por óleo - Formas de introdução de petróleo e derivados no ambiente; **Integração**; V. 49 ; Pg. 159-166; 2007

ANP 2022 - **Agencia Nacional do Petróleo, Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2022** /Agência Nacional do Petróleo,Gás Natural e Biocombustíveis. - Rio de Janeiro: ANP, 2006

AZEVEDO R. N. A.; BEZERRA K. M. M.; NASCIMENTO R. F.; NELSON R. K.; REDDY C. M.; NASCIMENTO A. P.; OLIVEIRA A. H. B.; MARTINS L. L.; CAVALCANTE R. M. Is there a similarity between the 2019 and 2022 oil spills that occurred on the coast of Ceara ´ (Northeast Brazil)? An analysis based on forensic environmental geochemistry. **Environmental Pollution**; V. 314, Pg. 120283; 2022; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2022.120283>

BERNARDO L. D.; BARROS A. K.; SILVA C. R.; PAVÃO C. A.; carcinogenicidade de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos; **Química Nova**, v. 39, n-7, P.773-891; DOI - <http://dx.doi.org/10.5935/0100-4042.20160093>

CÂMARA S. F.; PINTO F. R.; SILVA F. R.; SOARES M. O. DE PAULA T. M.; Socioeconomic vulnerability of communities on the Brazilian coast to the largest oil spill (2019–2020) in tropical oceans; **Ocean and coastal management**, V. 202; 2022; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2020.105506>

CAMPELO R. P. S.; MELO DE LIMA C. P.; SANTANA C. S.; SILVA A. J.; NEUMANN-LEITÃO S.; FERREIRA B. P.; SOARES M. O.; MELO JUNIOR M.; MELO P. A. M. C.; Oil spills: The invisible impact on the base of tropical marine food webs; **Marine Pollution Bulletin**; V. 167. 2021; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2021.112281>

CHANG J.; ZHANG E.; LIU E.; LIU H. YANG X.; A 60-year historical record of polycyclic aromatic hydrocarbons (PAHs) pollution in lake sediment from Guangxi Province, Southern China; **Anthropocene**; V. 24, Pg. 51-60; 2018; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2018.11.003>

DOMINGUEZ J. M. L.; **Atlas de sensibilidade ambiental ao óleo das bacias marítimas da Bahia**. Brasília. MMA, 2012.

EYKELBOSH A.; Short- and long-term health impacts of marine and terrestrial oil spills; Vancouver costal Helth; Disponível em: <https://www.vch.ca/sites/default/files/import/documents/VCH-health-impacts-oil-spill.pdf>

FERNANDES G. M.; MARTINS D. A.; DOS SANTOS R. P.; SANTIAGO I. S.; NASCIMENTO L. S.; OLIVEIRA A. H. B.; YAMAMOTO F. Y.; CAVALCANTE R. M.; Levels, source appointment, and ecological risk of petroleum hydrocarbons in tropical coastal ecosystems (northeast Brazil): Baseline for future monitoring programmes of an oil spill area; **Environmental Pollution**; V. 296; 2022; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2021.118709>

GATTI G.; BIANCHI C. N.; PARRAVICINI V.; ROVERE A.; PEIRANO A.; MONTEFALCONE M.; MASSA F.; MORRI C.; Ecological Change, Sliding Baselines and the Importance of Historical Data: Lessons from Combing Observational and Quantitative Data on a Temperate Reef Over 70 Years; *Plos One*; V. 10(2) 2015; DOI:10.1371/journal.pone.0118581

GUSMÃO, J. B.; ALBERGARIA-BARBOSA, A. C. R.; KIKUCHI, R. K. P.; COMBI, T. The barnacle *Chthamalus bisinuatus* is the only sessile invertebrate colonizing oil patches on beachrocks one year after a massive oil spill on the northeastern brazilian coast. **Marine Pollution Bulletin**, v. 173, p. 112952, 2021. DOI: 10.1016/j.marpolbul.2021.112952.

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Localidades Atingidas; <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>; Acessado em 27/07/2022

International Tanker Owners Pollution Federation – ITOPF, 2022. **Oil tanker spill statistics 2022**. Access in: 10/01/2023. <https://www.itopf.org/knowledge-resources/data-statistics/statistics/>

JESUS F.; PEREIRA J. L.; CAMPOS I.; SANTOS M.; RÉ A.; KEIZER J.; NOGUEIRA A.; GONÇALVES F. J. M.; ABRANTES N.; SERPA D.; A review on polycyclic aromatic hydrocarbons distribution in freshwater ecosystems and their toxicity to benthic fauna; **Science of the Total Environment**; V. 820; 2022; DOI - <http://dx.doi.org/10.1016/j.scitotenv.2022.153282>

KINGSTON P. F.; Long-term Environmental Impact of Oil Spills; **Spill Science & Technology Bulletin**; V. 7, Pg.53–61; 2002

LAFFON B.; RÁBADE T.; PÁSARO E.; MÉNDEZ J.; Monitoring of the impact of Prestige oil spill on *Mytilus galloprovincialis* from Galician coast; **Environment International**; V.32, Pg. 342 – 348; 2006

LOURENÇO R. A.; COMBI T.; ALEXANDRE M. R.; SASAKI S. T.; ZANARDI-LAMARDO E.; YOGUI G. T.; Mysterious oil spill along Brazil's northeast and southeast seaboard (2019–2020): Trying to find answers and filling data gaps; **Marine Pollution Bulletin**; V. 156; 2020 ; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2020.111219>

MAGALHÃES K. M.; CARREIRA R. S.; FILHO J. S. R.; ROCHA P. P.; SANTANA F. M.; YOGUI G. T. Polycyclic aromatic hydrocarbons (PAHs) in fishery resources affected by the 2019 oil spill in Brazil: Short-term environmental health and seafood safety, **Marine Pollution Bulletin**, V. 175 ; 2022 ; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2022.113334>

MARTIN C. W.; LEWIS K. A.; MCDONALD A. M.; SPEARMAN T. P.; ALFROD S. B.; CHRISTIAN R. C.; VALENTINE J. F. Disturbance-driven changes to northern Gulf of Mexico nekton communities following the Deepwater Horizon oil spill; **Marine Pollution Bulletin**; V. 155 ; 2020 ; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2020.111098>

MARTINS C. C.; BICEGO M.; FIGUEIRA R.; ANGELI F. L. J.; COMBI T.; GALLICE C. W.; MANSUR V. A.; LOPES-ROCHA M.; WISNIESK E.; CESCHIM M. M. L.; RIBEIRO P. A.; NARDES E.; Multi-molecular markers and metals as tracers of organic matter inputs and contamination status from an Environmental Protection Area in the SW Atlantic (Laranjeiras Bay, Brazil). **Science of the Total Environment**, v. 417–418, p. 158–168;

MENDELSSOHN I. A.; ANDERSEN L. G.; BALTZ D.; CAFFEY H. R.; CARMAN R. K.; JOEY B. S.; FLEEGER W. J.; LIN Q.; MALTBY E.; OVERTON E.; ROZAS P. L.; Oil impacts on coastal wetlands: Implications for the Mississippi River delta ecosystem after the deepwater horizon oil spill; **BioScience**; v. 62, n. 6, p. 562–574 ; DOI - <https://doi.org/10.1525/bio.2012.62.6.7>

MURPHY B. T.; O'REILLY S. S.; MONTEYS X.; REID F. B.; SZPAK M. T.; MCCAUL M. V.; JORDAN S. F.; ALLEN C. C. R.; KELLEHER B. P. The occurrence of PAHs and faecal sterols in Dublin Bay and their influence on sedimentary microbial communities ; **Marine Pollution Bulletin**; V. 106, Pg. 215-224, 2016; DOI - <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpolbul.2016.02.066>

NETTO A. D. P.; MOREIRA J. C.; DIAS A. E. X. O.; ARBILLA G.; FERREIRA L. F. V.; OLIVEIRA A. S.; BAREK J.; 2000. Avaliação da contaminação humana por hidrocarbonetos policíclicos aromáticos; **Química Nova**; Vol. 26(3) Pg. 765-773

Oliveira O. M. C.; Antônio A. F.; Cerqueira J. R.; Soares S. A. R.; Garcia K. S.; Filho A. P.; de L. da S. Rosa, M.; Suzart C. M.; de L. Pinheiro L.; Moreira Í.T.A.; Environmental disaster in the northeast coast of Brazil: Forensic geochemistry in the identification of the source of the oily material; **Marine Pollution Bulletin**; V. 160 ; 2020

PASHIN Y. V.; BAKHITOVA L. M.; Mutagenic and Carcinogenic Properties of Polycyclic Aromatic Hydrocarbons; **Environmental Health Perspectives**; Vol. 30, pp. 185-189 ; 1979

RODGERS, R. P.; MCKENNA, A. M. Petroleum analysis; **Analytical chemistry**, v. 83, p.4665-4687, 2011; DOI: 10.1021/ac201080e.

SANTOS E.; SOUZA M. R. R.; JUNIOR A. R. V.; SOARES L. S.; FRENA M.; ALEXANDRE M. R.; Polycyclic aromatic hydrocarbons in suspended particulate matter of a region influenced by agricultural activities in northeast Brazil; **Regional Studies in Marine Science**; V. 57; 2023; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.rsma.2022.102683>

SINGH H.; BHARDWAJ N.; ARYA S. K.; KHATRI M.; Environmental impacts of oil spills and their remediation by magnetic nanomaterials; **Environmental Nanotechnology, Monitoring & Management** V. 14; 2020 ; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.enmm.2020.100305>

SOARES M. O.; TEIXEIRA C. E. P.; BEZERRA L. E. A.; et all.; Oil spill in South Atlantic (Brazil): Environmental and governmental disaster; **Marine Policy**; V. 115.; 2020 ; DOI - <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2020.103879>

USEPA - UNITED AGENCY ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY; **Provisional guidance for quantitative risk assessment of polycyclic aromatic hydrocarbons**. EPA-600/R-93-089. Washington, D.C., U.S. Environmental Protection Agency: Office of Research and Development, 1993.

WANG, W.; QU, X.; LIN, D.; YANG, K. Octanol-water partition coefficient (logKow) dependent movement and time lagging of polycyclic aromatic hydrocarbons (PAHs) from emission sources to lake sediments: A case study of Taihu Lake, China. **Environmental Pollution**, v. 288, p. 117709, 2021. DOI: 10.1016/j.envpol.2021.117709.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. 1983. Evaluation of the carcinogenic risk of chemicals to humans, Polynuclear Aromatic Compounds, Part 1, chemical environmental and experimental ; International Agency for Research on Cancer, World Health Organization; P.477.

ZHANG, M; TANG, Z.; YIN, H.; MENG, T. Concentrations, distribution and risk of polycyclic aromatic hydrocarbons in sediments from seven major river basins in China over the past 20 years. **Journal of Environmental Management**, v. 280, p. 111717, 2021. DOI:10.1016/j.jenvman.2020.111717



## **O GRITO DE LUTA E A RESISTÊNCIA DE MARISQUEIRAS AFETADAS PELO DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL DE SERGIPE**

### **Mariana Nascimento Carvalho**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: mari\_carvalho89@hotmail.com

ORCID: 0009-0002-0691-9010

### **Leidineia da Silva Moraes**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: leidineia.moraes@ufba.br.

ORCID: 0009-0004-7228-0619

### **Tiala Santana Santos**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia.

E-mail: tialasantos@ufba.br

ORCID: 0000-0001-6847-0963

### **Ana Elisia Pereira Costa**

Liderança da pesca artesanal no povoado de Terra Caída.

E-mail: Caída.a.elisia.costa@bol.com.br

### **Elienaide Cardoso das Flores**

Pescadora artesanal no povoado de Preguiça.

E-mail: floreselienaide07@gmail.com

### **Crislaine dos Santos Santana**

Pescadora artesanal no povoado de Pontal.

E-mail: cris.pontalense@gmail.com

# RESUMO

O município de Indiaroba, onde estão localizadas as comunidades de Terra Caída, Pontal e Preguiça, está situado na região que compõe a APA Litoral Sul de Sergipe. Ao longo das últimas décadas, esses territórios vêm enfrentando as consequências de transformações antrópicas e conflitos socioambientais, a exemplo do derramamento de petróleo. Tais conflitos se acentuam com a fragilidade de ações fiscalizatórias e de políticas públicas protetivas. A presença do óleo no mar e no mangue, afetou o ambiente e a vida de pescadores(as) artesanais, com repercussões para a saúde, a condição socioeconômica e a segurança alimentar. Além disso, destaca-se as insuficientes ações governamentais frente ao derramamento que versam sobre a falta de ações mitigatórias e compensatórias. Nesse contexto apresentado, as trabalhadoras da pesca continuam a lutar pela garantia de direitos e mudança do atual cenário. Diante da falta de perspectiva de melhora e do convívio com dúvidas e incertezas, mobilizam os sentidos de coletividade pela busca de respostas.

**Palavras-chave:** Pescadores(as) Artesanais, Derramamento de Óleo, Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

*“A poluição, há algum tempo, está contaminando o meio ambiente, as águas, e com isso o pescado e todas as espécies. A natureza era muito farta, e hoje, o estuário marinho está deixando de existir, já não tem mais espaço para os pescadores.” (Liderança, povoado de Terra Caída)*

O município de Indiaroba, onde estão localizadas as comunidades de Terra Caída, Pontal e Preguiça, está situado na região que compõe a Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe, criada em 1993 (GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE, 1993). A região pertence ao Complexo Estuarino do Piauí-Real, constituída por manguezais e estuários, restingas, dunas, lagoas e remanescentes de mata Atlântica (FAXINA; FREITAS, 2021). Trata-se portanto, de uma área de maior sensibilidade ambiental e morada de espécies aquáticas importantes para a subsistência das comunidades litorâneas (FERNANDES *et al.*, 2022).

As comunidades de Terra Caída e Preguiça, por exemplo, atraem apreciadores da gastronomia da região por conta da beleza e diversidade ecológica. No entanto, os moradores enfrentam desafios socioeconômicos que se sobrepõem, por conta de precárias condições de moradia, acesso ao saneamento básico e de infraestrutura, além do fornecimento de serviços educacionais e de saúde insuficientes (DE ALMEIDA; VIEIRA, 2011).



**Fonte:** Pesquisadores do Projeto (2022).

Já em Pontal e Terra Caída, observa-se regiões de maior aporte turístico, com a presença de pousadas e alto fluxo de visitantes devido às belezas naturais e facilidades de acesso para Mangue-Seco (BA), que permitem à população um engajamento e maior desenvolvimento no turismo, vinculados aos serviços de transporte (travessia), empreendimentos com estacionamentos de veículos, restaurantes, comercialização de artesanatos e produtos da pesca nas feiras livres (DE ALMEIDA; VIEIRA, 2011; DOS SANTOS *et al.*, 2015).

O trabalho na pesca e mariscagem constitui uma das principais fontes de renda das localidades, além do cultivo de frutos extraídos da restinga, o desenvolvimento de artesanatos e turismo de base comunitária, atividades estas que promovem a valorização da identidade dos sujeitos locais (GOMES, 2016). A cultura alimentar inclui principalmente os produtos da pesca e mariscagem, enquanto meio de subsistência, como as moquecas de peixe e de mariscos, pirão de guaiamum cevado e de pitu, além do tradicional feijão de coco com caranguejo (MENDONÇA; SILVA, 2021).

Ao longo das últimas décadas, esses territórios vêm enfrentando as consequências de transformações antrópicas e conflitos socioambientais como a presença da pesca industrial, desenvolvimento da carcinicultura, exploração da indústria petrolífera, especulação imobiliária e empreendimentos turísticos (COSTA NETO *et al.*, 2019), que se acentuam com a fragilidade de ações fiscalizatórias e de políticas públicas protetivas (DE MAGALHÃES *et al.*, 2011; OLIVEIRA; CARVALHO, 2021). Em adição, a partir de 2019, esses conflitos socioambientais foram intensificados por conta do derramamento de petróleo ao longo da costa, afetando o ambiente e a vida da população, com repercussões imensuráveis.



Fonte: Pesquisadores do Projeto (2022).

### **“A nossa vida não é mais a de antes, de alguma forma ela está refém desse derramamento”**

Os povos e comunidades tradicionais da pesca artesanal ao longo de décadas cultivam a proteção e cuidado do ambiente que vivem e trabalham, a partir de uma relação íntima com o mar, o mangue, rios e estuários, que lhes garantem os meios necessários para a sobrevivência. Há portanto, uma relação de pertencimento ao território vivo que lhes foi apresentado desde muito jovens, como herança cultural entre gerações.

Com o avanço do petróleo nas águas litorâneas da região nordeste, as comunidades pesqueiras passaram a lidar em seu cotidiano com o surgimento e a intensificação de problemas múltiplos, que se sobrepõem. *“Mudou toda uma dinâmica da comunidade, uma dinâmica de trabalho, de sobrevivência. O que sobrou pra gente foi medo, naquele período, e hoje, o que a gente tem é receio de tudo isso”* (Marisqueira, povoado de Preguiça). Frente a esta situação, narram com aflição e tristeza a chegada do petróleo e o convívio com as incertezas, dúvidas e inseguranças que causam revolta.

*"Medo! Quando começou a passar no jornal que estava tendo esse derramamento de óleo, a gente já ficou apreensivo. Quando disse que Terra Caída já tinha óleo, que o estuário todo já estava com óleo, aí a gente já começou a ligar para fazer as denúncias. Vinham as instruções de outras praias do que estava acontecendo, de não pegar, só denunciar, mas foi impossível porque vinham nas redes, nos apetrechos de pesca, e o pescador para não perder material começava a limpar, então, algumas pessoas ajudaram também na limpeza das praias, foram voluntários." (Liderança, povoado de Terra Caída)*

A presença do óleo no mar e no mangue contamina o ambiente coletivo mas também mancha a história contada por trabalhadores das águas em seus territórios. Narrar o cotidiano na pesca a partir da interação dos tempos (passado, presente e futuro) demonstra as consequências ambientais, sociais e econômicas do derramamento de petróleo. Com isso, nota-se um recorte no tempo. O antes e o depois do desastre:

*"Antes eu era uma pessoa completamente diferente e agora eu nem sei o que eu sou. Mesmo dando a cara a tapa, a situação não está boa, complicado mesmo viver de pescaria, viver nesse ambiente." (Marisqueira, povoado Terra Caída, grifo nosso)*

*"Antes nós tínhamos mais propriedade de tudo, da venda do marisco, da alimentação. Durante o derramamento de óleo, estava tudo poluído, os preços baixaram, não vendemos e as pessoas passaram fome. Depois, ficou a dúvida de tudo, se o marisco é saudável; os preços não voltaram ao normal; a dúvida é constante porque nada foi feito." (Liderança, povoado Terra Caída, grifo nosso)*

As comunidades ainda hoje enfrentam as consequências do desastre, portanto, os sentimentos de medo, tristeza, angústia, revolta e dúvidas se mantêm. Além disso, manchas de óleo nas praias continuam a surgir, prolongando os desafios, e tornando presente as dificuldades de três anos atrás.



Fonte: Pesquisadores do Projeto (2022).

*“Eu percebo o óleo como se fosse um vulcão, que fica adormecido, aí daqui a pouco ele explode. A mesma coisa é o óleo, ele tá adormecido lá embaixo, na lama, nas pedras. E aí quando vem a maré alta, o vento forte, mudança de maré ele começa a aparecer.” (Liderança, povoado Terra Caída)*

### **“A saúde não está cem por cento garantida!”**

Com a chegada do óleo e ineficiência das ações das autoridades responsáveis, os pescadores e marisqueiras artesanais se voluntariaram para coletar os resíduos e limpar as regiões afetadas com as manchas: praias e vegetação costeira. Com isso, muitos trabalhadores da pesca realizaram a limpeza das áreas afetadas sem a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) apropriados.

Estes, foram expostos aos derivados do petróleo por meio da inalação, absorção dérmica e consumo de pescados/mariscos possivelmente contaminados. Essa exposição trouxe dúvidas e incertezas sobre os efeitos que poderiam provocar na saúde, gerando aflição e medo quanto a possíveis problemas futuros.

*“Quando tive contato, meu corpo cheirava a óleo, é como se eu estivesse transpirando e não era suor, era óleo, que saía do meu corpo.” (Pescadora, povoado de Terra Caída)*

*“Além do cheiro forte que inalava, a população toda respirando esse ar poluído, se banhando nas águas, tudo isso é preocupante! A gente não tinha tanto esse receio e medo, de mais tarde pegar um câncer.” (Marisqueira, povoado de Preguiça)*

Sintomas como mal-estar súbito, febre, tontura, dores musculoesqueléticas, dificuldades respiratórias (falta de ar, cansaço, chiado no peito), problemas na pele (coceira, ardência, vermelhidão e ferimentos) e distúrbios gastrointestinais (náuseas, vômitos e cólicas intestinais) foram relatados por pessoas que tiveram contato com as manchas de óleo. Esse contato trouxe prejuízo para o desenvolvimento do trabalho na pesca/mariscagem devido às sequelas geradas. Para essas pessoas, no futuro, podem surgir outras consequências que ameaçam a saúde devido à exposição e contato com esta substância química.

*“Depois disso, a minha saúde ficou comprometida, sinto muita falta de ar, que não sentia, muito cansaço, e o corpo não é mais a mesma coisa, aí fica uma pergunta no ar: Como aconteceu isso? De onde veio? Como está acontecendo?” (Pescadora, povoado de Terra Caída)*

Essas perguntas ainda sem respostas concretas se somam à desassistência relacionada ao acompanhamento da saúde da população exposta ao óleo derramado e a falta de investigações quanto a relação entre os sintomas e o contato com os derivados de petróleo durante as atividades laborais. Além disso, os serviços de saúde não estavam preparados para receber e acompanhar as demandas da população exposta.

*“O pescado é igual a um outro alimento que a gente possa comer, como a carne, ou outros derivados. O óleo é como se fosse uma bactéria que está alojada em um alimento passado da validade, talvez não cause danos agora, mas futuramente...” (Marisqueira, povoado de Pontal)*

*“Esses agentes negativos que estão nas marés, principalmente depois do derramamento, é algo que a gente vai levar até quando estiver manchas de óleo, não são muitas como antes, mas se misturam com a maré e isso traz um prejuízo e tanto para a saúde humana.” (Marisqueira, povoado de Preguiça)*

Além das demandas físicas geradas após exposição ao óleo, pescadores e marisqueiras artesanais narram a preocupação quanto aos efeitos crônicos, principalmente os psicológicos ao longo dos anos, somados à falta de assistência adequada. Sobre isso, acreditam que seja necessária uma rede de apoio fortalecida para acompanhar as famílias conforme as necessidades, fornecer a escuta qualificada, ampliar o suporte social em vista a manter o tratamento e diagnosticar previamente as problemáticas.

*“Muitas mulheres, muitas mães de família, muitos pais de família ficaram doentes psicologicamente, e possuem sequelas. Nós tivemos marisqueiras que se suicidaram nesse período.”* (Liderança, povoado de Terra Caída)

*“No período do derramamento, algumas famílias já estavam sofrendo com problemas mentais. Se o corpo adoece, você está em casa e não pode se alimentar e nem a sua família, sua mente também vai junto, todo o seu corpo adoece”* (Marisqueira, povoado de Preguiça)



**Fonte:** Pesquisadores do Projeto (2022).

Além disso, foram observadas repercussões na segurança alimentar das comunidades pesqueiras. As dúvidas e incertezas quanto à inocuidade dos produtos oriundos do mar e do mangue repercutiu no medo e receio da população em consumir pescados possivelmente contaminados. No entanto, frente a impossibilidade de acesso a outros alimentos, mantiveram o consumo dos produtos da pesca, ainda que estes tenham sido rejeitados por parte da população. Soma-se a isso, a ameaça a cultura alimentar do povo tradicional da pesca e a preservação dos produtos pesqueiros para as futuras gerações.

*“Hoje, a palavra é incerteza, se a água está poluída, se o peixe está poluído, se vamos ficar doentes no futuro porque nos alimentamos desses peixes e mariscos.” (Liderança, povoado de Terra Caída)*

*“A saúde não está cem por cento garantida, e futuramente nós vamos carregar um peso que foi causado pelo impacto do óleo. Nenhum estudo comprovou um risco de mortalidade futura por conta do óleo, mas sabe-se que não se encontrava o que se encontra hoje nos mariscos e nos crustáceos, marcas que não existiam antes do derramamento de óleo, ou seja, a gente ingere um alimento que futuramente pode causar algum dano a nossa saúde.” (Marisqueira, povoado de Pontal)*



**Fonte:** Pesquisadores do Projeto (2022).

## **“A gente só sabe quando vive. Quando tira o sustento dali, aí que vamos saber”**

O processo de insegurança alimentar apresentado se estende também para dificuldades no acesso e disponibilidade do alimento, pois, houve declínio nas vendas dos pescados, com interferência na renda familiar, no trabalho e conseqüentemente no pagamento das despesas básicas, à exemplo da aquisição de outros gêneros alimentícios necessários para a sobrevivência.

*“A gente coletava para se alimentar porque necessitava, necessitamos desse pescado para sobrevivência.” (Marisqueira, povoado de Preguiça)*

*“Os pescadores e marisqueiras foram impactados, as famílias nas comunidades passaram fome porque precisavam vender o pescado para comprar o alimento e não tinha como, pelo menos para comprar o básico, e isso é algo que deixa a gente bem angustiada e preocupada.” (Marisqueira, povoado de Preguiça)*

A desvalorização dos pescados artesanais pelos compradores se deu em parte pelo receio de que os mesmos estivessem contaminados, já que não houve uma análise prévia da qualidade do pescado pelos órgãos competentes. Além disso, com as praias oleadas, houve uma redução acentuada de turistas nas regiões costeiras, o que reverberou na retração da economia dos setores de hospedagem e alimentação que são importantes compradores diretos dos produtos da pesca artesanal.

Além da instauração da crise socioeconômica intensificada pelo desastre, as comunidades tiveram que lidar com a inação governamental ao tempo do derramamento, que tardiamente ofertou o benefício social denominado “auxílio emergencial pecuniário”, exclusivamente para pescadores artesanais inscritos no Registro Geral de Pesca (RGP) e residentes nas áreas atingidas pelo óleo. No entanto, frente às dificuldades históricas quanto à concessão do RGP, muitos pescadores e marisqueiras artesanais não tiveram direito ao recebimento do auxílio, não foram contemplados com o valor integral ou quando contemplados receberam-no tardiamente.

*“Dos órgãos públicos, passou muito tempo para chegar ajuda do derramamento do óleo, mais de cinco meses, porque tinha que ser uma coisa imediata, já que estava sem vender o marisco e sem poder pescar. Quando o auxílio chegou já tinha passado muito tempo, e muitas pessoas não receberam até hoje.” (Liderança, povoado de Terra Caída)*

## **“O pescador continua tendo contato (com derivados do petróleo) e os órgãos públicos não fazem nada”**

Além dos fatores mencionados acima, as insuficientes ações governamentais frente ao derramamento versam sobre a falta de ações mitigatórias frente ao declínio significativo nas vendas, a falta de análises químicas e respostas sobre a qualidade dos produtos, o fornecimento de EPIs adequados e suficientes para a limpeza das praias, além do não estabelecimento de protocolos ou estratégias de modo a conter o ressurgimento de manchas de óleo nas praias.

Ainda que as comunidades tenham se organizado enquanto coletivo através de reuniões junto a órgãos públicos para evitar que as famílias passassem necessidade, não houve celeridade na implantação de estratégias, como o fornecimento de cestas básicas.



**Fonte:** Pesquisadores do Projeto (2022).

*“Na verdade, o óleo nunca saiu, nunca foi embora! o óleo permaneceu e permanece. Eu digo porque eu pesco e nas praias que eu pesco sempre têm óleo. A gente sabe que é uma coisa que veio pra ficar. Tem uma cicatriz que a gente tá vendo que tá aberta.” (Pescadora, povoado de Terra Caída)*

*“Tiveram muitas pesquisas, mas nenhuma trouxe o resultado que os pescadores esperavam, a gente cobrava do governo e o governo não fazia nada, e a gente acabou não tendo a quem cobrar, por mais que cobrasse não tínhamos um retorno.” (Marisqueira, povoado de Preguiça)*

No âmbito local, pescadores e marisqueiras artesanais lidam com a falta de empenho e respeito de representantes. Estes, falham no cumprimento do seu papel em apoiar os interesses coletivos junto aos espaços de luta e disputa política, tal qual, fazem uso da representação em prol de interesses próprios e faltam-lhes solidariedade à causa dos pescadores(as) quanto ao derramamento de petróleo.

*“A Colônia em momento algum chegou para ajudar o pescador, e o pescador não deixou de pagar, mesmo sem ter dinheiro tinha que estar em dias para dar entrada no seguro, mas não viram que o pescador ficou sem vender. E o dinheiro de caixa que fica nas Colônias, serve para quê? Se não serve para ajudar o pescador. Aqui, a gente sempre fica com essas perguntas, sem ter respostas, e não consegue mudar essa realidade.” (Liderança, povoado de Terra Caída)*

*“As pessoas que deviam estar perto da gente para ajudar de alguma forma fecharam os olhos para isso tudo. Existem pescadores que mesmo passando por dificuldade, pagam, porque tem medo de perder uma coisa que é deles por direito. Eles são ameaçados todo tempo.” (Pescadora, povoado de Terra Caída)*

## **Como é que nós pecadores vamos viver?**

Frente ao contexto apresentado, as trabalhadoras da pesca continuam a lutar pelos seus direitos em busca de mudanças do atual cenário. Na voz das pescadoras:

*“Hoje a luta é através do movimento, entre vários outros movimentos da pesca artesanal buscando esses direitos que ainda não são aceitos pela sociedade, pelo poder público. Então, o derramamento do óleo, a pandemia, só veio enfatizar, que passando por esse problema todo, pela fome, o pescador não teve o apoio que ele merece, que ele precisava naquele momento, que merecia como profissional. Porque é uma profissão como qualquer outra, e ainda mais gritante porque vive no sol, vive nas águas geladas, na água quente, na lama quente, na areia quente o dia todo, todos os dias da semana. Porque se o pescador pesca de segunda à sexta, e não consegue pegar nada, ele vai no sábado e no domingo! Se não consegue pegar pela manhã, ele vai à tarde! Se não consegue pegar à tarde, ele vai à noite! Vira à noite! Dorme na maré!” (Liderança, povoado Terra Caída)*

*“Então, confesso que agora está vindo o medo, é agora que a gente tem a incerteza, aliás, incerteza não, a gente tem a certeza de que nada vai mudar! Que as coisas não vão melhorar, e vai passar disso para pior, e estão vindo consequências mais terríveis. Porque foi o derramamento de óleo, depois a pandemia e agora a carcinicultura. (Pescadora, povoado de Terra Caída)*



**Fonte:** Pesquisadores do Projeto (2022).

Sabendo que pescadores e marisqueiras artesanais de Sergipe vivem e sobrevivem do trabalho na pesca e na mariscagem a partir de uma inter-relação de cuidado e pertencimento com o território-mar, como sobreviver no ambiente invadido pelo óleo? Como se alimentar de modo seguro e adequado? Como estará a saúde no futuro? “Como é que nós, pecadores, vamos viver?” (Pescadora, povoado de Terra Caída). Temos muitas perguntas, mas poucas respostas.

**OBSERVAÇÃO:** Todas as fotos utilizadas neste capítulo fazem parte do repositório dos autores.

## REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, Maria Geralda; VIEIRA, Lúcio Valério Lima. Turismo no Povoado de Terra Caída / Indiaroba / SE: Do individual ao comunitário. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 3, n. 2, p. 159-171, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473547086007>. Acesso em: 25 mar. 2023.

COSTA NETO, Eraldo Medeiros; ANDRADE, Cássia Tatiana Silva; COUTO, Daniela Fiscina; MAGALHÃES, Henrique Fernandes. Diagnóstico Etnoecológico em Comunidades Pesqueiras do Município de Conde, Região Litoral Norte do Estado da Bahia. **Ethnoscientia**, v. 4, n. 1, 2019.

FAXINA, Fabiana; FREITAS, Lara Brunelle Almeida. Análise de Implantação do Turismo de Base Comunitária em Terra Caída, Sergipe, Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 23, n. 1, p. 242-262, 2021. DOI: 10.14210/RTVA.V23N1.P242-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/tva/a/7PmL7jxCrb9GWHLnzygdwJ/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FERNANDES, Gabrielle M.; MARTINS, Davi A.; DOS SANTOS, Rafael P.; DE SANTIAGO, Ithala S.; NASCIMENTO, Lorena S.; OLIVEIRA, André H. B.; YAMAMOTO, Flávia Y.; CAVALCANTE, Rivelino M. Levels, source appointment, and ecological risk of petroleum hydrocarbons in tropical coastal ecosystems (northeast Brazil): Baseline for future monitoring programmes of an oil spill area. **Environmental Pollution**, v. 296, n. 118709, 2022. DOI: 10.1016/j.envpol.2021.118709. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2021.118709>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GOMES, Roseane Cristina Santos. Povoado Terra Caída / Indiaroba - SE e as Nuances do Território Vivido. *Em: X COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE” 2016*, São Cristóvão. São Cristóvão: Educon, 2016. p. 1-16. Disponível em: [http://anais.educonse.com.br/2016/povoado\\_terra\\_caidaindiarobase\\_e\\_as\\_nuances\\_do\\_territorio\\_vivido.pdf](http://anais.educonse.com.br/2016/povoado_terra_caidaindiarobase_e_as_nuances_do_territorio_vivido.pdf). Acesso em: 25 mar. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Decreto N.º 13.468 de 21 de janeiro de 1993**, institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe. Aracaju, 21 jan. 1993. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1993/dec\\_se\\_13468\\_1993\\_uc\\_instituiaipalitoralsul\\_se\\_altrd\\_dec\\_13468\\_1993.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1993/dec_se_13468_1993_uc_instituiaipalitoralsul_se_altrd_dec_13468_1993.pdf). Acesso em: 11 jun. 2023.

DE MAGALHÃES, Henrique Fernandes; COSTA NETO, Eraldo Medeiros; SCHIAVETTI, Alexandre. Saberes pesqueiros relacionados à coleta de siris e caranguejos (Decapoda: Brachyura) no município de Conde, Estado da Bahia. **Biota Neotropica**, v. 11, n. 2, p. 45–54, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1676-06032011000200005>. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v11n2/pt/abstract?article+bn01011022011><http://www.biotaneotropica.org.br/v11n2/en/abstract?article+bn01011022011>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MENDONÇA, Jouberto Uchôa; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. Indiaroba. *Em*: LINHARES, Ronaldo Nunes; REBOUÇAS, Gabriela Maia; ALBUQUERQUE JR, Ricardo Luiz C. De (org.). **Sergipe panorâmico: geográfico, político, histórico, econômico, cultural, turístico e social**. 3. ed. Aracaju: Editora Universitária Tiradentes, 2021. p. 101–108.

DE OLIVEIRA, Fagner Santos; CARVALHO, Márcia Eliane Silva. Conflitos socioambientais na APA em Estância/SE. **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 80, p. 95–118, 2021. DOI: 10.5007/2177-5230.2021.e73007. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2021.e73007>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DOS SANTOS, Ticiane Pereira; PEREIRA, Adriana Carla de Jesus; NUNES, Carla Alessandra da Silva; PEREIRA, Ivanielly Cristina Marques; SANTANA, Sheyla Zacarias Cruz. Pesquisa e educação ambiental no licenciamento: A produção de conhecimento no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). *Em*: VIII EPEA - ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2015, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Unirio, UFRRJ e UFRJ, 2015.

## **VIDAS FRAGMENTADAS: REGISTROS DO DERRAME DO PETRÓLEO NO LITORAL DE PERNAMBUCO E AS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS/AS PESCADORES/AS**

### **José Erivaldo Gonçalves**

Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.  
Departamento de Saúde Coletiva. Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail: [goncalves.erij@gmail.com](mailto:goncalves.erij@gmail.com)

Orcid: [0000-0001-7841-8296](https://orcid.org/0000-0001-7841-8296)

### **Rosely Fabrícia de Melo Arantes**

Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.  
Departamento de Saúde Coletiva. Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail: [roselyarantesimprensa@gmail.com](mailto:roselyarantesimprensa@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5211-9159>

### **Mariana Maciel Nepomuceno**

Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.  
Departamento de Saúde Coletiva. Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho e Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail: [nepomucenomariana@gmail.com](mailto:nepomucenomariana@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4144-0016>

### **Rafael Batista Negrão**

Centro de Mulheres do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil.

E-mail: [rafaelnegrao.assessoria@gmail.com](mailto:rafaelnegrao.assessoria@gmail.com)

### **Mariana Olívia Santana dos Santos**

Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.  
Departamento de Saúde Coletiva. Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, e Universidade Federal de Pernambuco/Núcleo de Ciências da Vida, Pernambuco, Brasil.

E-mail: [mariana.santos@fiocruz.br](mailto:mariana.santos@fiocruz.br)

Orcid: [0000-0002-2129-2335](https://orcid.org/0000-0002-2129-2335)

### **Idê Gomes Dantas Gurgel**

Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.  
Departamento de Saúde Coletiva. Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail: [ide.gomes@fiocruz.br](mailto:ide.gomes@fiocruz.br)

Orcid: [0000-0002-5981-3597](https://orcid.org/0000-0002-5981-3597)

# RESUMO

Fotografias são fragmentos de histórias e, mais do que paisagens, guardam lembranças do vivido. As próximas páginas remontam memórias de uma das maiores agressões já registradas nos territórios das comunidades da pesca artesanal em Pernambuco: o desastre-crime do derramamento de petróleo, ocorrido em 2019, em todo o litoral do Nordeste e registrado também no Espírito Santo e Rio de Janeiro. São imagens que recuperam a resistência e o horror diante da violência cometida pela omissão, pela negligência e pelo descaso com a natureza e com os povos das águas. Essas imagens ora denunciam o silêncio do Estado de Pernambuco e do governo Federal, ora apresentam a solidariedade e as ações coletivas como promotoras da vida no território das águas.

**Palavras-chave:** Derramamento do Petróleo, Fotografia, Comunicação em Saúde, Mobilização Social, Saúde Ambiental.

## INTRODUÇÃO

Fotografias são fragmentos de histórias e, mais do que paisagens, guardam lembranças do vivido. As próximas páginas remontam memórias de uma das maiores agressões já registradas nos territórios das comunidades da pesca artesanal em Pernambuco: o desastre-crime do derramamento de petróleo, ocorrido em 2019, em todo o litoral do Nordeste e registrado também no Espírito Santo e Rio de Janeiro. São imagens que recuperam a resistência e o horror diante da violência cometida pela omissão, pela negligência e pelo descaso com a natureza e com os povos das águas. Essas imagens ora denunciam o silêncio do Estado de Pernambuco e do governo Federal, ora apresentam a solidariedade e as ações coletivas como promotoras da vida no território das águas.

Durante o desastre-crime, foram recolhidos aproximadamente 5,3 mil toneladas de petróleo, um esforço realizado majoritariamente por voluntários/as e pescadores/as que se lançaram ao mar sem o treinamento ou equipamentos de proteção adequados. Uma vez que as medidas de mitigação pelo Estado não foram imediatas, agravaram-se os danos socioeconômicos e ambientais associados ao desastre (SANTOS *et al*, 2022).

Neste contexto, diversas formas de luta e resistência foram articuladas entre os movimentos sociais, sociedade civil, profissionais e gestores de saúde e institutos de pesquisa e universidades visando minimizar os impactos negativos causados nos territórios afetados. Assembleias e audiências públicas estaduais e municipais, assim como iniciativas de pesquisas nas comunidades para mensurar o tamanho dos danos causados no ambiente e na saúde foram realizadas. Assim como, foram pensadas estratégias de organização popular entre as comunidades para apoio na limpeza e monitoramento da chegada do petróleo nas praias.

***“No Rio e no Mar, Pescadores na Luta! Território Livre, Já!”***

(Domínio público)

O território das águas é também um espaço onde as mulheres e os homens vivem e lutam pelas existências individuais e coletivas. Numa luta de forças assimétricas, a comunidade pesqueira busca se manter enfrentando cotidianamente o modelo de produção capitalista, estruturado na degradação

e na exploração de todas as formas de vida. O modelo do capital pode ser resumido como “um sistema que é, em essência, a civilização da desigualdade e da devastação” (ACOSTA, 2016, p. 25), e que não reconhece as especificidades que sustentam o trabalho da pesca artesanal determinado pelo ritmo das marés, da lua e da própria natureza. Questões que incidem na forma como esses sujeitos se relacionam com os outros seres humanos, o ambiente e que se posicionam em contraposição ao modelo do capital.

**Fotografia 1** - À esquerda a pescadora de Maracáipe, Jacira Maria e a direita Shirlene Maria.



**Fonte:** Cecília da Fonte.

Ainda que buscando resistir às investidas do capital financeiro que escasseiam as condições de trabalho e da natureza em escala planetária (ANTUNES, 2020; BREILH, 2020), os/as trabalhadores/as da pesca artesanal do litoral nordestino foram surpreendidos, em 2019, pelo derramamento de petróleo. O óleo cru atingiu a costa brasileira e alcançou a faixa litorânea de 4.334 km em 11 estados do Nordeste e Sudeste, 120 municípios e 724 localidades em 2019 (SANTOS *et al*, 2022).

Vale ressaltar, que esse crime ambiental só ganha importância na mídia estadual e nacional quando organizações ligadas ao meio ambiente, à mídia alternativa e aos organismos internacionais denunciaram, através dos seus canais, essa tragédia que impactou o modo de vida das comunidades da pesca artesanal, a cadeia produtiva do turismo e da pesca e o meio ambiente. Tragédia

que até hoje não se tem ao certo a dimensão dos danos causados à fauna, flora e a vida marinha.

No artigo “Vozes Silenciadas: a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira”, as jornalistas Nataly Queiroz e Patrícia Paixão, analisaram a cobertura do vazamento de petróleo. Elas revelaram como o jornalismo declaratório deixa a imprensa refém dos discursos oficiais e invisibiliza os principais segmentos afetados pelo desastre ambiental: as comunidades tradicionais que são guardiãs dos seus territórios (LIMA & LEITE, 2020).

A condição ocasionado pelo derrame do óleo foi piorada pelo silêncio e inabilidade do Estado na contenção e cuidados, que obrigou os/as pescadores/as e voluntários/as a realizarem a limpeza inicial do petróleo nas praias, muitas vezes sem o equipamento de segurança (EPIs) adequado ou com equipamentos improvisados, ou ainda doados por voluntários e movimentos sociais (MESQUITA & QUINAMO, 2020; CPP, 2021).

***A nossa luta é por terra e água do litoral ao sertão. Lutamos juntos por igualdade, com liberdade para garantir o pão!***

(Hino da Campanha de Território Pesqueiro)

Nem todas as localidades dos 16 municípios do litoral de Pernambuco sofreram exposição direta ao petróleo, contudo, todas as comunidades sofreram repercussão na venda e compras de peixes e mariscos pela incerteza da contaminação dos produtos, associado à proibição da pesca pelos órgãos federais e estaduais (ARAÚJO *et al*, 2020).

**Fotografia 2** - Dificuldade da venda do pescado devido ao derramamento de petróleo em 2019.



**Fonte:** Projeto de pesquisa "desastre do petróleo e saúde dos povos das águas".

Estudos evidenciaram que os impactos ambientais provocados pelo desastre-crime repercutiu em todo ecossistema e de forma difusa (SANTOS, 2022; SOARES *et al.*, 2020; TAKESHITA *et al.*, 2021). O óleo não pediu licença para entrar e interferir no conjunto dos ecossistemas pertencentes à região litorânea. A exposição direta ou indireta nos sistemas sensíveis como os mangues podem provocar alterações em escalas microestruturais que repercutem na vida das pessoas que dependem desse ecossistema para sobreviverem (EUZÉBIO *et al.*, 2019). Foram observadas a poluição da água do mar e a contaminação dos ecossistemas marinhos, tartarugas, mariscos, peixes, algas entre outros organismos pelo o petróleo (DISNER & TORRES 2020; BRASIL, 2020).

**Fotografia 3** - Praia de Itapuama no dia 21 de outubro de 2019.



**Fonte:** Inês Campelo/MZ Conteúdo.

Mais do que invadir o mar, a praia, o rio, o mangue e o conjunto do ecossistema marinho, o petróleo invadiu o sentimento de pertença das comunidades, afetou a dimensão do trabalho, para além do impacto na fonte de renda dos/as pescadores/as da pesca artesanal. O ofício da pesca circunscreve a identidade dos indivíduos que possuem a lida na maré como principal atividade ou como ocupação eventual, pois dialoga profundamente com o ritmo das águas, da lua e imprime, dessa forma, outra perspectiva de trabalho.

**Fotografia 4** - Impactos ambientais advindos da exposição ao derramamento de petróleo em 2019.



**Fonte:** Marco Zero Conteúdo Crédito: Inês Campelo.

Trabalhadores/as da pesca artesanal relatam o aparecimento de sintomas neurológicos como dores fortes de cabeça e náuseas durante o derramamento de petróleo ou logo após; dermatológicas, como manchas na pele e coceiras dentre outros, na fotografia pode-se observar agravos referentes a problemas de pele a seguir:

**Fotografia 5** - Voluntária faz limpeza de mancha de óleo, em praia do Cabo de Santo Agostinho (PE).



**Fonte:** Ademar Filho/Futura Press.

Se o recorte das especificidades do trabalho já era apontado pelos/as pescadores/as da pesca artesanal como um problema, após a chegada do petróleo cru ficaram evidentes as limitações das equipes da atenção básica que pouco relacionaram, durante o atendimento clínico, os sintomas apresentados à exposição progressiva ao petróleo. A invisibilidade do trabalho da pesca diante dos serviços de saúde marca o subdimensionamento do cuidado dessas pessoas, assistidas de forma frágil e despreparada, quer na dimensão da saúde física, como pela assistência social.

**Fotografia 6** - Pescador com problemas dermatológicos advindos da exposição ao derramamento de petróleo em 2019.



Projeto de pesquisa "desastre do petróleo e saúde dos povos das águas".

***Chegou a hora de defender, nosso pedaço de chão! A terra é nossa isso por direito, respeite nossa tradição!***

(Hino da Campanha de Território Pesqueiro)

Diante do abandono e do descaso por parte do Estado com a comunidade da pesca artesanal, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Pernambuco (MPP-PE) e a Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras de Pernambuco (ANP-PE) solicitaram audiência pública à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). A atividade, intitulada "O impacto do derramamento de petróleo no meio ambiente, saúde e na economia dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Pernambuco", contou com mais de 100 pescadores/as além de organizações sociais, universidades e institutos de pesquisa, que discutiram e cobraram medidas para garantir segurança social e saúde das comunidades afetadas por um dos maiores desastres registrados no país.

**Fotografia 7** - Pescadores na retirada do petróleo no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco em 2019.



**Fonte:** Leo Domingos, Assecom/Cabo.

A liderança da pesca artesanal e ex-presidente da Colônia de Pescadores de Goiana-PE, Maria Ângela da Fonseca, 54 anos, foi voz ativa na busca por justiça social e na cobrança pela implementação de respostas efetivas do poder público no apoio das comunidades afetadas pelo derramamento de petróleo. Caminho acompanhado por diversas outras mulheres que, frente ao sentimento de injustiça, encontram forças para lutar pela garantia de direitos ao movimento da pesca artesanal.

*“A gente tem que preservar nossa maré, nosso rio, nosso mangue porque ela é a única indústria que a gente nunca vai ver porta fechada pros nossos pescadores - Maria Angela da Fonseca.”*

**Fotografia 8** - Audiência pública dos/as pescadores/as atingidos pelo desastre-crime do petróleo em 2019 na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).



Projeto de pesquisa "desastre do petróleo e saúde dos povos das águas"

***Vem companheiro / Chega de indecisão***

***Vem engrossar a fileira / Desfralda a bandeira da libertação***

***Vem companheira / Esse é o nosso momento***

***Venha de todos os lados / E de braços dados entrar no movimento***

(Hino da Campanha de Território Pesqueiro)

É da reivindicação por justiça e reparação socioambiental das comunidades e dos movimentos sociais da pesca artesanal que surge a necessidade da construção de pesquisas para compreender a dimensão dos impactos causados pelo desastre-crime do petróleo. Foi também a partir dessa coalizão que integrantes dos movimentos sociais, entidades da pesca artesanal, da academia e da gestão de saúde estadual e municipais se juntaram para compartilhar experiências e saberes, bem como discutir ações e tomadas de decisão diante do desastre. A partir desses encontros, foi possível alinhar algumas estratégias e ações entre a Rede Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e Secretarias municipais como a importância do monitoramento e registro dos casos de exposição ao petróleo. Um resultado positivo dessa sala de situação ampliada diante da desorganização promovida pelo Governo Federal foi o fato de Pernambuco ser o estado com maior número de notificações de intoxicação exógena por petróleo (trazer o boletim do MS) e ter realizado a busca ativa com

auxílio da equipe do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS (EpiSUS), da mesma forma que provocou uma atuação da gestão de municípios.

**Fotografia 9** - Maria Ângela da Fonseca na Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) em 2019.



**Fonte:** Projeto de pesquisa “desastre do petróleo e saúde dos povos das águas”

Outro encaminhamento das salas de situação ampliadas foi a estruturação de proposta de projetos de pesquisa-ação por pesquisadoras/es da Fundação Oswaldo Cruz Pernambuco (Fiocruz-PE) com os movimentos sociais para pensar estratégias de atuação nos territórios, trazendo como eixo central a saúde e como condicionante estrutural.

Por meio desse diálogo, foi possível articular a vinda do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre direitos humanos e substâncias e resíduos tóxicos, para Pernambuco em dezembro de 2019. O relator, que estava em visita ao Brasil para debater o tema dos resíduos tóxicos, como as problemáticas da liberação dos agrotóxicos no Brasil e o desastre-crime do rompimento de barragens em Minas Gerais, incluiu em sua agenda a visita nos territórios da pesca artesanal, como na praia de Itapuama e na Colônia de

Pescadores/as de Gaibu/município do Cabo de Santo Agostinho e na Fiocruz Pernambuco, onde ouviu diversos relatos alarmantes de especialistas, pesquisadores e de representantes da sociedade civil sobre as consequências do derramamento de petróleo.

**Fotografia 10** - Reunião com lideranças da pesca artesanal e movimentos sociais na Fiocruz Pernambuco.



**Fonte:** Projeto de pesquisa "desastre do petróleo e saúde dos povos das águas"

Nesse contexto de luta por direitos à saúde e de incidência política, nasceu o projeto de pesquisa "Derramamento de petróleo e saúde dos povos das águas", de iniciativa da Fiocruz de Pernambuco com os movimentos sociais e parceria com gestores da saúde, que tem desenvolvido pesquisas, formações e ações nos territórios afetados pelo derramamento do petróleo na perspectiva de fortalecimento da vigilância popular em saúde e para contribuir na proposição de caminhos para reparação integral em saúde das comunidades. O projeto iniciou em 2020 com a realização de visitas exploratórias ao território, observação participante em movimentos sociais e reuniões de discussão e definições de ações e baseia-se em abordagem mista, numa triangulação quantitativa e qualitativa, aplicada em saúde e ambiente.

Em 2021, o projeto começou um inquérito epidemiológico nos 16 municípios do litoral do estado com 1300 pescadores/as. Outras metodologias como coleta biológica para identificação de biomarcadores e alterações metabólicas,

mapeamentos participativos, círculos de cultura, rodas de conversas, entrevistas qualitativas com pescadores e gestores da saúde, processos formativos e oficinas foram realizadas, sempre em articulação com os serviços de saúde municipais e estadual, a exemplo do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Coordenação de Vigilância em Saúde, lideranças comunitárias da pesca artesanal e organizações sociais.

## CONCLUSÃO

As imagens e narrativas apresentadas aqui buscaram lembrar a trajetória dos intensos dias de confronto contra a mancha de petróleo que não parava de chegar no litoral e estuários e a luta pela vida das pessoas, dos animais, do mar, da praia, do mangue na tentativa de remoção do óleo diante da. Na incerteza de ações e no silenciamento do Governo Federal pautado na necropolítica Estado, foram inicialmente as pescadoras e os pescadores artesanais que arregaçaram as mangas.

A pesquisa evidenciou diversos processos de vulnerabilização advindos do desastre-crime implicados na saúde física e mental dos sujeitos ressoando nas dimensões da vida e do trabalho. Por outro lado, apontou a necessidade de fortalecimento de incidência política dos movimentos da pesca artesanal no litoral pernambucano.

Acreditando na construção de uma ciência cidadã e emancipatória para produção de conhecimento que integre e reafirme o Sistema Único de Saúde (SUS) e resulte num modelo de sociedade que reconhece, legítima e defende as especificidades de todos os territórios, a Fiocruz Pernambuco vem desenvolvendo, em diálogo com esses movimentos sociais e populares, além de outras instituições de pesquisa, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), estratégias para o fortalecimento desses sujeitos.

Mondzain (2009) afirma que, mesmo que a imagem não faça, não atue diretamente no mundo, a imagem faz fazer, pois aciona memórias, sentimentos e pode desencadear ações efetivas sobre a realidade. A exemplo de todas as lutas pela efetivação dos Direitos Humanos, destacando-se aqui o Direito à Saúde em sua concepção ampliada, registra-se em fotografias e textos os

eventos iniciados no dia 30 de agosto de 2019 para nunca esquecer. Esta é nossa homenagem a essas mulheres e homens do mar.

A onda ainda quebra na praia [...]

Lenine

## REFERÊNCIAS

Mészáros I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo; 2011. 1096 p.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: **La Ciudadanía Negada Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo** [Internet]. Buenos Aires: CLACSO; 2000 [citado 6 de setembro de 2022]. p. 35–48. Available at: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>

ACOSTA, A. **O Bem Viver uma oportunidade para imaginar outros mundo** [Internet]. 2º ed. Elefante; 2016. 264 p. Available at: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>

SANTOS, M. O. S. D. et al.. Oil in Northeast Brazil: mapping conflicts and impacts of the largest disaster on the country's coast. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 94, p. e20220014, 2022.

ARAÚJO, M.E, RAMALHO, C.W.N, MELO, P.W. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2020; 36(1):e00230319.

EUZEBIO C, RANGEL G & MARQUES R. 2019. Derramamento de Petróleo e seus Impactos no Ambiente e na Saúde Humana. *RBCIAMB* 52: 79-98.

DISNER G.R; TORRES M. 2020. The environmental impacts of 2019 oil spill on the Brazilian coast: Overview. *Rev Gest Ambient Sustentab* 7(15): 193-209.

SOARES M.O ET AL. 2020a. Oil spill in South Atlantic (Brazil): Environmental and governmental disaster. *Marine Policy* 115: 103879.

BRASIL. 2019. Boletim - Manchas de Óleo no Litoral do Nordeste. Ibama, Brasília.

TAKESHITA, R; BURSILAN, S. J.; COLEGROVE, K. M. A review of the toxicology of oil in vertebrates: what we have learned following the Deepwater Horizon oil spill. **Journal of Toxicology and Environmental Health, Part B**, v. 24, n. 8, p. 355-394, 2021.

MESQUITA B & QUINAMO T. Impactos socioeconômicos e ambientais da contaminação por petróleo nas praias do litoral da região nordeste do Brasil. Recife. p.41. 2020. CONSELHO PASTORAL DA PESCA. Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021. Org. BARROS, S; MEDEIROS, A; GOMES, E.B. 2. ed. Olinda, 2021. ISBN 978-65-992464-5-6

LIMA, N. Q; LEITE, P. P. O. A mídia e o discurso segregador que silencia: Análise da cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira em 2019 revela como o jornalismo declaratório deixa a imprensa refém dos discursos oficiais e invisibiliza os principais segmentos afetados pelo desastre ambiental: as comunidades tradicionais. *Le monde diplomatique*, 2020. <https://diplomatie.org.br/a-midia-e-o-discurso-segregador-que-silencia/>



## **MULHERES AO MAR NO ENFRENTAMENTO DO DESASTRE DO PETRÓLEO NA ILHA DE BOIPEBA/BAHIA**

**Cristina Larrea-Killinger**  
Professora Titular de Antropologia Social  
- Universitat de Barcelona.  
E-mail: larrea@ub.edu

**Melissa Moreira**  
Socióloga e empreendedora.  
E-mail: mellmdf@gmail.com

**Raísa Geribello de Souza**  
Jornalista e empreendedora.  
E-mail: raisa.geribello@gmail.com

**Marta Smith Rhormens**  
Oceanógrafa, Ecomar Ecoturismo Marinho.  
E-mail: tata\_oceano@yahoo.com.br

**Cacilda M. C. Rocha**  
Bióloga Laboratório de Ictiologia e Conservação  
- Universidade Federal de Alagoas.  
E-mail: cacildamichelecardosorocha@gmail.com  
Orcid.org/0000-0001-7818-0898

# RESUMO

A ilha de Boipeba no município de Cairu, estado da Bahia, recebeu cerca de 60 toneladas de petróleo cru, impactando gravemente recifes de coral, gramas marinhas, costões rochosos, estuários e manguezal. Os impactos socioeconômicos foram imediatos nas comunidades pesqueiras, atingindo a segurança alimentar, a saúde física, mental e toda a rede comercial dependente da biodiversidade do Oceano. Neste estudo, queremos entender como as mulheres contribuíram para o enfrentamento do desastre, e como foram impactadas. Destacamos que mulheres de condições diversas protagonizaram a mobilização para limpar as praias e evitar a contaminação ambiental. Por isso, o nosso objetivo é reconstruir esta experiência, levando em conta a participação de mulheres, tanto moradoras não nativas, como nativas, pescadoras e marisqueiras. Buscamos mostrar como as redes de apoio foram construídas, e como as comunidades pesqueiras vivenciaram este trágico desastre através de uma metodologia participativa baseada em conversas, entrevistas e seleção de fotografias.

**Palavras-chave:** Comunidades Pesqueiras, Mobilização, Protagonismo Feminino.

## INTRODUÇÃO

Entre agosto de 2019 e janeiro de 2020, o Brasil foi impactado pelo derramamento de mais de 5000 toneladas de petróleo bruto, atingindo mais de 1000 localidades de 11 estados da região Nordeste e Sudeste ao longo de 4.334 km do litoral do país (Soares *et al.*, 2021; IBAMA - Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis, 2022). Os impactos ambientais, sociais, e econômicos deste, que foi o maior desastre ambiental já ocorrido no Brasil (Lourenço *et al.*, 2020), foram imediatos nas comunidades pesqueiras das áreas afetadas, e de toda rede de empreendimentos como o setor turístico que dependem do mar como meios de vida (Estevo *et al.*, 2021). A emergência em saúde pública desde o momento do desastre até os dias de hoje, são difíceis de medir com precisão e as análises de risco subestimam os impactos que podem perdurar por mais de 50 anos (Pena *et al.*, 2020).

O petróleo bruto é uma mistura complexa de compostos orgânicos voláteis, hidrocarbonetos policíclicos com odores fortes e metais pesados como arsênico, cádmio, cromo, manganês, cobre, níquel, vanádio e chumbo, os quais são cancerígenos (Pena *et al.*, 2020). Nos ecossistemas afetados, os resíduos que chegaram foram sendo depositados, e acumulados em areias de praias, sedimentos de mangue, estuário, em recifes de coral e fundo do mar, que tendem a se fragmentar em partículas cada vez menores que vão sendo incorporadas ao meio ambiente e, que a longo prazo podem induzir a danos significativos (Soares *et al.*, 2020). Através do acúmulo no meio ambiente, as partículas do petróleo bruto que já foram ingeridas por animais invisíveis a olho nu, além de ostras, lambretas, polvos, camarões, lagostas, caranguejos e peixes, vão transferindo gradativamente a contaminação à medida que são consumidos por outros organismos e pelas pessoas ao consumi-los (Soares *et al.*, 2020). Nos animais que foram afetados, os efeitos negativos podem levá-los a apresentar um crescimento reduzido, doenças, reprodução e saúde fisiológica prejudicada e até levar à morte (Soares *et al.*, 2020). Nas pessoas, tanto a exposição quanto o consumo podem levar desde a irritação respiratória e transtornos mentais, até a alterações das funções reprodutivas, imunológicas, e perda de memória (Pena *et al.*, 2020).

Na ilha de Boipeba, no município de Cairu, na Bahia, cerca de 60 toneladas (SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, 2019) afetaram gravemente as praias, recifes de coral, gramas marinhas, costões rochosos, estuários e o manguezal. As comunidades pesqueiras da ilha foram imediatamente atingidas pelo derramamento do petróleo, prejudicando as atividades pesqueiras e a mariscagem das quais dependem para a alimentação, geração de trabalho e renda. Os impactos do petróleo deixaram incertezas para o futuro destas comunidades, que passaram a conviver com insegurança alimentar, econômica, na saúde humana e ambiental, já que dependem da biodiversidade marinha como meios de vida através da pesca e turismo. Os pescadores artesanais sofreram com uma diminuição drástica da sua renda, piorando as suas condições de sobrevivência pela redução das capturas de peixes, moluscos e crustáceos (Machado *et al.*, 2023).

Este desastre se caracterizou pela ausência rápida de ações concretas por parte do governo federal, em casos de emergências socioambientais, o que levou a uma intensificação da crise pela falta de coordenação e monitoramento no processo de limpeza nas áreas afetadas (Machado *et al.*, 2023). Por esse motivo, muitas comunidades como as da ilha de Boipeba, se mobilizaram imediatamente através de várias frentes de trabalho, para organizar equipes de voluntários para a limpeza e remoção do petróleo das áreas afetadas.

Destacamos, que mulheres de condições diversas, protagonizaram os processos de criação e coordenação de comitês nas comunidades da Velha Boipeba e Moreré, que contaram com a colaboração das comunidades de Monte Alegre e de São Sebastião (Cova da Onça), para o seu enfrentamento. Os comitês foram criados para engajar as pessoas para promover a organização, logística da limpeza e remoção dos resíduos de petróleo das áreas afetadas, arrecadação financeira para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), alimentação e outros materiais.

Nosso objetivo para este capítulo é fazer um breve relato e reconstruir as experiências de mulheres nativas e não nativas moradoras da ilha, como as pescadoras, marisqueiras, comerciantes e de outras profissões, no enfrentamento do derramamento do petróleo na ilha de Boipeba. Todas as autoras aceitaram participar neste capítulo pelo respeito para com as mulheres que lutaram contra

o derramamento com força e coragem, e pelo compromisso em querer mostrar e dar voz através das narrativas e presença através das fotografias escolhidas.

## **METODOLOGIA**

Elaboramos este capítulo de forma colaborativa e participativa. Todas as autoras reuniram-se para colaborar, conversar e decidir sobre os objetivos e a metodologia para a construção deste trabalho. E, pelo outro, participativo, porque a maioria das autoras residem atualmente na ilha, sendo que durante o período do desastre participaram dos comitês de limpeza da Velha Boipeba (CVB) (autoras M.S.R.; R.G.S) e do comitê da comunidade de Moreré (CM) (autoras M.M.; C.M.C.R), com exceção de uma autora (autora C.L.K) que reside fora da ilha, e que realizou pesquisa etnográfica entre 2009 e 2018 e focou sobre os efeitos do desastre em outubro de 2021. Após reuniões virtuais e a criação de um grupo de trabalho pelo WhatsApp durante o mês de junho, iniciamos uma busca de informações com o objetivo de fazer um levantamento sobre a atuação das mulheres, e para lembrar as experiências vivenciadas por elas. Para isso, realizamos entrevista, aplicamos um formulário virtual, e selecionamos imagens fotográficas de ações na ilha que foram capturadas na época do desastre.

Entre junho e julho de 2023, elaboramos um questionário exploratório para direcionar entrevistas na ilha e um formulário para ampliar a pesquisa. A seleção das participantes de ambos os documentos foi realizada através de um levantamento daquelas mulheres que colaboraram para o enfrentamento do desastre pelas autoras, que posteriormente foram convidadas para participar da pesquisa.

Para a realização das entrevistas fizemos convites presenciais para aquelas mulheres selecionadas previamente no levantamento, que participaram de acordo com sua disponibilidade para a realização das entrevistas. Participaram das entrevistas sete mulheres residentes de Moreré, sendo seis delas nativas da ilha (Margarida, Rosa, Flor, Gardênia, Lírio, Jasmim) e uma moradora (Hortência). Todas estavam presentes no enfrentamento do desastre, sendo que quatro mulheres são marisqueiras e três comerciantes, com idades variando entre 29 e 59 anos.

O formulário *Google Forms* foi enviado via WhatsApp para grupos locais de Boipeba e para mulheres que estavam presentes no enfrentamento do

petróleo de alguma maneira e ficou aberto para receber respostas entre o dia 06 até o dia 26 de julho de 2023.

As entrevistas foram realizadas presencialmente nos estabelecimentos comerciais e nas residências das participantes, e foram gravadas em celular. Posteriormente, foram transcritas e analisadas através do programa de análise qualitativa Atlas-Ti. Agregamos na análise das narrativas outras duas entrevistas presenciais (Maria e Iolanda) e duas virtuais (Amanda e Ana Patrícia), realizadas entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, com moradoras não nativas, vinculadas profissionalmente com o turismo que formaram parte do CVB, que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido autorizando a utilização das informações para a pesquisa. Todas as participantes das pesquisas deste capítulo tiveram seus nomes substituídos por nomes fantasia para preservar o seu anonimato.

No questionário das entrevistas e no formulário *Google Forms* quisemos saber como as mulheres participaram de atividades colaborativas para o enfrentamento do desastre nas comunidades da ilha, e em quais frentes de trabalho. Em ambos os documentos, solicitamos o nome, a idade, e a profissão. Também perguntamos como o desastre impactou a saúde, alimentação, meio ambiente, o trabalho e a economia, as relações e a convivência familiar. Posteriormente perguntamos como as participantes atuaram para colaborar para o enfrentamento do desastre na ilha, se houve ajuda de algum órgão público, e quais lições foram aprendidas caso algo parecido ocorresse novamente no futuro, e de que maneira poderíamos atuar no futuro.

Fizemos uma seleção de fotografias a partir de imagens dos arquivos pessoais das autoras, para reconstruir a experiência do desastre.

## **RESULTADOS**

Os resíduos de petróleo bruto chegaram na ilha de Boipeba entre os meses de setembro a dezembro de 2019. Durante o período do desastre, as comunidades se organizaram em comitês para o seu enfrentamento, que contou para o seu enfrentamento com o apoio da sociedade civil para organizar e mobilizar pessoas localmente, no Brasil e internacionalmente, através de mídias sociais. Todos os processos para a mobilização de voluntário e arrecadação

de donativos, a construção de ECOpontos (locais impermeabilizados do solo, e abrigados do sol), organização da limpeza, e a coleta de resíduos das áreas afetadas foram liderados pelos comitês e de voluntários da sociedade civil. Alguns órgãos públicos como a Prefeitura do Município de Cairu (PMC), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), IBAMA, Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, Marinha e Exército do Brasil apoiaram a logística de limpeza das áreas afetadas.

### ***Caracterizando a participação das mulheres nos comitês***

No formulário virtual que aplicamos participaram 17 mulheres com idades entre 31 e 69 anos, 14 são moradoras não nativas, uma é nativa da ilha de Boipeba, uma é ex-moradora, e a outra reside em Moreré. Destas mulheres nenhuma é pescadora, mas houve uma variedade de profissões como comerciantes, proprietária/gerente de pousada, produtora de conteúdo para mídias, cozinheira, bióloga, oceanógrafa, médica, costureira, professora, jornalista, aposentada, empresária e administradora.

Das 17 mulheres que responderam ao formulário, uma participou no comitê de Moreré (CM) e seis participaram no comitê de Velha Boipeba (CVB). Todas as mulheres que participaram dos comitês durante o enfrentamento tinham escolaridade mínima até o nível superior. Das respostas ao formulário apenas duas tinham nível de ensino médio e uma de ensino fundamental.

O maior esforço realizado pelas mulheres não nativas foi o de limpeza de praias, pois foi o mais emergencial. Das 17 mulheres que responderam o questionário, 14 realizaram este trabalho. Mas o esforço não se restringiu apenas à limpeza de praias, foi preciso principalmente organização, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), alimentação, água e verba. Sete mulheres participaram da organização de grupos de trabalho e cinco na logística para conseguir atuar em todas as praias que continham manchas de petróleo. O CVB atuou nas praias da Cueira, Tassimirim e o CM atuou nas praias de Moreré, Bainema e Castelhanos. Ambos os comitês atuaram na limpeza do Outeiro, nos costões rochosos, e mangue.

Devido a toxicidade do petróleo bruto chegando nas praias foi necessário utilizar uma grande quantidade de EPIs para os processos de limpeza, coleta

e destinação dos resíduos das áreas afetadas para os ECOpontos. Os CVB e o CM receberam orientação de cientistas para a compra de EPIs, segundo relato de uma das autoras (C.M.C.R). Nesse período, a autora C.M.C.R., foi orientada pelo INEMA a manter as mulheres, crianças e jovens com menos de 21 anos fora das atividades de limpeza, também a revezar os grupos para evitar a exposição prolongada.

Cinco mulheres que responderam ao formulário, ficaram responsáveis pela aquisição e compra de EPIs no CVB, arrecadação de doações e recursos financeiros através de uma vaquinha online, a qual também foi organizada no CM. Essa arrecadação foi iniciada quando se sentiu a necessidade principalmente da compra de EPIs, comida e água para as equipes de voluntários da limpeza. A divulgação da vaquinha era realizada nas redes sociais, e em muito pouco tempo as doações foram recebidas de muitos lugares do Brasil e do mundo. Estiveram à frente da organização e limpeza de EPIs três mulheres que responderam o formulário. O transporte dos EPIs para as praias era organizado por duas mulheres no CVB, e por várias equipes no CM.

Três mulheres, que responderam o formulário, trabalharam na área financeira realizando o controle da arrecadação de dinheiro através da vaquinha, na compra de EPIs, mantimentos, combustível, recebimento de doações, dentre outros. Os EPIs comprados e os que foram doados, eram separados e disponibilizados de acordo com a necessidade das equipes de voluntários das praias e outras áreas afetadas. Na ocasião do desastre, o CM doou EPIs para as equipes de limpeza da PMC, e para todas as equipes dos diferentes órgãos do poder público que estiveram na ilha de Boipeba. Durante o desastre, os comitês, além de conseguirem custear as hospedagens para as equipes de funcionários destes órgãos públicos, também providenciaram o custeio de alimentação e transporte.

As equipes de comunicação tiveram um papel muito importante, e eram responsáveis por desenvolver todos os materiais de divulgação interna e externa sobre a chegada de petróleo nas praias, e desenvolveram campanhas para a arrecadação da vaquinha dos comitês. As informações da chegada do petróleo eram monitoradas por outras equipes dos comitês, que avisavam às demais sobre a chegada do petróleo nas praias e mar que comunicavam as equipes de

comunicação. Essas últimas desenvolviam comunicados, flyers para a postagem diárias em grupos de mensagens e nas mídias sociais.

Além de doar tempo, esforço e saúde; das respostas obtidas das 17 mulheres, seis delas também doaram dinheiro para a vaquinha para ajudar na compra de materiais para apoiar o combate do petróleo. Muitas mulheres que não puderam participar de nenhuma das atividades, ou não estavam na ilha de Boipeba colaboraram através de doações para a vaquinha como uma forma de contribuir à distância.

### ***Relembrando as primeiras impressões na chegada do petróleo bruto***

O primeiro impacto pela chegada do petróleo provocou um sentimento de surpresa, medo, tristeza, e pânico ao verem tamanha destruição, de acordo com os relatos:

*"O óleo, na verdade, foi uma surpresa pra todos nós, né? Porque nunca tinha acontecido isso aqui [...] Porque impactou muito as nossas vidas"* (Gardênia, nativa quilombola, comerciante, CM).

*"Muita destruição. Não causou mais porque teve pessoas que se conscientizaram de limpar e fazer os grupos. E limpar para poder não piorar mais a situação. Foi muito difícil. Teve muito, muito impacto mesmo. Teve em algum lugar uns peixes que morreu. Morreu tartaruga* (Margarida, nativa, marisqueira aposentada, CM).

*"É, em vários sentidos, impactou espiritualmente. Eu fiquei muito nervosa, o medo me deixava muito lá embaixo, porque não sabia como aquilo ia acabar. E como acabar com aquele óleo todo na praia eu vi o corre-corre das pessoas. Inclusive, eu estava um pouco enferma e não podia me aproximar muito daquele óleo, então era um desespero total. Eu fiquei em pânico"* (Rosa, nativa, marisqueira, CM).

**Foto 1** - Chegada do óleo no início da praia de Bainema, 25 de outubro de 2019.



### ***Germinando a formação dos comitês***

As mulheres das comunidades e dos comitês tiveram um papel de destaque para o enfrentamento do desastre, pois sabiam que haveria prejuízos para a saúde ambiental e humana pela contaminação das áreas afetadas, e prejuízos econômicos para as atividades pesqueiras artesanais pela diminuição do comércio de pescados, mariscos e outros frutos do mar pela queda das vendas e do turismo.

*“Impactou muito. De várias maneiras, né? Que parou tudo. A gente teve que largar nosso que fazer. Deixar tudo o que fazer para ir trabalhar em pro do óleo para poder a gente vê que eu tinha retornar de novo, para nós poder ter o nosso turismo de volta, né? [...] [...] é do turismo que a gente vê o pão de cada dia. Aí todo mundo parou e aí teve que trabalhar.[...]”* (Rosa, nativa, marisqueira, turismo, CM).

Os impactos do desastre não levaram à impotência, pelo contrário, muitas mulheres tomaram as providências para promover a limpeza das praias e mangue. Foram as sementes dos comitês de limpeza para combater o desastre:

*“Eu fiquei triste pelo acontecimento, mas por outro lado, também fiquei forte para poder combater o que estava acontecendo. Então eu fiquei triste, fiquei forte, mas tinha algo que me abateu demais assim, porque eu sei que isso iria passar sim, e a gente fez de tudo para que isso passasse.”* (Gardênia, nativa quilombola, comerciante, CM).  
*“Quando as primeiras manchas apareceram aqui na ilha de Boipeba,*

*nós moradores, já estávamos nos comunicando sobre como agir e então apenas fomos nos organizando e nos dividindo de acordo as necessidades que iam surgindo. Apesar de não sabermos o que era aquele material, fizemos tudo que podíamos diariamente e exaustivamente para limpar as nossas praias e conseguir EPI para fazermos esse trabalho com algum tipo de proteção. Fiz parte do Comitê Boipeba, composto majoritariamente por mulheres e, quase todo tempo, sem apoio da gestão pública, conseguimos organizar grupos para limpeza das praias, pessoas para fazer alimentação de quem estava trabalhando na limpeza, comunicamos imprensa, corremos atrás de doações de EPI e alimentos, organizamos uma vaquinha online que foi a nossa salvação financeira para resolver muitas questões inclusive compra de EPI, comida, água, situações que não seriam tão caóticas na época se não fosse a omissão do poder público local e alguns empresários que insistiam em menosprezar nossos esforços e julgar como exagero o que estávamos fazendo para limpar nossas praias” (Amanda, empresária, CVB).*

**Foto 2** - Reunião no comitê de Moreré, 27 de outubro de 2019.



### ***Os impactos do desastre na saúde e no meio ambiente***

Os impactos do desastre na saúde durante o período de limpeza foram relatados pelas seguintes mulheres, tanto nativas quanto não nativas, que participaram dos CVB e do CM:

*“Claro, e da saúde, que é o medo que tinha a gente para não ir,*

*que foi a situação de saúde que você encontrou [...]. A maioria dos sintomas foi dor de cabeça. O que eu posso te falar é algumas reações de pele. Mas a maioria teve dor de cabeça bem fortes." (Amanda, moradora, turismo, CVB).*

*"Teve um dia que eu fui para o posto de saúde porque eu fiquei vomitando, tendo diarreia assim o dia todo, assim pelo cheiro. Ou se foi mesmo com o dia todo lá eu não sei o que foi" (Ana Patricia, moradora, empreendedora, CVB).*

*"Muita gente passou mal, ficou tonto, foi pro posto... algumas pessoas passaram mal [...]. Eu não senti nada, mas o cheiro realmente... no primeiro dia que chegou o óleo lá no Moreré, na praia do Moreré, a gente da praia da Cueira sentia o cheiro. Era um cheiro muito forte, aí que a gente abriu a porteira, que viu aquilo... meu Deus do céu, sabe quando você não acredita no que você tá vendo? Demora pra cair a ficha... você fala "caraca, por onde que a gente vai começar?" porque era tudo, a areia inteira de óleo, uma loucura" (Hortência, moradora, empreendedora, CM).*

*"A saúde mental, na verdade. Tipo assim, a galera começou a ter problema, medo porque não sabia que o óleo poderia fazer na saúde da pessoa porque tem aquele cheiro... aquela ânsia, negócio de desconforto..." (Margarida, nativa, marisqueira, CM).*

*"[Impacto na saúde?] Naquele momento, sim. Assim, no momento da coleta e tal, tudo isso, sim. Posteriormente, eu não sei, assim se eu não tive nenhum problema de saúde posterior, mas naqueles dias sim, muitas náuseas, tonturas, é inflamação? [Saúde mental?] A isso, sim, porque a pressão foi muito grande. Isso de ficar sem grana não é de ficar sem dinheiro imediatamente. A gente tem um restaurante novo e vinha de alguns ciclos de tentar se reerguer. E esse desastre do óleo vinha que a gente estava começando a ficar bem e aconteceu isso Foi bem preocupante, mesmo" (Hortência, moradora, turismo, CM).*

*"Eu tentei ainda tirar o óleo não é, mas através do meu ferimento não deixaram eu continuar, me separaram, mas mesmo assim eu ainda um dia aí que começou a rolar e eu ainda peguei" (Rosa, nativa, marisqueira, CM).*

**Foto 3** - Óleo no canto do mangue de Bainema, 28 de outubro de 2019.



### ***Os impactos do desastre na alimentação e na economia***

O desastre teve impacto significativo na economia, e as respostas das mulheres variaram entre aquelas que dependiam diretamente do turismo, e as demais que não dependiam. Algumas mulheres que trabalhavam como empreendedoras individuais (exs.: costureiras, instrutora de pilates) foram muito impactadas. Durante o desastre essas mulheres deixaram de atender aos seus clientes diante da urgência do que estava acontecendo, houve atrasos nas entregas de encomendas de trabalho e até cancelamento de aulas. Quanto às proprietárias de pousadas e agências de turismo, muitas tiveram prejuízos devido à falta de turistas, cancelamentos, e inclusive tiveram que devolver valores de reserva já efetivadas.

As mulheres nativas pescadoras e marisqueiras também foram muito prejudicadas porque não podiam nem coletar nem comercializar o pescado, o que as colocou numa grave situação de insegurança alimentar e financeira.

Inclusive, algumas delas que tinham auxílio econômico do governo, não o receberam, como se mostram nas seguintes narrativas:

*“Eu não recebi durante o óleo, eu não recebi benefício nenhum, nada assim de óleo, dessas coisas eu não recebi, não.”* (Rosa, nativa, marisqueira, CM).

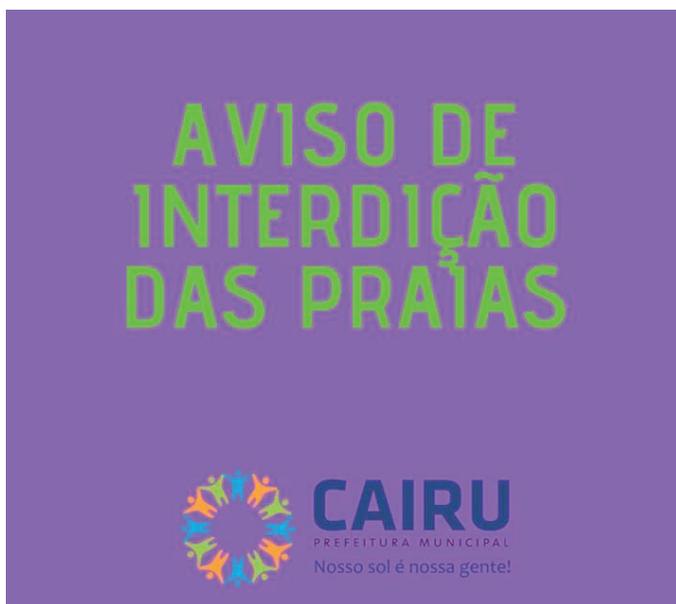
*“A gente teve que fechar o restaurante. Parou de trabalhar tanto na maré, como no restaurante”* (Jasmim, nativa, marisqueira, CM).

*“Não podia trabalhar, não podia pegar o marisco, não podia comer o marisco. Era uma coisa [...]. ... uma coisa assustadora, [...] que em todos os lados afetou, na cozinha e em tudo. Não podia pisar direito, porque tinha que olhar para o lado, não podia, é e chegar. Eu ia às vezes ainda assim, mesmo com a teima. Eu não podia entrar no mangue, mas mesmo assim eu enrolava minhas pernas com pano plástico e é lá no mangue pra fazer alguma coisa. Quando eu chegava lá, encontrava o óleo [...] nas raízes do mangue, [...] dizia, naquele lugar eu não posso tirar marisco porque tinha muito óleo, tinha que sair dali, procurar outro lugar. [...] fiquei um tempo assim sem saber o que fazer até que Deus ajudou e a gente aí conseguiu vencer, não é”* (Rosa, nativa, marisqueira, CM).

*“A alimentação mudou porque a gente deixou de consumir, né? Os pescados durante esse período, por conta desse risco, né? De os alimentos estarem contaminados, então a gente teve que mudar a nossa alimentação”* (Margarida, nativa, marisqueira aposentada, CM).

Com tantas funções extremamente exaustivas para executar, especialmente na limpeza de praias, muitas mulheres deixaram de atuar em seus trabalhos oficiais como em pousadas, na realização de passeios, home-office, professoras, marisqueiras, entre outras atividades, afetando diretamente a economia delas. Outro fator que afetou diretamente a economia das moradoras, empresárias e pescadoras foi a diminuição do turismo para as praias da Região Nordeste com a notícia da chegada do petróleo nessas praias.

**Foto 4** - Aviso de interdição das praias, 22 de outubro de 2019.



### ***O Comitê de Moreré foi apoiado pela comunidade de Monte Alegre***

Os comitês que foram formados na ilha de Boipeba, como o CVB e o CM que tiveram ajuda das comunidades de Monte Alegre e Cova da Onça, atuaram de formas diferentes para o enfrentamento do desastre. Na comunidade de Moreré, as comunidades se organizaram quando os primeiros resíduos chegaram no manguezal da vila, e saíram para observar de perto a extensão da chegada dos resíduos na praia de Bainema. Posteriormente, houve uma reunião para organizar as frentes de trabalho para a definição de como iriam atuar. Na ocasião, as pessoas foram se voluntariando para atuar dentro das suas competências nas diferentes frentes que foram criadas dentro do comitê, no qual havia inúmeras funções.

Diferente do CVB que eram na maioria mulheres, no CM havia muitos homens em diversas funções. No CM foi criado uma “coordenação geral” formada por pessoas em sua maioria não nativas. Eram um grupo muito heterogêneo de profissionais autônomos, e as mulheres do CM eram comerciantes, pescadoras, marisqueiras, socióloga, bióloga, publicitária, artesãos, e outros tipos empreendedores como advogado, mergulhador, mateiros, carpinteiros, ex-combatente

das forças armadas, educador físico, músicos, dentre outros. As habilidades pessoais dessa variedade de profissionais, possivelmente foi o que tornou o CM um sucesso na coordenação e distribuição de funções de acordo com o interesse de cada voluntário para o enfrentamento do desastre. O CM atuou durante aproximadamente três meses, e se organizou em diferentes equipes.

Na época houve a criação de uma coordenação geral, administração documental, financeira, logística de compras e almoxarifado, comunicação para a criação da vaquinha online para o recebimento de doações, comunicação com as mídias e o poder público, monitoramento da chegada de resíduos, gestão geral de coleta de resíduos do petróleo e limpeza geral (materiais descartáveis usados na alimentação, embalagens, luvas), e uma organização da compra e preparo da alimentação de todas as equipes do comitê e de voluntários. Muitos nativos da comunidade de Monte Alegre que colaboram diariamente nas atividades de limpeza. O setor financeiro foi o responsável pela arrecadação de recursos com a vaquinha online para a compra de EPIs, alimentos, materiais de limpeza e para custear o transporte de voluntários (quadriciclos, tratores e lanchas). O time da logística organizava a distribuição de EPIs diariamente para as equipes de limpeza, coleta e destinação do petróleo nos ECOpontos para a retirada pela PMC. A equipe de comunicação, atuou de forma idêntica ao do CVB, através do desenvolvimento de conteúdo para a divulgação de todos os acontecimentos diários nas mídias sociais, grupos de mensagem local para a comunicação entre as comunidades afetadas, com os diferentes órgãos do poder público, além de voluntários de universidades e empresas de outras regiões do Brasil que trouxeram novas tecnologias para apoiar o enfrentamento do desastre.

As mulheres de Moreré atuaram fortemente nas coordenações da administração documental, financeiro, comunicação com as mídias, logística de compras em geral e almoxarifado, gestão de resíduos, e na organização do preparo e distribuição de alimentos para equipes voluntárias diariamente. Durante o desastre, a comunicação com as mídias foi extremamente importante, e foi coordenada por uma publicitária. Essa profissional liderou o financeiro juntamente com outras mulheres, criaram uma vaquinha online para arrecadar dinheiro para a compra de EPIs, alimentos, e para adquirir doações diversas para ajudar as equipes durante o desastre.

**Foto 5** - Algumas das mulheres do comitê de Moreré, 29 de outubro de 2019.



### ***O Comitê da Velha Boipeba estava alinhado ao Comitê de Moreré***

O CVB foi criado assim que foi constatada a falta de organização dos órgãos municipais, principalmente na distribuição de EPIs e alimentação para os voluntários. O CVB era composto por um grupo de mulheres e apenas um homem.

Representantes do CVB foram convidados para ir ao CM para participar de uma reunião com uma empresa de voluntários que era especializada em gestão de crises decorrentes de desastres no Oceano. No entanto, no dia da reunião, a mesma ficou restrita ao CM que aprendeu alguns métodos (que já estavam, estavam sendo colocados em prática) de organização e depois repassou-os para o CVB. A partir daí os comitês se alinharam e começaram a trabalhar juntos na logística para combater o desastre. Foram realizadas reuniões e criadas frentes alinhadas entre as localidades.

Quando o petróleo chegava nas praias os comitês se organizavam entre os voluntários através de grupos no WhatsApp e quem queria e estava disponível se deslocava para a praia caminhando ou de trator, quando a prefeitura disponibiliza o veículo ou se o comitê conseguia verba para quadriciclos.

A limpeza das praias era uma atividade exaustiva com exposição excessiva ao sol e aos possíveis efeitos do contato com o petróleo. Aos que não podiam estar presentes nas praias realizavam outras atividades de comunicação, administração financeira, compras de EPIs, além dos responsáveis pela elaboração e distribuição de alimentos e água. O CVB atuou durante três meses e só encerrou as atividades quando o grupo de bombeiros e uma brigada de indígenas do Sul da Bahia chegaram com o IBAMA para continuarem o trabalho de limpeza.

*“E aí teve um pessoal que ajudou a gente também a organizar, como que fazia a organização dos grupos, para saber quem ia para a praia e quem não ia. E aí nós fomos em Moreré para saber como se organizar, quem distribuía o material, porque assim precisava de gente para tudo. Precisava de gente pra pedir doação, precisava de gente pra arrecadar material, precisava de gente pra fazer rede de contenção que a gente tentou. Muitas não deram certo para tentar colocar rede nos manguezais assim, pra tipo impedir o óleo de entrar. Realmente, muito difícil isso. A gente foi muito assim. Muitos, muitas pessoas que têm lancha aqui e disponibilizaram as lanchas pra ir fazer vistoria nas piscinas para ir lá pegar o óleo mesmo no mangue [...] Então o pessoal de Moreré ajudou muito a gente, porque eles tinham um comitê e eles tiveram ajuda. E aí eles ensinaram pra gente como montar o comitê. Então isso foi muito bom” (Amanda, moradora, empreendedora CVB).*

**Foto 6** - Reunião no comitê de Boipeba, 30 de outubro de 2019.



## **O papel das mulheres como protagonistas nas cozinhas**

Quase que compulsivamente a maioria das mulheres nativas se dispuseram a comandar a cozinha para o fornecimento de comida aos voluntários que atuavam na limpeza das praias. Foi neste espaço comunitário que elas se sentiram úteis e à vontade para colaborar com o movimento. Por exemplo, as nativas de Moreré que participaram nesta atividade relataram o seguinte:

*“Eu ajudei na cozinha, o lanche, o almoço. Eu um bocado de mulheres daqui de Moreré pra ajudar (...) que foi o pessoal e falou com ela pra ajuda. Aí chamou a gente para dar a mão porque ela era sozinha e era muita gente e não tinha como. Aí a gente foi pra ajudar a servir as pessoas, fazer as entregas dos alimentos, dos almoços [...] Eu ajudei servindo água para o pessoal que estava lá na praia, né? Porque como eles estavam ali catando óleo, então eles não podiam levar a mão à boca nem nada”* (Margarida, nativa, marisqueira aposentada, CM).

*“Então ele também tinha que estar bem alimentado, bem hidratados. Então a gente tinha esse olhar carinhoso com as pessoas que estavam. Todo mundo envolvido. E a gente também estava aí sempre que eu podia, eu ia lá, ajudava o pessoal e é isso. E pra mim foi muito bom, assim. Foi gratificante, apesar que foi uma coisa ruim que aconteceu, mas foi bom também para sentir o calor da comunidade. Como que todo mundo trabalha junto por uma causa única. Isso foi muito bom”* (Gardênia, nativa quilombola, turismo, CM).

*“Eu ajudei bastante da cozinha e aqui na praia também que eu fui ainda catar óleo [...] e levar a merenda pra o pessoal [...]”* (Lírio, nativa, marisqueira, turismo, CM).

Na Velha Boipeba também se engajaram as mulheres, tanto nativas quanto moradoras. Na opinião das moradoras que participaram em tarefas de gestão administrativa opinaram o seguinte:

*“Essa logística para dar comida era mais complicada, porque a gente não sabia, não sabia, com certeza quantos voluntários iam ter. Então, com o tempo, a gente foi ficando melhor nessa parte da organização. No começo, era cada uma que fazia ali em casa e na correria, fazia um bolo correndo ou um sanduíche assim e despachava. Mas depois a gente começou a se organizar melhor. A prefeitura cedeu a escola, a cozinha da escola. Aí tinha a equipe mesmo para fazer os almoços.” (Amanda, moradora, turismo, CVB).*

**Foto 7 -** Mulheres no comando da cozinha, 26 de outubro de 2019.



## **Órgãos públicos e meios de comunicação**

Ao acompanhar os noticiários sobre os locais onde as manchas de petróleo chegaram, era previsto que alcançaria a ilha de Boipeba, até que ocorreu uma das primeiras manchas aparecerem no mangue da vila de Moreré e na praia de Bainema. Houve confusão e tentativas de abafar a divulgação da chegada do desastre na ilha por parte de alguns comerciantes e empreendedores.

Com exceção de uma funcionária do INEMA, a atuação de outros órgãos do poder público foi relativamente tardia e pouco organizada, mesmo sabendo que em algum momento os resíduos chegariam na ilha de Boipeba, não foi observado que houve algum planejamento ou plano de ação coordenado pelo governo federal. Apesar disso, o INEMA esteve presente desde o início, inclusive orientando pessoas que faziam parte das equipes voluntárias no CM, e um

único representante do IBAMA naquele início. No entanto, aproximadamente um mês depois das manchas começarem a chegar na ilha, outras equipes como o corpo de bombeiros, mais funcionários do IBAMA vieram com uma brigada de indígenas do Sul da Bahia, que estiveram ajudando diariamente as equipes de voluntários organizadas pelos comitês na limpeza das áreas afetadas. A Marinha e o Exército também vieram ajudar nos processos de limpeza das praias nesse intervalo de tempo, e foram orientados pelos voluntários dos comitês de como proceder nos processos de limpeza e coleta dos resíduos das praias para os ECOpontos. Alguns voluntários da Universidade Estadual de Feira de Santana da Bahia vieram cerca de três meses depois, e ajudaram na limpeza, já que ainda havia muitas manchas de petróleo nas praias.

No início, todo o trabalho de coleta, limpeza e ensacamento do petróleo eram colocados em ECOpontos pelas diferentes equipes de voluntários, que se revezavam, e que eram organizadas através dos comitês. A retirada dos sacos das manchas e dos resíduos coletados das praias e outras áreas afetadas, foi toda realizada pela empresa de coleta de resíduos sólidos urbanos de Boipeba através da PMC.

*"A única coisa que a prefeitura fazia era contratar os meninos da coleta de lixo pra coletar o óleo que a gente juntava, então eles também passaram perrengue aí coletando tudo, peso pra caramba, enfim..." (Maria, moradora, turismo, CVB).*

*"A resposta do nativo era "deixa a prefeitura cuidar disso". Eu digo "não, desculpe, é que a prefeitura não está cuidando, ou nós cuidamos ou nós comemos o óleo". "A prefeitura que coloque o dinheiro". É verdade, não me lembrava dessa resposta. Sempre era a prefeitura. Prefeitura, tirando o corpo fora. Sim, mas o problema é que a Prefeitura não estava fazendo nada. Que fazemos? Se a prefeitura não vier nos ajudar, o que fazemos? Também houve quem disse: "os empresários que têm pousadas que ganham tanto dinheiro e que os gringos poderem colocar o dinheiro para limpar as praias". Essa foi a resposta." (Iolanda, moradora, turismo, CVB).*

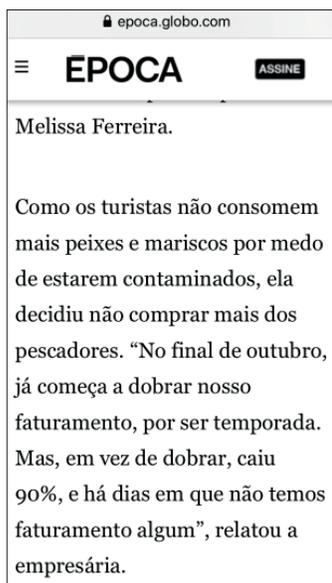
Alguns profissionais da imprensa procuraram representantes dos comitês para dar entrevistas, muitos estavam interessados apenas em notícias sensacionalistas e outros representavam mídias realmente engajadas em causas

ambientais, por isso logo foi designado um assessor de imprensa que selecionava os jornalistas interessados em retratar a realidade local.

**Foto 8** - Voluntários limpando o final da praia de Bainema, 13 de novembro de 2019.



**Foto 9** - Entrevista de uma das representantes do comitê de Moreré à revista Época, 01 de novembro de 2019.



## **Limpeza e coleta dos resíduos do petróleo**

*"Eu tive envolvida desde o início, [...] de modo indireto e outras de modo bem direto. Eu dava apoio mesmo quando eu não ia participar do mutirão, mas eu procurava saber sobre o óleo que ele poderia afetar e instruir algumas pessoas..." (Gardênia, nativa quilombola, comerciante, CM).*

*"[...] foram, se não me engano, 40 toneladas. [...] muito óleo. [...] ficou armazenado num lugar que a gente chama de Piã, que é um lugar mais distante, porque eles tinham medo da contaminação do solo. Então, deixar o óleo e isso poderia contaminar o solo também. Então tinha essa coisa de contaminar o lençol freático. Mas o óleo ficou bastante tempo aqui. Aí eles pegaram uma balsa. A prefeitura não sei exatamente quem, mas foi a prefeitura, a princípio pegou uma balsa grande e aí esse saco eles colocavam em sacos maiores, bem grandes, armazenava neles e foi colocando nessa balsa. E aí eles levaram embora. Eu não sei qual o destino do óleo, mas eles levaram." (Amanda, moradora, setor turístico, CVB).*

## **As mulheres se mobilizaram**

Apesar de não conhecer o material que chegava em grande quantidade e seus possíveis efeitos para a saúde humana, voluntários contribuíram diariamente para a limpeza das praias afetadas, especialmente as mulheres moradoras da ilha de Boipeba.

*"Quem se mobilizou? As mulheres, como sempre. Mulheres carregando óleo, que era muito pesado" (Maria, moradora, setor turístico, CVB).*

*"As mulheres eram maioria absoluta, por exemplo, no comitê que participei acho que 90% eram mulheres. Eu acho que tinha um homem e o resto eram todas mulheres [...], tanto da organização quanto para limpar a praia para tudo. A maior parte era mulher" (Amanda, moradora, turismo, CVB).*

Foto 10 - Informativo da campanha de arrecadação de doações do comitê de Moreré, 30 de outubro de 2019.



### ***A vaquinha***

A vaquinha realizada pelos comitês, serviu para resolver muitas questões como compra de EPIs, comida, água, situações que não seriam tão caóticas na época se não fosse a omissão do poder público local e alguns empresários que insistiam em menosprezar os esforços e julgar como exagero o que estava sendo feito para limpar as praias. A vaquinha também foi utilizada na compra de cestas básicas em diferentes comerciantes de Boipeba para distribuir a renda para todos e as mesmas foram distribuídas aos mais impactados economicamente. Inclusive a vaquinha do CM foi tão significativa que foi necessária a criação de uma conta bancária para guardá-la. Após o desastre o que restou da vaquinha foi distribuído para algumas demandas levantadas pela comunidade de Moreré, e os EPIs que sobraram novos continuam guardados no centro cultural de Moreré.

*“Eu acho que o trabalho das cozinheiras foi tudo trabalho voluntário. Eu não sei de pagamento nenhum a gente mesmo. Ninguém que trabalhava com a gente recebia dinheiro, nenhum. Esse dinheiro ele ia mesmo pra comprar alimento, para comprar EPI que o material e para comprar gasolina. O que a gente precisava de muita gasolina para se locomover pela ilha” (Amanda, moradora, turismo, CVB).*

*“[Participei] da coleta no primeiro dia, [...] todinho, [...], mas na área de organização, de arrecadação de alimentos, de separação desses alimentos, montagem de cardápio, organização dos lanches e das equipes que distribuiu os lanches e as refeições. Num segundo momento trabalhou [...] com a vaquinha total, não só para alimentação. Teve uma carga que veio no avião [...] que tinha botas, sacos de lixo e acho que macacão, que foi numa escola que eu trabalhei, então quando eu fui pra lá eu fiz essa interligação com eles e eles conseguiram esse material que veio assim. E também mesmo falando com as pessoas que estão na divulgação” (Hortência, moradora, empreendedora, CM).*

O grupo de comunicação de ambos os comitês, juntamente com as equipes da gestão de resíduos, foram de extrema importância para esclarecer a situação que estava ocorrendo nas praias para os turistas e moradores. A equipe de comunicação postava fotos diariamente, passando segurança sobre a melhoria das condições das praias na ilha de Boipeba. Muitos turistas que tinham passagem comprada, não cancelaram a vinda e ainda ajudaram na coleta de resíduos do petróleo nas praias. Na época o CM então criou um site e uma bióloga, que foi voluntária, ajudou a produzir conteúdos para informar sobre o que estava acontecendo.

### ***Aprendizados e perspectivas para o futuro***

O desastre trouxe impactos significativos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas, que depois se agravaram pela crise provocada pela pandemia do Covid-19. A saúde mental, física e financeira foram aspectos que continuam preocupando os moradores da ilha até hoje. Os efeitos do desastre do petróleo colocaram o futuro da saúde pessoal em uma grande incerteza.

*“Eu acho que muitas pessoas ficou preocupado com a mente, não é? A mente ficou muito, muitas pessoas (ficaram) preocupado é de ter o que comer também. [...] medo de comer marisco porque poderia comer marisco e hoje falaram que diz que são mariscos que com medo de aquele óleo e que ia a ficar muitos anos sem poder comer e também, mas não sabe o caso que vai dando daqui para frente, porque disse que afetar muita gente e o resultado não ia sair logo, só ia sair de agora em diante. A gente não sabe o que causa o que pode acontecer daqui para frente o que vai acontecer com a gente, né? Não, não sabe, não é? É o como vai ser a saúde nem sabe, não é? A gente ainda nem sabe se fomos afetados, se pegamos alguma doença grave em decorrência do óleo porque diz que não ia ser logo que isso afeta e afetado muitos anos. (Lírio, nativa, marisqueira, empreendedora, CM).*

O desastre também trouxe grandes aprendizados para as comunidades pela força através da união. Segundo alguns relatos, foi a união que tornou possível reverter a situação trágica. Além disso, a falta de rapidez na resposta do poder público, destacou a capacidade organizativa e solidária entre as mulheres, e de muitos homens que ajudaram. Tanto mulheres nativas quanto aquelas moradoras não nativas fizeram a sua parte para limpar as áreas afetadas e ajudar todas as pessoas.

*“É uma coisa que esse desastre trouxe, não é? É, acabou que deixou a nossa ilha mais unida. A gente viu a união das pessoas de São Sebastião, de Boipeba. As pessoas iam ajudar. Então isso aí a gente viu a questão da união e eu acredito que se vierem desastres futuros a comunidade vai se reunir novamente para tentar superar aquele problema, como foi feito na questão [...], no período do óleo” (Margarida, nativa, marisqueira aposentada, CM).*

*“A força da comunidade e também muita coisa. Eu aprendi sobre isso, sobre o desastre. Talvez se ele não acontecesse aqui, eu não saberia o quanto é importante a gente viver no local preservado, cuidar do que é nosso, porque isso sim, vai impactar de uma maneira muito profunda. Daqui a um tempo para nossas gerações e para a gente também, porque a gente espera envelhecer aqui. Então se a gente não cuidar do nosso paraíso, até pra envelhecer aqui vai ficar difícil” (Gardênia, nativa quilombola, empreendedora, CM).*

## CONCLUSÕES

A chegada das manchas de petróleo bruto na Ilha de Boipeba foi muito impactante para as mulheres, e todas as pessoas que presenciaram aquele desastre. Os resíduos afetaram o mar, recifes de coral, as praias, a fauna e flora dos recifes, do estuário, do manguezal e também a vida das pessoas que receberam um volume alarmante de manchas e tiveram que aprender a lidar com o trágico evento.

As pessoas limpavam tudo incansavelmente durante mais de três meses todos os dias, e até noites, e as manchas no dia seguinte voltavam a chegar pelo mar, em vários tamanhos e densidades. O mais emocionante foi ver os moradores super organizados e trabalhando à exaustão, um trabalho duro como nunca havia sido visto e assistido em nenhum lugar.

Foi uma grande luta travada diariamente, que no final, estavam todas as pessoas dos comitês e os voluntários exaustos. Os prejuízos ambientais, humanos e financeiros foram grandes, o verão seguinte foi fracassado junto com o Covid-19, mas foi com muito esforço que todos os moradores conseguiram vencer o petróleo, embora até hoje, quatro anos depois, há centenas de fragmentos nas praias.

Ressaltamos, que as mulheres enfatizaram que o desastre deixou incertezas para a saúde das pessoas, no meio ambiente, e econômicos. Tendo em vista que houve omissão do governo federal, e que a Covid-19 afetou a dinâmica das pesquisas de campo, ainda não está claro onde ficou todo o volume que não foi recolhido na ilha de Boipeba. E ainda, como as praias e sedimentos do mangue e mar foram afetados. Diante desse contexto, queremos destacar que a necessidade de alocar investimentos para monitorar periodicamente as áreas impactadas, bem como da realização de análises ecotoxicológicas periódicas da fauna costeira e marinha, que ainda são urgentes, pois os impactos na saúde humana e ambiental continuam subestimados (Rocha e Sampaio, 2022).

## Agradecimentos

Agradecemos a todas as mulheres e aos homens das comunidades da ilha de Boipeba pela ajuda inestimável durante todo o evento do desastre.

Agradecemos aos comerciantes, marinheiros, empresários, indígenas, artesãos, pescadores e mergulhadores e a todas as pessoas que se solidarizaram e atuaram para o seu enfrentamento. Agradecemos aos voluntários da sociedade civil, de escolas e universidades de todo o Brasil, e do mundo pelas doações e apoio. Agradecemos as equipes dos órgãos do poder público como a Prefeitura Municipal de Cairu, Corpo de Bombeiros da Bahia, ao Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, ao INEMA e IBAMA.

**Observação:** Todas as fotos utilizadas neste capítulo fazem parte do repositório dos autores.

## REFERÊNCIAS

ESTEVO, M. DE O.; LOPES, P. F. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. G. C. DE; JUNQUEIRA, A. B.; OLIVEIRA SANTOS, A. P. DE; SILVA LIMA, J. A. DA; MALHADO, A. C. M.; LADLE, R. J.; CAMPOS-SILVA, J. V. Immediate social and economic impacts of a major oil spill on Brazilian coastal fishing communities. **Marine Pollution Bulletin**, v. 164, n. January, p. 111984, mar. 2021.

IBAMA- INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Emergências Ambientais**. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-protecao-ambiental/emergencias-ambientais/manchasdeoleo>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

LOURENÇO, R. A.; COMBI, T.; ALEXANDRE, M. DA R.; SASAKI, S. T.; ZANARDI-LAMARDO, E.; YOGUI, G. T. Mysterious oil spill along Brazil's northeast and southeast seaboard (2019–2020): Trying to find answers and filling data gaps. **Marine Pollution Bulletin**, v. 156, n. March, p. 11219, 2020.

MACHADO, M.L.O.; DA MOTA, L.S.R.; LARREA-KILLINGER, C; ORSI, P.A.; NASCIMENTO, J.S.; NORTHCROSS, A.L.; REGO, R.F."Dialogue of knowledge for the assessment of the impacts of the oil spill disaster on the Brazilian Coast in 2019", in GOMÉZ, S. and KÖPSEL, V. **Transdisciplinary Marine Research Bridging Science and Society**. Routledge Books. 2023.

PENA, P. G. L.; NORTHCROSS, A. L.; LIMA, M. A. G. DE; RÊGO, R. DE C. F. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, 2020.

ROCHA, C. M. C.; SAMPAIO, C. L. S. A review of the knowledge of reef fish in the Southwest Atlantic. **Marine Environmental Research**, v. 182, n. 105769, p. 1–13, 1 dez. 2022.

SEDES-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. OFÍCIO- SEDES/ MSP-127/2019. Cairu: [s.n.].

SOARES, E. C. *et al.* Oil impact on the environment and aquatic organisms on the coasts of the states of Alagoas and Sergipe, Brazil - A preliminary evaluation. **Marine Pollution Bulletin**, v. 171, p. 112723, 1 out. 2021.

SOARES, M. DE O. *et al.* Oil spill in South Atlantic (Brazil): Environmental and governmental disaster. **Marine Policy**, v. 115, p. 103879, 1 maio de 2020.

## **O ALERTA GENERALIZADO DAS NOTÍCIAS DE CONTAMINAÇÃO DO PESCADO E OS EFEITOS DESASTROSOS NA CADEIA PRODUTIVA DE FRUTOS DO MAR**

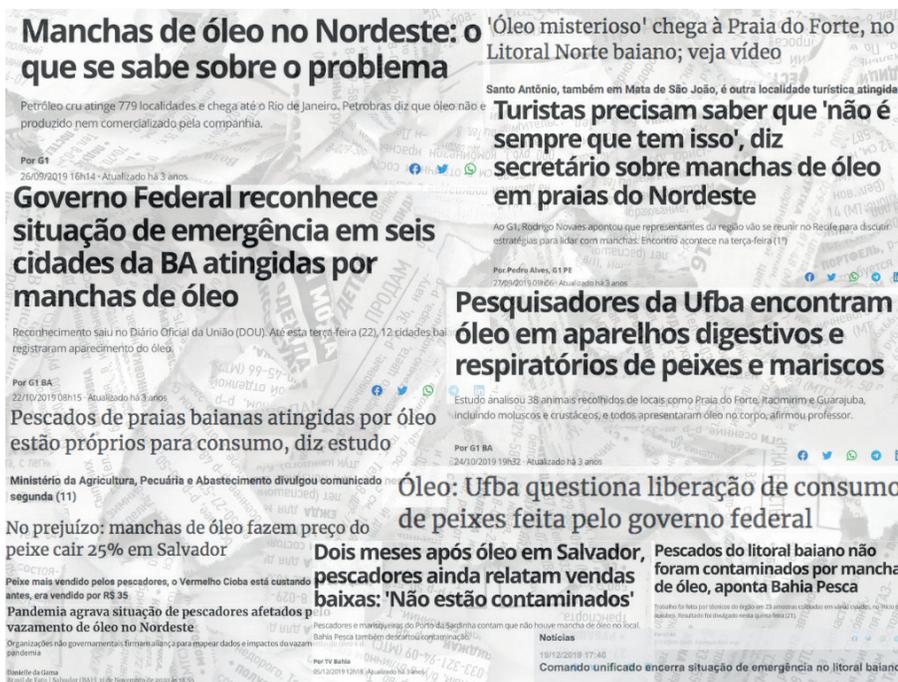
Mariana F. da Silveira  
Universidade Estadual de Feira de Santana.  
E-mail: marianasilveira91@hotmail.com

George Olavo  
Universidade Estadual de Feira de Santana.  
E-mail: georgeolavo@gmail.com

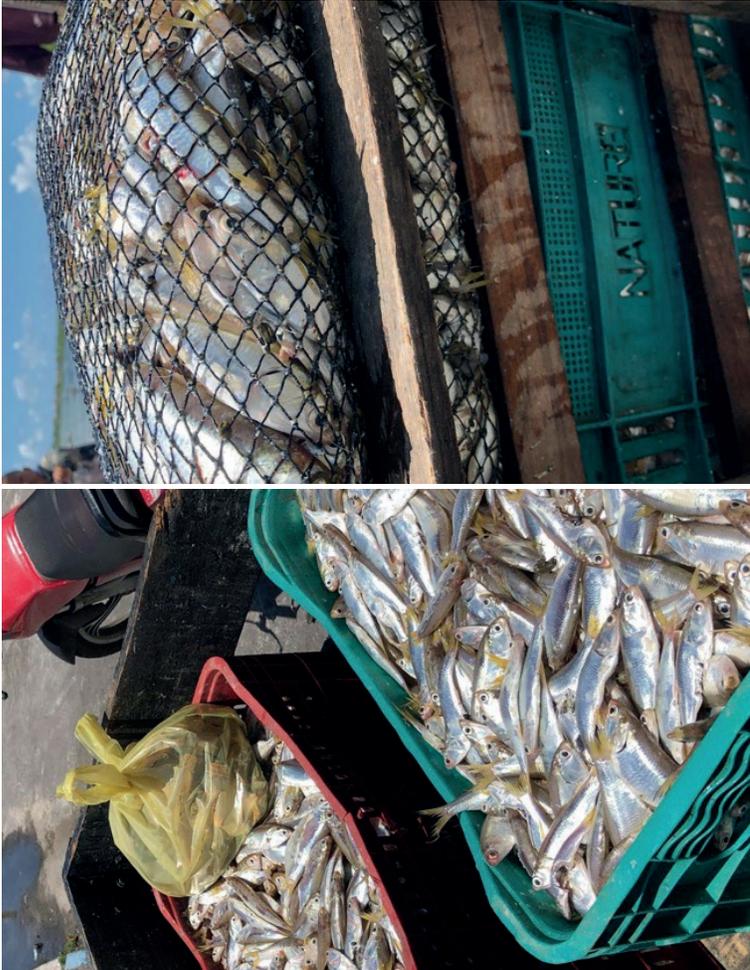
# RESUMO

Em 2019, o maior desastre ambiental do litoral brasileiro não apenas causou enormes impactos ecológicos para o meio-ambiente, mas também graves consequências econômicas e sociais para a população que depende dele. As notícias de contaminação do pescado e dos riscos para a saúde humana tiveram repercussões socioeconômicas bastante negativas para todas as comunidades de pescadores, independente da chegada do óleo na localidade. Enquanto a cobertura da mídia foi ampla, por meio de diferentes plataformas, as recomendações sobre o consumo do pescado não foram prontamente publicadas para a população e, por vezes, foi contraditória entre pesquisadores e agências do governo.

**Palavras-chave:** Pesca Artesanal, Derramamento de Petróleo, Impacto Socioeconômico, Comunicação de Crise, Sensacionalismo.



Nesse estudo, foram analisados dados de monitoramento pesqueiro dos territórios de identidade do Recôncavo Baiano, onde o óleo não atingiu a costa, e do Baixo Sul da Bahia, onde houve o toque de óleo na linha costa. Entrevistas com pescadores de comunidades dessas regiões foram realizadas para verificar os resultados das análises e identificar possíveis fatores não considerados inicialmente. Os resultados das análises revelaram, e as entrevistas com os pescadores confirmaram, que os impactos negativos do derrame de óleo foram sofridos por toda a cadeia produtiva e independente do toque de óleo na costa.



Grande parte dos pescadores das duas regiões chegou a parar de pescar por pelo menos um mês, uma vez que o consumo e a comercialização do pescado tiveram quedas relevantes, situação que perdurou por alguns meses pós-óleo. A dificuldade nas vendas do pescado foi atribuída pelos pescadores entrevistados ao medo dos consumidores de que o pescado estivesse contaminado, como reportavam as notícias da época. Quedas expressivas nos preços do quilo de espécies de alto valor econômico, como o polvo e o camarão, mostraram uma maior vulnerabilidade dessas pescarias frente uma diminuição de demanda.



Os resultados desse estudo mostram a necessidade de um sistema de comunicação do governo com a população claro e bem informado em situações de desastres que afetam enormemente comunidades e ecossistemas vulneráveis. Além disso, é importante ressaltar que medidas mitigatórias e compensatórias para as comunidades pesqueiras do litoral, devem envolver não somente os pescadores e pescadoras das áreas afetadas diretamente pelo óleo, mas também outros grupos sociais mais vulneráveis da cadeia produtiva, incluindo os segmentos envolvidos no beneficiamento e comercialização do pescado, impactados negativamente em toda área de influência socioeconômica do desastre ambiental de 2019.



### Fotografias:

Mariana Silveira

## REFERÊNCIAS

Silveira, M.; Olavo, G. Oil through the news: how unaffected fishing communities were impacted during the most extensive oil spill ever documented in tropical oceans. *In prep.*



Foto: Eduardo Mafra

# **SOBRE OS ORGANIZADORES**

## **Rita de Cássia Franco Rêgo**

Possui graduação em medicina pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1987), mestrado em Saúde Pública (1996) e doutorado em Epidemiologia (2002). Pós-doutorado em Epidemiologia da Gillings School of Global Public Health (2015-2016) da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill (UNC-CH), Estados Unidos. É professora titular da Faculdade de Medicina da UFBA, professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Meio Ambiente e Trabalho (PPGSAT) e do Programa de Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental. Atua como pesquisadora e consultora. Líder do grupo de pesquisa Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade em comunidades, focado em aspectos epidemiológicos de doenças causadas por exposição ambiental e ocupacional em populações vulneráveis, avaliação do impacto de intervenções e mudanças climáticas na saúde, e aspectos teóricos e aspectos metodológicos da epidemiologia ambiental. Desde 2013 trabalha com saúde, ambiente e sustentabilidade no trabalho da pesca artesanal, com várias publicações neste tema.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5517049040421871>

## **Louise Oliveira Ramos Machado**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (2014) e mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho pelo PPGSAT/UFBA (2017). É membro do Grupo de Pesquisa Saúde, Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade em Comunidades e atua em projetos com comunidades de pescadores artesanais da Baía de Todos os Santos e na área de avaliação da implementação de estratégias com populações expostas à contaminação ambiental por chumbo, cádmio, cobre e zinco. Atuou como professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (2017-2019). Atualmente é doutoranda pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ). Atua em projetos com foco em temáticas relacionadas à contaminação ambiental, clima e saúde; ambiente e sustentabilidade na pesca artesanal.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8583041721029370>

## **Eduardo Santos Mafra**

Graduado em Comunicação Social pela UFBA, atua no audiovisual e fotografia desde 2009. Diretor do documentário Maré Bruta e produções audiovisuais diversas. Autor de exposições e livros de fotografia. Mais informações: [www.eduardomafra.com](http://www.eduardomafra.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5869728794879533>

# ÍNDICE REMISSIVO

## B

**Base Comunitária:** 91, 102

## D

**Derramamento de Óleo:** 66, 81, 88, 89, 93, 97, 101, 147

**Desastre:** 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 30, 33, 36, 38, 41, 42, 44, 58, 60, 63, 64, 66, 73, 74, 81, 82, 93, 98, 105, 106, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 139, 143, 144, 145, 146, 149, 152

## G

**Gestão de Desastres:** 15

## P

**Pesca Artesanal:** 15, 16, 24, 28, 29, 34, 42, 43, 44, 55, 64, 65, 66, 88, 92, 98, 101, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 149

**Petróleo:** 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 144, 146, 149

## S

**Saúde Humana:** 80, 95, 118, 123, 142, 146, 149

**Sustentabilidade:** 25, 61, 79





científica digital



**VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS**

